

Mudança de cenário deve reduzir a taxa de investimento da economia **A2**

Cientistas da longevidade podem estar perto de garantir uma velhice mais saudável **B4**

Nísia Trindade assume a Saúde e anuncia revogação de agenda "negacionista e conservadora" **A7**

INÊS249

Valor ECONÔMICO

Destaques

Sob Lula, Brasil vai presidir G20

O Brasil assumirá, em dezembro de 2023, a presidência rotativa do G20, o principal grupo da governança econômica mundial, reunindo grandes economias desenvolvidas e emergentes. Será a grande oportunidade para o governo Lula recuperar para o país o protagonismo nos mais diversos temas da agenda global. A relevância da posição, no entanto, não admite improvisações. **A4**

Orígeo chega ao Mato Grosso



A Orígeo, empresa de assessoria agrícola e venda direta de insumos criada por Bunge e UPL em junho, anuncia hoje sua chegada ao Mato Grosso, maior produtor agrícola do país. "Do plantio à comercialização, a ideia é que o produtor consiga resolver tudo em um lugar só", diz Roberto Marcon, principal executivo da empresa. A Orígeo tem como foco grandes produtores e oferece desde consultoria agrônoma à venda de insumos, com opção de "barter". **B6**

Expectativa de inflação se deteriora

A desancoragem das expectativas de inflação se agravou na última semana, aumentando a pressão sobre o BC para manter os juros básicos em patamar elevado por mais tempo do que o inicialmente planejado. A variação do IPCA projetada pelo mercado para 2025 subiu mais uma vez, de 3,2% para 3,25% ao ano, distanciando-se da meta definida para o período, de 3%. A mediana do mercado para 2026 foi de 3% para 3,15%. **C1**

Regularidade fiscal na recuperação

O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou dois novos enunciados com impacto para as empresas que entram com pedidos de recuperação judicial. Neles, a Corte firma posição no sentido de que a homologação do plano para o pagamento dos credores depende da comprovação da regularidade fiscal, ou seja, da apresentação das certidões negativas de débitos tributários (CND). **E1**

Portaria restringe acesso ao Perse

Portaria elaborada ainda pela equipe do ex-ministro Paulo Guedes (Economia) restringe o acesso ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que também beneficia a área de turismo. O texto, publicado no Diário Oficial de segunda-feira, reduz de 88 para 38 as atividades contempladas, e deve gerar contestações na Justiça. Foram excluídos, entre outros, bares, lanchonetes, discotecas, serviços de bufê e de tradução. **E1**

STF barra arma de brinquedo

Por maioria de votos, os ministros do Supremo Tribunal Federal declararam constitucional uma lei estadual de São Paulo que proíbe a fabricação e a venda de brinquedos semelhantes a armas de fogo. Prevaleceu o entendimento de que a norma trata de direito do consumidor e da proteção da criança e do adolescente, temas sobre os quais União e Estados têm competência concorrente. **E1**

Ideias

Luiz Schymura

O desempenho fiscal extremamente favorável em 2021/22 se deveu a um conjunto de fatores que dificilmente se repetirá. **A2**

Hugo Amano

Nomeação de Bernard Appy como assessor para reforma tributária sinaliza que o novo governo quer acelerar sua tramitação. **A12**

Indicadores

Ibovespa	2/jan/23	-3,06 %	R\$ 15,0 bi
Selic (meta)	2/jan/23	13,75% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	2/jan/23	13,65% ao ano	
Dólar comercial (BC)	2/jan/23	5,3430/5,3436	
Dólar comercial (mercado)	2/jan/23	5,3575/5,3581	
Dólar turismo (mercado)	2/jan/23	5,3730/5,5530	
Euro comercial (BC)	2/jan/23	5,6951/5,6979	
Euro comercial (mercado)	2/jan/23	5,7101/5,7107	
Euro turismo (mercado)	2/jan/23	5,7636/5,9436	

Haddad promete regra fiscal e mercado espera força política

De Brasília e São Paulo

Em seu discurso de posse, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a adoção de "metas factíveis" para as contas públicas. Descartou, por exemplo, um déficit primário menor que R\$ 60 bilhões neste ano. Comprometeu-se, porém, a apresentar um novo arcabouço fiscal ainda no primeiro semestre. Ao longo dos anos, uma crítica constante de Haddad ao teto de gastos foi o fato de seu cumprimento, segundo ele, ser pouco factível. "Se você propõe uma meta inalcançável, não tem meta nenhuma. Se você propõe uma meta que não seja ambiciosa, não motiva o país", disse.

Apesar de o discurso ter sido considera-

do positivo por fontes do setor financeiro, principalmente pelas promessas de uma nova âncora fiscal e transparência, a avaliação é de que a credibilidade só poderá ser conquistada após os meses iniciais de mandato e as primeiras medidas que sinalizem os rumos da economia.

O primeiro pregão de 2023 foi bastante negativo para os ativos locais, diante da prorrogação por 60 dias da desoneração de tributos federais sobre combustíveis, anunciada já no domingo pelo novo governo. Além do impacto fiscal, investidores avaliaram o episódio como uma derrota de Haddad para a ala política do PT. Ele vinha declarando preferência pela volta dos tributos, mas disse que Lula decidiu esperar a posse da nova diretoria da Petrobras.

Adicionalmente, houve pressão sobre as ações das estatais, após o presidente Lula sugerir que o governo exercerá maior intervenção nas empresas. O Ibovespa caiu 3,06%, para 106.376 pontos, enquanto as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras recuaram 6,67% e 6,45%, respectivamente. Banco do Brasil ON caiu 4,23% e o dólar fechou em alta de 1,52%, cotado a R\$ 5,3581.

Nos últimos dias, ativos brasileiros tiveram trajetória de recuperação, após falas de Haddad contrárias à desoneração. Para o gestor macro da AZ Quest, André Kitahara, o ministro pode ter dado um sinal de fraqueza em seu primeiro embate, derrotado pelo grupo menos comprometido com a responsabilidade fiscal. **Páginas A5 e C1**

Austeridade e aliados serão necessários

Maria Cristina Fernandes

De Brasília

Para incorporar o figurino do ministro da Fazenda que diz "não", Fernando Haddad terá que superar a ausência de experiência parlamentar com alianças políticas firmes e coordenadas na Esplanada, que lhe permitam aquilatar a reação das medidas que vai tomar. A confiança que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe deposita não prescinde dessas alianças.

Entre uma greve de caminhoneiros na estreia do governo ou fazer seu ministro aceitar um gol contra logo no início do jogo, Lula não titubeou e apostou na segunda alternativa com a MP que prorrogou a desoneração dos combustíveis. **Página A5**

Aliança pela floresta



A ministra do Meio Ambiente da Alemanha, Steffi Lemke, disse em entrevista à repórter Daniela Chiaretti que sua presença no país, ao lado do presidente alemão, Frank-Walter Steinmeier, é forte sinal do desejo de cooperação com o Brasil para proteger a floresta tropical. **Pág. A14**

Diálogo dá tom à posse de ministros

De Brasília

Promessas de diálogo marcaram a posse dos novos ministros. Em seu primeiro discurso à frente da Casa Civil, o ex-governador baiano Rui Costa afirmou que o governo terá um "projeto coletivo", com acenos ao setor produtivo — agronegócio e indústria — e aos governadores, para um novo pacto federativo.

Ao assumir a pasta da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino anunciou foco no combate ao preconceito e à violência e fez um gesto de pacificação aos policiais federais, que em grande parte apoiaram o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em cerimônia concorrida, Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais, prometeu dialogar com todas as forças políticas, participar dos fóruns de governadores, prefeitos e da sociedade civil e não discriminar nenhum governador em razão de seu partido político. **Páginas A8 e A9**

MP desonera os combustíveis e aumenta incerteza sobre preços

Gabriela Ruddy e Fábio Couto

Do Rio

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de prorrogar a desoneração de PIS e Cofins sobre combustíveis ampliou as dúvidas sobre a política de preços no novo governo. Fontes do mercado dizem que a desoneração piora o cenário fiscal, o que tende a afetar o câmbio e o custo de commodities. A Petrobras segue o preço

de paridade de importação, que considera a cotação do barril de petróleo no mercado internacional e o câmbio. O indicado para assumir a presidência da estatal, Jean Paul Prates, confirmou que pretende mudar a política de preços.

Analistas ponderam que a prorrogação evita uma alta nos preços ao consumidor e dá tempo para a troca de gestão na empresa, antes de lidar com as pressões sobre o tema. **Páginas A6, B1 e B6**

Transferência da ANA para o Meio Ambiente preocupa companhias

Tais Hirata

De São Paulo

O governo federal transferiu a Agência Nacional de Águas (ANA) do Ministério do Desenvolvimento Regional para o do Meio Ambiente, que também responderá pelo Plano Nacional de Saneamento Básico. As mudanças, incluídas na Medida Provisória nº 1.154, colocaram o setor de água e esgoto em alerta.

Para parte do mercado, ainda não está claro se as atribuições da agência relativas ao saneamento básico serão de fato retiradas. Embora essa tenha sido a recomendação da equipe de transição, a MP não afasta totalmente o papel da ANA. Segundo a Lei do Saneamento, de 2020, cabe à agência elaborar regras gerais a serem seguidas por todos os órgãos reguladores subnacionais. O setor privado considera que isso traz segurança jurídica. **Página A6**

'Carteira Valor' volta a ficar mais defensiva

Nathália Larghi

De São Paulo

A primeira 'Carteira Valor' de 2023 tem caráter mais defensivo, com ações ligadas a commodities e ao setor financeiro. As de consumo são outro destaque das indicações. Com o novo governo, surgem incertezas sobre a economia, com receio da reação do mercado a eventuais mudanças, segundo analistas. As apostas estão concentradas em empresas que tendem a mostrar resiliência. A Vale reaparece, ao lado da Petro Rio, na liderança. A produtora de grãos SLC Agrícola surge como novidade, indicada por quatro corretoras. Itaú Unibanco e Bradesco seguiram na seleção, além de Itaúsa, que entrou neste mês. Assaí, Multiplan, Hypera e WEG completam a lista. **Página C6**

GE inicia reestruturação



A GE inicia o ano colocando em prática a primeira etapa da reestruturação que resultará na formação de três empresas, nas áreas de saúde, energia e aeroespacial, diz Viveka Kaitila, CEO no Brasil. **Pág. B1**

Funasa acaba e atribuições são divididas

Matheus Schuch e Raphael Di Couto

De Brasília

Um dos primeiros atos do novo governo, a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) surpreendeu aliados. Integrantes de partidos do centrão esperavam indicar apadrinhados para cargos no órgão. As atribuições da Funasa foram repassadas aos ministérios da Saúde e das Cidades. Medida Provisória publicada ontem definiu que os servidores da fundação serão incorporados à administração pública. As atividades relacionadas a vigilância e saúde ficarão com o Ministério da Saúde. As demais funções, na área de saneamento, com a pasta das Cidades. **Página A6**



Lula assume num ambiente fiscal traiçoeiro

Luiz Schymura



Em uma visão impressionista das contas públicas brasileiras, a situação parece bem administrada. Para começar, em 2021 e 2022 o país voltou a operar com superávits primários — com percentuais de +0,7% e +1,1% do PIB, respectivamente —, algo que não era observado desde o biênio 2012/13. Outro aspecto de destaque é a evolução da dívida pública em proporção ao PIB, que encerrou o ano de 2022 em patamar próximo ao verificado em 2019. O que faz nítido contraste com o quadro observado internacionalmente, no qual a maioria dos países enfrentou forte piora em seu endividamento em virtude do choque causado na economia pela pandemia.

Por outro lado, ao se observar a realidade vivida em outras áreas o quadro é desanimador. A covid-19 deixou um duro legado na educação, comprometendo a formação de milhões de jovens brasileiros. Na área sanitária, há muito a ser feito para a volta à “normalidade” de nosso sistema de saúde pública. Não se pode deixar de mencionar o lamentável aumento da pobreza. Pautas contemporâneas como o meio ambiente e a digitalização requerem a presença e a atuação do Estado. O investimento em infraestrutura física é a cada dia mais premente. Por fim, áreas como turismo, cultura etc. também precisam de apoio governamental.

Desempenho favorável em 2021-2022 se deu por fatores atípicos

Tendo em vista a longa lista de pendências/prioridades/demandas, não seriam exagerados a relutância e o receio em relação à aprovação da PEC da Transição, o suporte financeiro imediato de que o governo Lula tanto precisa para atender as áreas carentes? O que estaria por trás de tamanha apreensão com a aprovação da PEC da Transição?

Para responder a essas questões é importante, inicialmente, qualificar esse desempenho visto até aqui como “satisfatório” das contas públicas. Para isso, creio ser apropriado esmiuçar os dados fiscais desses últimos anos, buscando entender a natureza dos superávits primários e do “bom comportamento” do endividamento público em 2021 e 2022.

Para início de conversa, como aponta meu colega Bráulio Borges, a magnitude da surpresa na arrecadação fica patente quando se compara a projeção de receita líquida primária do governo federal que consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, divulgada em agosto de 2021, que era de R\$ 1,60 trilhão, com a estimativa de dezembro de 2022 apresentada no Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da Secretaria do Ministério da Economia, de R\$ 1,86 trilhão. Em cerca de um ano e meio, descobriu-se que a receita de 2022 era R\$ 260 bilhões, ou 2,6 pontos percentuais (p.p.) do PIB, maior do que a projetada inicialmente.

Um dos itens que saltam aos olhos é a receita auferida junto ao setor extrativo mineral, com grande destaque para o petróleo/gás. Esses ingressos

corresponderam a 1,8% do PIB em 2021 e a 2,6% do PIB em 2022, bem acima da média de 0,9% do PIB entre 2011 e 2020 (bem como da média de 1,1% do PIB observada em 2019-20). Como se vê, não fosse a elevação nesse grupo específico de receitas, o setor público brasileiro teria registrado déficits primários em 2021 e 2022.

A inflação muito acima das metas em 2021 e 2022, por seu turno, também teve papel importante na melhora dos indicadores fiscais. Como se sabe, em um processo de aceleração do nível de preços, grosso modo, as despesas públicas acompanham com defasagem a subida da inflação, enquanto as receitas públicas seguem a par e passo o processo inflacionário. Não é à toa que, em recente documento (edição de outubro do Fiscal Monitor), o FMI aponte a “surpresa” inflacionária de 2021 e 2022 como fator preponderante da evolução favorável da relação dívida/PIB brasileira.

Fica claro, portanto, que o desempenho fiscal extremamente favorável em 2021-22 foi função de uma conjunção de fatores atípicos que dificilmente se repetirão durante o atual mandato do presidente Lula.

Não obstante a melhora fiscal, desde o fim de 2021 as expectativas em relação à trajetória futura da relação dívida bruta/PIB tiveram forte deterioração. Esse fato fica evidente quando se observa, como aponta Borges, a diferença entre a projeção de consenso para a relação dívida/PIB em 2030 e a esperada para 2022. No segundo semestre de 2021, essa diferença chegou a ser negativa. Em outras palavras, o mercado acreditava num recuo da dívida/PIB até 2030. Com a aprovação da PEC dos Precatórios, o sinal se reverteu. No início de 2022, a projeção para a dívida/PIB em 2030 era 8p.p. maior do que a de 2022.

Houve também uma elevação com a aprovação da chamada “PEC Kamikaze”, em julho de 2022. E agora, com a PEC da Transição, o diferencial atingiu +12p.p.. Não foi por acaso que esses saltos na expectativa da trajetória da relação dívida/PIB até 2030 tenham acontecido após a aprovação das PECs. Afinal, cada uma delas impunha mais dificuldades para o equilíbrio das contas públicas.

Como vimos até aqui, o quadro fiscal que, pelos dados de 2021 e 2022 era satisfatório, deixa de sê-lo a partir de 2023. Por outro lado, há urgência de uma ação firme do Estado em áreas que requerem atuação expedita do setor público. Como conciliar essas agendas?

Parece claro que a resposta passa pelo uso dos recursos de forma mais eficiente, evitando ao máximo o desperdício.

Nessa linha, algumas ações já devem ser priorizadas para serem o quanto antes implantadas. Em função da experiência do PT com a confecção do Cadastro Único, a redução dos “vazamentos” do programa Auxílio-Brasil, que podem chegar a 0,2% do PIB/ano, poderia ser colocada em ação rapidamente. Uma segunda medida, adiada por dois meses através da MP assinada por Lula ontem, seria o fim da desoneração do PIS/Cofins dos combustíveis — a renúncia de receita é estimada em aproximadamente 0,5% do PIB/ano. Além disso, o ministro Fernando Haddad já disse que não vai deixar o país incorrer no déficit primário máximo permitido pela EC 126/2022 (“Emenda da Transição”), que poderia chegar a 2% do PIB.

Sem dúvida o governo Lula terá muito trabalho pela frente. É importante que a classe política e a sociedade civil trabalhem para garantir o melhor uso dos recursos públicos disponíveis. Focar no que é necessário e evitar o desperdício!

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail: luiz.schymura@fgv.br

Cenário tem ‘virada’ e reduz fatores favoráveis ao investimento em 2023

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O bom desempenho do investimento nos últimos dois anos foi alavancado por fatores que estão se enfraquecendo ou sob ameaça. Após alcançar 19,6% do PIB no terceiro trimestre deste ano, maior patamar desde 2014, a taxa de investimento enfrenta uma perspectiva mais difícil em meio a um cenário de crescimento anêmico, juros altos e desconfiança em relação ao quadro fiscal.

Este, ao menos, é o cenário pintado atualmente por boa parte dos analistas. Após dois anos de crescimento forte — a expansão do PIB chegou a 5% em 2021 e deve ter encerrado na casa de 3% em 2022 —, a expectativa é de uma desaceleração firme. A mediana da pesquisa Focus, do Banco Central, aponta para avanço de 0,75% ano que vem. Na pesquisa publicada sexta-feira, 30, pelo Valor, a mediana entre 114 instituições ficou em 0,7%.

Ao mesmo tempo, a economia entrará em 2023 com uma taxa básica de juros em 13,75% e os juros longos — os que importam nas decisões de investimento — também em patamar alto. Ontem o vencimento para 2035 da NTN-B, título do Tesouro que paga juro real, isto é, descontada a inflação, estava em 6,21%, contra 5,27% no fim de 2021 e 3,21% em 2020.

Decisões de investimento olham a perspectiva futura, mas também se baseiam, em parte, nas condições atuais. Uma maneira de olhar isso é observar o comportamento do retorno do capital investido (ROIC) e o custo médio ponderado do capital de (WACC) de uma seleção de 450 empresas com capital aberto. Os cálculos feitos pelo Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe) mostram que a atratividade do investimento — a diferença entre o ROIC e o WACC — fez um pico recente no primeiro trimestre de 2022, mas já no terceiro trimestre o custo de capital voltou a prevalecer.

“Ao lado disso, esse período teve alguns avanços interessantes que ajudaram a deslanchar investimentos, como a nova lei das agências reguladoras, a aprovação do marco do saneamento, lei do gás, um ambiente institucional melhor”, diz Carlos Antonio Rocca, coordenador do instituto.

Vale notar, diz o economista, que os números são compilados usando dados de grandes companhias listadas em bolsa e que, em teoria, são mais eficientes que a média do mercado brasileiro como um todo. Ou seja, a relação custo-benefício de investir para a média das empresas brasileiras é pior.

Olhando com lupa, é possível observar também que os dois principais grupos que capitanearam melhora recente do investimento, a construção civil e a indústria de caminhões e maquinário ligada ao agronegócio — não necessariamente contam com perspectivas tão favoráveis quanto as que estiveram presentes até aqui.

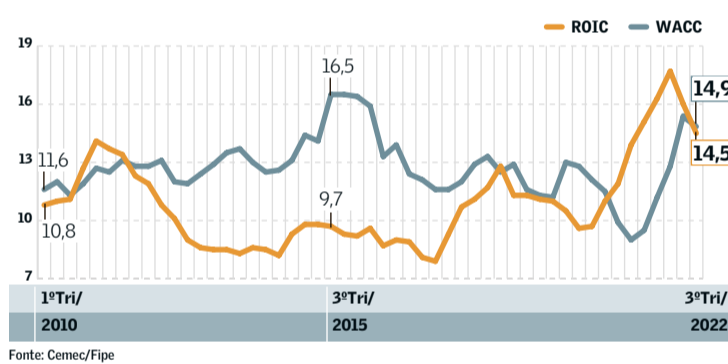
Em relação ao primeiro, a perspectiva do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscom-SP) é que o crescimento do segmento caia de 7% em 2022 para apenas 2,4% em 2023. Já o segundo ainda conta com uma perspectiva mais ani-



Carlos Rocca: na realidade, dados das companhias abertas são acima da média das demais empresas brasileiras

Fim da janela?

ROIC e WACC para seleção de empresas listadas na B3, em %



madora. A estimativa mais atual da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de uma safre recorde em 2023, chegando a 312,2 milhões de toneladas, ou 15% acima da obtida este ano. Por outro lado, é amplamente esperado que o boom dos preços das commodities tenha se encerrado e que esse quadro apresente estabilidade ou leve queda no ano que vem.

Pesquisador do Instituto de Economia Brasileira (FGV Ibre), Gilberto Borça ressalta o caráter conjuntural de ambos os “puxadores” do investimento. “O setor de commodities está ligado a esse ciclo de alta dos preços, ou seja, é um tipo de investimento menos nobre. Já a construção civil também se recupera de uma forte queda entre 2015 e 2016, quando o setor foi praticamente dizimado pela Lava-Jato”, comenta.

Borça lista outros motivos para reduzir o entusiasmo com a alta do investimento recente. O primeiro é o conhecido efeito contábil da internalização das plataformas de petróleo nas contas nacionais, que inflou a formação

bruta de capital fixo (FBCF) em cerca de um ponto percentual em 2020 e 2021 — os efeitos deste devem diminuir a partir de 2022.

O segundo é o fato de que os preços dos produtos e insumos do investimento cresceram mais rápido que os preços da economia como um todo no período recente. Em situações como essa, a FBCF como proporção do PIB pode crescer mesmo se não houver crescimento real, afirma.

Decompondo a variação da taxa de investimento em relação ao PIB a preços correntes, o economista nota que esse deflator do investimento respondeu por 42,8% do crescimento do investimento em 2021, ou 2,1 pontos percentuais do crescimento de 4,9% da FBCF em 2021 ante o ano anterior. Ainda assim, o crescimento real teria sido de 2,5 pontos percentuais — o maior desde 2010.

Olhando adiante, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acena com uma retomada dos investimentos públicos, cujos patamares hoje não são suficientes nem mesmo para cobrir a depreciação do capital, lembra o

pesquisador do Ibre.

“O investimento público acaba gerando ganhos sistêmicos na economia e acabam canalizando o investimento privado”, diz Borça. “Acredito que a nomeação de Gabriel Galípolo [para a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda], um especialista em Parcerias Público Privadas, pode ajudar a deslançar esse modelo e atrair o setor privado, dada as limitações fiscais”, complementa.

Nos cálculos de Cláudio Frischtak, sócio gestor da consultoria Inter.B, o investimento público em infraestrutura, incluindo o de empresa estatais, responde hoje por algo perto de 0,6% do PIB. “Portanto, ele não é muito relevante do ponto do investimento agregado, mas pode gerar um efeito de ‘crowd-in’ [quando induz outros agentes a investir]. Vejo os dois como complementares”, diz.

A questão, pondera, é que o direcionamento que o novo governo pretender dar à questão fiscal pode atuar como espantinho do investimento. “O que está sendo proposto atualmente no Congresso já cria um efeito negativo que pode perdurar meses e talvez anos. Vamos ter um desincentivo enorme por causa do aumento do custo de capital”, diz.

No curto prazo, Frischtak é cético em relação à promessa do novo governo de aumentar o investimento público neste ano. “Não existe projeto, capacidade de execução ou governança para um bom de obras. Se tudo der certo, poderia crescer algo como 0,1 ponto percentual do PIB em 2023, algo em torno de R\$ 10 bilhões, talvez 0,2 ponto. Falar em um choque de R\$ 40 bilhões não tem nem pé nem cabeça”, comenta.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

AbbVie B4
Agco B2
Airbus B2
Alphabet B4
Altos Labs B4
Amazon B4
Andrade Gutierrez Participações B2
APK-Infom B5
Apple A11
Assaj C6
Atos B2
AZ Quest A4
B3 C2
Banco do Brasil B3, C1
Banco Master C1
Banestes C6

BioAge B4
BMPI Infra B2
BNDES A5, A7
Bom Futuro B6
Bradesco A5, C1, C3
BTG Pactual A12, B6
Bunge B6
C&A C1
Café Zinn B5
Caixa B3
Calico Life Sciences B4
Caterpillar B2
CCS Tecnologia e Sistemas B2
Cemig B2
Cielo C1, C3
CNH B2

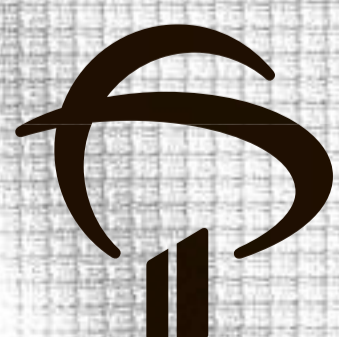
Conab A2
Datagro B6
Daudt, Castro e Gallotti
Olinto Advogados A6
Digimais C1
ECD Food Service B5
EgonZehnder C6
Eni B1
Evolua B2
Formaggio Mineiro B5
Foxconn A11
GE B1
Grupo UOL C1
Honor A11
Hyster B1
Icatu C6
Intel A11

Inter.B A2
Itaú Unibanco B3
Jabil A11
Jalles Machado B6
John Deere B2
Juvenescence B4
KION B2
LY ITeCh A11
Manesco A6
Marfrig B5, B6
MilkPoint Mercado B5
Modal B2
Multiplan B1
Nagro B5
Nubank C1
Odebrecht A8
Oi B3

Origo B6
Oxford Economics C2
Pagatron A11
PagSeguro C1
Pátria B3
Petrobras A6, B1, C1
Prisma B3
Qualicorp B3
Raizen B6
RecargaPay C1
Rede D’Or B3
Sabesp A6
Samsung A11
São Martinho B6
Smart Fit B5
SMIC A11
Stellantis B1

Stora Enso B2
SulAmérica B3
Sylvamo B2
Truxt C1
Twitter B3
Ultra B2
UPL B6
Vale C6
Vella Pugliese Buosi
Guidoni A6
Volvo B2
Wiz Co B5
Wuxi Huansheng Precision
Alloy Materials A11
Zurich Minas Brasil Seguros C6

MAIOR



bradesco

Brasil

Relações externas Ministro volta ao posto pelas mãos de Celso Amorim, ex-chanceler e agora assessor especial de Lula

Vieira assume com missão de reposicionar país

Murillo Camarotto
De Brasília

Em uma cerimônia prestigiada, o novo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, assumiu oficialmente nesta segunda-feira o comando da diplomacia brasileira, com a missão de “reconduzir o país ao grande palco das relações internacionais”, após “um retrocesso sem precedentes”.

Diante de ministros de tribunais superiores, ministros do novo governo, embaixadores e parlamentares, Vieira assumiu o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável e lembrou de sua última passagem na pasta, interrompida pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

“Só seremos fortes se atuarmos como país comprometido com o desenvolvimento sustentável”, disse ele antes de mencionar que o Brasil já é candidato a sediar a COP30, prevista para ser realizada em 2025.

“O Brasil tem todas as condições de se consolidar como um modelo de transição energética e economia de baixo carbono”, afirmou o novo chanceler, que também se comprometeu a organizar uma cúpula com os países que compartilham a floresta amazônica.

Vieira volta ao Itamaraty pelas mãos do ex-ministro Celso Amorim, que será assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assuntos internacionais. Até então, havia a expectativa de que ele viesse a assumir a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

O modelo é o mesmo que funcionou durante os mandatos anteriores de Lula, quando Marco Aurélio Garcia exerceu na função de assessor especial. Amorim terá como braço direito o diplomata Audo Faleiro, que também trabalhou com Garcia e depois teve passagem pela Embaixada do Brasil em Paris.

A função prevê assistência completa do presidente em as-



Mauro Vieira: compromisso com o desenvolvimento sustentável

suntos referentes à política externa e soberania nacional. Também cabe ao assessor especial a elaboração de estudos e realização de contatos em assuntos

que subsidiem a estratégia internacional.

Vieira pasta se deu por ocasião do impeachment de Dilma, afastada do cargo em maio de 2016.

Segundo Vieira, o processo “fraturou o país” e deixou “marcas profundas”.

O chanceler ainda se comprometeu a retomar a adesão do Brasil ao Pacto Global de Migrações, do qual o país saiu nos primeiros dias do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em âmbito regional, o Brasil vai retomar as discussões para recriação da Unasul e deve formalizar em breve o seu retorno à Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (Celac), disse.

O novo chanceler também falou em reforçar o Mercosul, tanto na liberalização do comércio quanto na circulação de mercadorias e pessoas.

Sobre o acordo entre o bloco e a União Europeia, o chanceler disse que vai trabalhar para que a questão ambiental não se torne um pretexto para protecionismo por parte dos países europeus. A relação com os Estados Unidos, segundo ele, deverá acontecer “em pé de igualdade”.

A nova diplomacia brasileira também vai defender a reforma de instituições financeiras internacionais e aproveitar a posição de comando do Brasil em algumas organizações, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para readequar políticas.

E uma de suas primeiras medidas, Vieira decidiu recriar uma secretaria específica para cuidar de África e Oriente Médio, em um sinal da importância que as regiões terão para o novo governo.

Na estrutura anterior, do governo do presidente Jair Bolsonaro, as duas regiões foram incorporadas à secretaria que tem por função cuidar da Europa.

O novo ministro também confirmou a criação da Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente, que cuidará das discussões sobre as mudanças climáticas no campo diplomático. A gestão ambiental levou o Brasil a ser amplamente criticado nos últimos anos pela comunidade internacional.

Brasil assume presidência do G20 e precisa se preparar logo

Análise

Assis Moreira
Genebra

O Brasil assumirá no dia 1º de dezembro deste ano a presidência rotativa do G20, o principal grupo da governança econômica global reunindo grandes economias desenvolvidas e emergentes. Esta será a grande oportunidade para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva realmente retomar o protagonismo nos mais diversos temas da agenda global.

Como a equipe de transição destacou, a combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predomínio de visão isolacionista do mundo, no nível externo, afetou a imagem do país e prejudicou a capacidade brasileira de influir. A presidência do G20 será assim uma plataforma gigantesca para o novo governo realmente trazer o Brasil de volta ao mundo — mas não pode improvisar.

Uma urgência nos cem primei-

ros dias do ministro Mauro Vieira no Itamaraty deve ser prioridade na organização do G20 no país. Isso passa por juntar rapidamente os melhores quadros, que conhecem bem os trabalhos do grupo, para projetar a presidência brasileira, que vai até o fim de novembro de 2024.

O que vai ser possível fazer dependerá bastante de como estiver o impasse na cooperação entre as maiores economias do mundo. Em 2022, na presidência da Indonésia, a ausência de comunicados nas reuniões do G20 representou um dos pontos mais baixos da cooperação global, em meio a intensa tensão geopolítica e riscos de recessão global. Até o fim de novembro, a Índia estará na presidência do grupo. O Brasil com Lula assumirá a presidência em dezembro sempre num momento crítico nos assuntos globais.

Um ex-ministro brasileiro chegou a dizer que o G7, grupo das maiores economias desenvolvidas (EUA, Alemanha, Japão, França, Reino Unido, Canadá e Itália) tinha

acabado depois que o G20 foi formado em 1999. Hoje, na verdade, o G7 está muito coeso, até pela saída da Rússia (era então G8), e tem gerado iniciativas que depois vão desembocar justamente no G20 — onde se confrontam com emergentes, por exemplo.

O Brasil na presidência do G20 organizará dezenas de reuniões ministeriais envolvendo os mais diversos temas, como macroeconomia, finanças, agricultura, energia, meio ambiente, transformação digital, comércio, investimentos, indústria e saúde. A presidência brasileira culminará com a cúpula dos chefes de Estado e de governo em 2024.

Cada presidência do G20 tem poder de criar agendas. Para o governo Lula, é preciso definir logo quais os temas relevantes como eixo central, e se preparar com estudos para ser capaz de liderar as discussões e propor soluções para ação coletiva. A diplomacia brasileira é reconhecida pela competência. Mas é preciso definir o que vai querer, ra-

pidamente, para saber a direção que tomará.

Se o governo Lula, por meio do Itamaraty, não se preparar rapidamente, instituições internacionais vão progressivamente querer impor sua própria visão da agenda internacional na preparação da próxima presidência do G20.

Tipicamente, países que organizam o G20, com custos de milhões de dólares ao longo do ano, tem duas equipes: uma dita “substantiva”, para tratar de temas e calendário, e outra para logístico-administrativa.

Em termos de prioridade, parece evidente que o governo Lula vai dar uma ênfase ao combate à crise alimentar global. A inclusão social deve cobrir tanto combate a fome, como de acesso à saúde, educação, transferência de renda, capacidade e treinamento para as pessoas buscarem empregos. Lula certamente convidará países africanos para participar dos trabalhos do G20 sob a presidência brasileira.

Outra ênfase é nas questões

ambientais e de mudança climática, até pelo fato de o país ter se tornando um pária por causa do desmatamento da Amazônia nos quatro anos do governo Bolsonaro. A ideia do governo Lula de apostar na Amazônia em nível internacional é forte e bem apreciada. Não será surpresa se a reunião de ministros de Meio Ambiente for organizada em Manaus. A agenda de sustentabilidade deve cobrir proteção ambiental, mitigação da mudança do clima, combate a desmatamento, mercado de carbonos, financiamento verde.

Tema forte será também infraestrutura. O G20 pode ter papel mais forte tanto no lado financeiro para melhorar o direcionamento de recursos públicos internacionais, como também sobre melhores modelos de financiamento e execução de projetos, impacto para o desenvolvimento sustentável e outros, envolvendo água, saneamento, energia renovável, conectividade, logística, transformação digital.

O fortalecimento do multilateralismo, em meio a incertezas e sucessivas crises, o reforço de financiamento de bancos de desenvolvimento e vários outros temas podem ser incluídos na agenda.

Quanto à parte logística, a negociação precisará começar rapidamente com cidades para sediar diferentes reuniões ministeriais ou a nível de vice-ministros. Uma questão é como acomodar todo mundo — delegações oficiais, ONGs, imprensa. Em todo o caso, será uma oportunidade de mostrar o Brasil para o mundo. O governo vai precisar levar em conta também os eventos paralelos, com entidades da sociedade civil, por exemplo.

Quanto ao local da cúpula dos chefes de Estado e de governo, é uma decisão política a ser tomada pelo governo Lula. São Paulo e Rio de Janeiro são privilegiados, pela rede hoteleira, para receber delegações de Joe Biden, Xi Jinping, Vladimir Putin e outros. Se dependesse do voto de membros do G20, a cúpula seria no Rio.

Preços ajudam, e superávit comercial bate recorde

Estevão Taiar e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

A balança comercial registrou superávit de US\$ 4,78 bilhões em dezembro e fechou 2022 com saldo de US\$ 62,31 bilhões, alta de 1,5% contra 2021 e recorde da série histórica. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 607,704 bilhões em 2022, com alta de 21,5% contra 2021 e também recorde.

Os indicadores são robustos e mostram importante contribuição da balança para o setor externo, dizem especialistas. Os resultados de 2022, porém, contaram com papel importante da alta de preços, que deve ajudar menos em 2023, avaliam. Os dados de comércio foram divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic).

Em 2022 as importações somaram US\$ 272,7 bilhões, 24,3% a mais do que em 2021. A variação, porém, não reflete um aumento da demanda doméstica na mesma proporção, avalia José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Boa parte dessa alta, diz, é explicada por preços, que subiram 23,4% em 2022 contra o ano anterior, enquanto o volume embarcado aumentou apenas 2,6% em igual comparação.

Na exportação os preços também comandaram. Segundo dados do Mdic, nos embarques os preços subiram 13,6% enquanto a quantidade avançou 5,5%. A combinação fez as exportações alcançarem US\$ 335 bilhões em 2022.

O dinamismo do comércio já mostrou alguma mudança nos últimos meses de 2022, com processo gradativo de ajuste de preços que deve continuar em 2023, diz Castro. Isso, ao lado de uma econo-

mia global mais desacelerada, avalia, deve levar a uma queda da corrente de comércio neste ano.

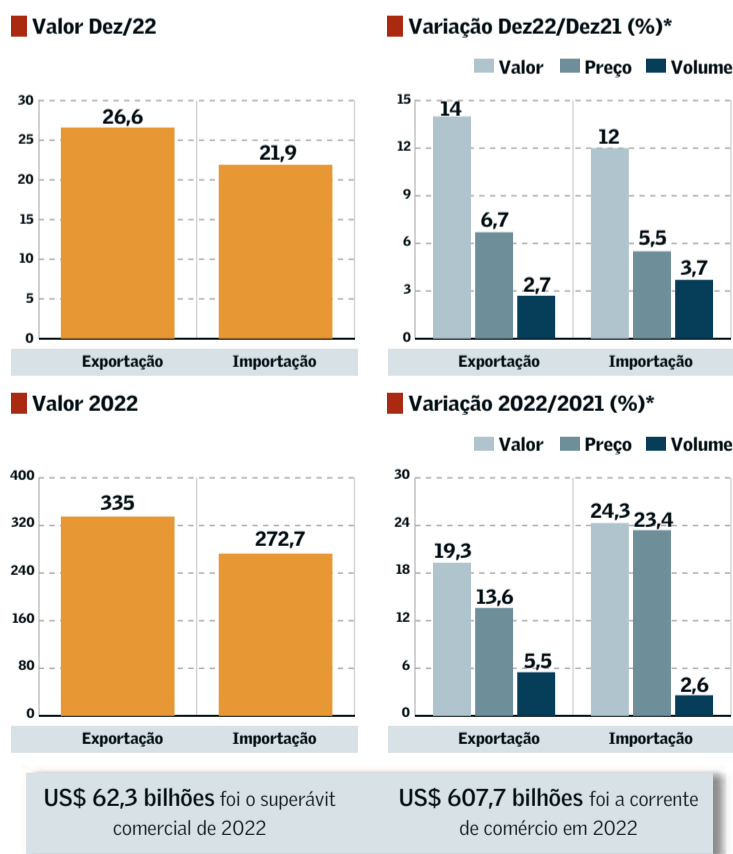
Mirella Hirakawa, economista da AZ Quest, destaca que os dados da balança de 2022 mostram não somente maior abertura comercial como também maior participação do comércio externo na atividade. A corrente de comércio, lembra, que começou a subir desde 2017, terminou 2022 próximo a 32% do PIB. O nível de superávit comercial de 2022 foi também surpreendente, diz. Na projeção mais recente, o governo federal calculava superávit de US\$ 55,4 bilhões, quase US\$ 7 bilhões abaixo do saldo alcançado. O melhor saldo foi creditado pelo Mdic ao “maior crescimento das exportações e menor crescimento das importações em relação ao estimado”.

Para Mirella, parte importante da “surpresa” é explicada por preços, num movimento que na verdade vem desde 2021. Pelos dados calculados pela AZ Quest, os preços médios de exportação avançaram 14,4% em 2022, após alta de 22,8% em 2021. O volume embarcado também subiu, mas a taxas menores, de 3,2% e 6,8%, respectivamente. No lado das importações, a consultoria calcula aumento de preços de 16,1% em 2022 e de 14,5% em 2021. Em quantidade, houve alta de 9,1% e 20,7%, na mesma ordem. A alta de preços, explica, resultou dos choques a que a economia e também o comércio global ficaram submetidos no período, primeiramente pelos efeitos da pandemia de covid-19 e depois pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

Ao mesmo tempo, diz, no decorrer de 2022, houve, no mercado doméstico, um início de normalização do consumo das famílias, com um direcionamento maior para serviços do que para bens,

Resultados recordes

Componentes e variações da balança comercial brasileira - em US\$ bilhões



Fonte: Mdic. *Variação de valor por dia útil. Variações de índices de preços e volume originais, sem ponderação por dia útil

num quadro diverso ao que marcou o pico da crise sanitária, em 2021. Para 2023, diz Mirella, o que se espera no comércio global é um ajuste de preços médios, com queda em grãos e minério de ferro, itens importantes na exportação brasileira, que devem pressionar para baixo o valor embarcado.

O que pode mudar o quadro, diz, é a reação da economia chinesa no decorrer deste ano, com as novas medidas anunciadas, principalmente de flexibilização na política de covid zero, o que poderia contrabalançar um pouco o efeito

negativo dos preços. Já as importações brasileiras em 2023, diz Mirella, devem andar de lado. Apesar de uma demanda doméstica mais fraca este ano, Mirella acredita que os preços ainda se manterão altos em alguns ramos de atividade, em razão de ajustes que ainda estão sendo feitos no descompasso global entre oferta e demanda. O quadro diz Mirella, deve levar a um superávit comercial menor em 2023, mas ainda robusto e acima dos US\$ 50 bilhões. A AZ Quest espera queda de 0,2% no PIB em 2023, após alta de 3% estimada para 2022.

Discurso ambiental ajuda na relação com UE, diz português

Murillo Camarotto e Caetano Tont
De Brasília

Após uma série de reações negativas da Europa à gestão ambiental no Brasil nos últimos quatro anos, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, disse ontem em Brasília que o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na área ambiental “é importante para o diálogo com a União Europeia”.

“Foi muito importante ouvir o presidente Lula definir a política brasileira em matéria ambiental, ecológica e desenvolvimento sustentável”, disse ele após reunião com o mandatário brasileiro, no Ministério das Relações Exteriores.

Rebelo lembrou ainda da importância da vinda ao Brasil do presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, que, além de prestigiar a posse de Lula, viajou a Manaus. O país é um dos financiadores do Fundo Amazônia.

As tratativas para a assinatura do acordo comercial entre Mercosul e UE travaram por causa das dúvidas dos europeus em relação à política ambiental do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Lula e Rebelo também trataram de cooperação entre os países em diversas áreas e também de uma visita de Lula a Portugal, programada para acontecer entre 22 e 25 de abril deste ano.

Mais cedo, Rebelo disse estar satisfeito com o retorno de “um Brasil multilateral”, em referência ao novo governo.

Um dia após ser empossado, Lula participou ontem de uma bateria de reuniões com chefes de Estado que vieram à capital para a solenidade.

Em outra frente, o presidente

do Chile, Gabriel Boric — que também esteve em Brasília para a posse de Lula —, defendeu que os países sul-americanos se esforcem para reintegrar a Venezuela aos circuitos multilaterais e não a isolar ainda mais o país.

“Os problemas não se resolvem isolando os países, mas sim os incorporando, os ajudando a sair [do isolamento] e fortalecendo a democracia”, afirmou o mandatário chileno após encontro com Lula.

Segundo Boric, ele e Lula também discutiram formas de colaborar para que o processo eleitoral de 2024 na Venezuela seja “plenamente legítimo e uma garantia para todos os atores e todos os setores da sociedade”.

O chileno também tratou com Lula sobre formas de o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atualmente presidido pelo Brasil, com a eleição de Ilan Goldfajn no fim do ano passado, auxiliar em políticas de auxílio às populações empobrecidas da América Latina.

Após quase dez meses de espera, o governo brasileiro também aceitou o indicado do presidente Boric para a vaga de embaixador em Brasília. A indicação estava retida pela antiga administração do Itamaraty por causa de críticas que o representante havia feito ao então presidente Bolsonaro.

Em outro encontro de Lula, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, confirmou a visita do brasileiro ao país vizinho no próximo dia 23 e o reingresso do Brasil na Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (Celac).

Contas públicas Ministro da Fazenda diz, em cerimônia de posse, que novo arcabouço fiscal sairá no fim do semestre

Haddad enfatiza questão fiscal, mas quer regra 'factível'

Estevão Taiar, Lu Aiko Otta, Matheus Schuch, Larissa Garcia e Guilherme Pimenta
De Brasília

Em seu primeiro discurso no cargo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a importância de trabalhar com "metas factíveis" para as contas públicas. Ele descartou, por exemplo, um déficit primário menor do que R\$ 60 bilhões para este ano. Sobre o novo arcabouço fiscal, afirmou que a âncora organizará "as contas públicas pelo longo prazo". Haddad ainda disse, mais de uma vez, que planeja trabalhar com os outros ministros da área econômica: o vice-presidente Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação de Serviços Públicos).

"Não [vamos] ficar mentindo para a população, falando que o déficit será de R\$ 60 [bilhões] quando [no Orçamento] ele está previsto em mais de R\$ 200 [bilhões]. Não faremos isso", disse na cerimônia, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde também foi feita a transição de governo. Ao mesmo tempo, garantiu que o governo não aceitará "um resultado primário que não seja melhor do que" a quantia prevista no Orçamento. "Vamos contar com metas objetivas. Demandantes, mas factíveis, para entregar ao país a confiança que precisa para voltar a crescer", afirmou.

Ele prometeu apresentar o novo arcabouço fiscal neste primeiro semestre. Ao longo dos anos, uma crítica constante de Haddad ao teto de gastos era justamente o fato de, segundo ele, ser pouco factível cumprir a regra. No domingo, também no seu primeiro discurso no cargo neste terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chamou o instrumento de "estupidez". Na avaliação do ministro, é essencial que o novo arcabouço seja "confiável", "respeitado" e possível de ser "cumprido".

"Se você propõe uma meta inalcançável, não tem meta nenhuma. Se você propõe uma meta que não seja ambiciosa, não motiva o país. É nesse equilíbrio fino entre a ambição e a factibilidade que nós vamos exercer o nosso mandato em relação a todas as metas econômicas com as quais todos presentes nesta sala estão preocupados", afirmou, referindo-se aos secretários da pasta.

Para o ministro, "não existe política fiscal ou monetária isoladamente", mas sim uma única "política econômica" que precisa estar "harmonizada".

"Estamos com os juros mais altos do mundo em termos reais e precisamos sim buscar o entendimento da autoridade fiscal e da autoridade monetária", afirmou Haddad.

O ministro da Fazenda prometeu ser "pragmático", e não "dogmático", e disse que as políticas públicas que realizou no

período em que foi ministro da Educação (2005-2012) só tiveram sucesso porque "o setor privado e o governo federal caminharam juntos". Ele citou como exemplo o Prouni. Outro caso de "política de ganha-ganha, para o povo e para o mercado", foram as medidas voltadas para o crédito realizadas logo no começo do primeiro mandato de Lula.

"É bom que o setor privado esteja atento às oportunidades. A gente precisa sair desse pensamento binário: estatal ou privado. Tem muita coisa que pode e deve ser feita conjuntamente", afirmou. "Sem investidores nós não vamos ter empregos, não vamos gerar riqueza, mas é preciso um equilíbrio entre os interesses dos mais variados setores da população."

Ele fez questão de destacar também a diversidade de visões dentro da sua equipe, lembrando que o secretário-executivo, Gabriel Galpão, e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já trabalharam em governos do PSDB. Em um nível hierárquico mais alto, afirmou que trabalhará em parceria com Alckmin, Tebet e Esther Dweck.

"Éramos o Posto Ipiranga, agora somos uma rede", disse, em referência ao apelido do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, que concentrou as atribuições de Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Planejamento e Gestão em uma única pasta.

Mas também reconheceu que o "desafio é enorme" e que en-



Haddad: "No equilíbrio fino entre ambição e factibilidade que vamos exercer o mandato em relação às metas econômicas"

frentará dificuldades políticas. "Você sabem quanto isolada a equipe econômica fica na Esplanada [dos Ministérios]. É sempre o patinho feio da Esplanada. Nós aceitamos esse cargo, mas para fazer o bem para a população", afirmou Haddad.

A cerimônia de posse contou com a presença de aproximadamente 700 convidados, entre empresários, futuros colegas de Esplanada, políticos e economistas. Na semana passada, o cerimonial chegou a trabalhar com a possibilidade de receber mil convidados, tamanha a demanda pelo evento. Mas no fim o número de convites ficou na casa dos 700.

Ao chegar à posse, Simone Tebet admitiu que a relação com Haddad terá "divergência" em alguns pontos, mas disse que "é na divergência que vamos crescer". Tebet e o ministro da Fazenda têm reunião agendada para a

próxima quinta-feira.

O pedido pela realização de uma reforma tributária foi disseminado entre os convidados. Em seu discurso, o ministro defendeu "um sistema tributário mais transparente, sobretudo mais justo e mais simples", que retire peso "das famílias de baixa renda".

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, afirmou que é "importante" que Haddad queira "discutir" as mudanças tributárias.

"A reforma é a maneira de ampliar o volume de pessoas que pagam impostos e criar equilíbrio, porque quem paga mais impostos é a indústria", disse.

Já o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), mostrou confiança na aprovação das mudanças e disse que tem conversado com o ministro sobre o tema. Ele foi presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Fi-

nanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) em 2021 e 2022 e amarrado apoio unânime dos Estados à reforma.

Os convidados ainda chamaram atenção para a importância que outros integrantes do governo terão para que a agenda econômica seja bem-sucedida. O presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, afirmou que a "ênfase" que Lula costumava dar à "negociação política muito vai ajudar na normalização do país". Andrade classificou a nomeação de Alckmin para o MDIC como "fantástica". "Por ser vice-presidente, [Alckmin] vai facilitar a discussão sobre medidas para o desenvolvimento", disse o presidente da CNI.

Veja os primeiros embates de Haddad na página A6 e a reação do mercado na página C1

Papel de "patinho feio" pressupõe austeridade, mas requer aliados

Análise

Maria Cristina Fernandes
De Brasília

"Eu vou mostrar pra vocês como se dança o baião." A vocalista Mirla talvez não soubesse, mas, ao escolher "O Baião", de Luiz Gonzaga, para abrir a cerimônia, ofereceu a melhor música de fundo para a conjuntura em que se deu a posse de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda. Um dia antes, o presidente da República havia assinado a medida provisória que prorrogou a desoneração dos combustíveis, medida contra a qual o novo ministro havia publicamente se insurgido. Haddad estreou no baião da posse com um tropeço.

A banda já tinha parado de tocar quando o novo ministro chegou ao palco do auditório e respondeu à vocalista em dueto. Declarou, em seu discurso, aceitar o encargo de "patinho feio" da Esplanada. Em economês, as atribuições do "patinho feio" passam pela harmonização da política fiscal com a monetária, cujo responsável, o presidente Roberto Campos, estava nas primeiras fileiras do auditório. Passam ainda pela recusa em aceitar o resultado primário previsto na lei orçamentária de R\$ 220 bilhões de déficit em 2023 e pelo combate à inflação.

O posicionamento clareia algo que, até aqui, não era percebido de maneira inequívoca no mercado, cobrando um preço nas expectativas. Não define, porém, todos os contornos daquele ministro da Fazenda que atenderia a todas as expectativas, o "ministro do não". Um interlocutor da área financeira reconhece o trauma da transição, que não teve sequer transmissão de cargo pelo ex-ministro Paulo Guedes, aplaudido as sinalizações do discurso de harmonização com a política monetária, inexistente na transição, mas cobra definições daquilo que será feito, como e quando. Anseia, por exemplo, pela definição da magnitude do corte de gastos.

Enquanto ele não senta na ca-

deira do "não", diz este interlocutor, os ministros do "sim" avançam. Foi na tentativa de responder a ansiedades como esta que Haddad anunciou a disposição do governo de reorganizar os combustíveis, intenção que acabou não se confirmando. Mas foi ao sentar na cadeira do "não" antes da hora que Haddad assumiu o cargo com um revés.

O novo ministro disse que anunciaria suas primeiras medidas "nas próximas semanas". Por enquanto, parece mais preocupado em expor os pés de barro da "cadeira do não" ocupada por Guedes. Crítico medidas, no apagar das luzes de sua gestão, que teriam impacto de mais de R\$ 10 bilhões, e o conjunto de benesses e renúncias fiscais que, segundo estima, representariam 3% do PIB. A estimativa o levou a dizer que seu mandato não será o de "arrumar a casa" mas de "reconstruí-la".

Para incorporar o figurino do ministro da Fazenda que diz não, terá, paradoxalmente, que superar a ausência de experiência parlamentar com alianças políticas mais firmes e coordenadas na Esplanada que lhe permitam aquilatar a reação das medidas que vai tomar e a melhor maneira de minorá-las. A confiança que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe deposita não prescinde dessas alianças. Entre uma greve de caminhoneiros na estreia de seu governo ou fazer seu ministro da Fazenda engolir o primeiro gol contra antes do início do jogo, Lula não titubeou e apostou na segunda alternativa com a edição da MP que prorrogou a desoneração de combustíveis.

O secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, resumiu a lição aprendida: "Não existe economia sem política". Mais elogiado pelo titular da pasta, Mello integra a equipe que Haddad definiu como uma "rede de postos, e não mais um posto Ipiranga". Naquilo que pareceu uma resposta às críticas de que se cercou apenas de pessoas que já estavam em seu entorno, disse: "Não somos dogmáticos,

somos programáticos, queremos resultados, mas seguimos princípios e valores". Se Lula lhe deu completa liberdade na escolha do time, sem interferir nem mesmo na estratégia Receita Federal, entregue ao procurador da cidade de São Paulo Robinson Barreirinhas, o preço será cobrado nos resultados. E estes dependem também das alianças que Haddad fizer.

Citou as ministras Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, presente à posse, como seus principais aliados. Ao mencionar Alckmin, o novo ministro lembrou a costura de que participou para aproximar os "dois constituintes" (Alckmin e Lula) na aliança que se mostrou vitoriosa.

Se a posse de Alckmin no Ministério da Indústria e Comércio coloca um aliado próximo na construção da política industrial deste governo, condição que não partilha com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, as novas atribuições do vice o tiram do coração do poder e privam Haddad de um apoio importante no cotidiano das costuras políticas do governo.

Simone Tebet também pode convergir para uma aliança, especialmente se o rumo da política econômica for aquele anunciado no discurso, mas seu partido resolveu "adotá-la" na queda de braço a ser travada no Congresso com o ministro da Fazenda. Não será fácil para Haddad, por exemplo, recuperar o Coaf, como previsto numa das medidas provisórias já assina-

das por Lula. Há uma coalizão de interesses no Congresso contrária a esta mudança, vista como um reforço nas atribuições do ministro que, por definição, é o alvo número 1 do Congresso.

Se a vitória de Haddad com a PEC da Transição mandou para a nova equipe econômica sinais equivocados em relação ao acúmulo de forças para bancar a renovação dos combustíveis, o ministro sinalizou, no discurso, que trabalhará para aprovar, ainda neste semestre, a nova âncora fiscal do governo. "Não vai ter projeto de lei parado na mesa", disse. Os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a quem agradeceu pela PEC, não estavam presentes na cerimônia.

Além de Geraldo Alckmin e Roberto Campos, a posse de Haddad contou com a presença de oito ministros: Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Simone Tebet (Planejamento), Marina Silva (Meio Ambiente), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Anielle Franco (Igualdade Racial), Vinícius Carvalho (Controladoria-Geral da União) e Renan Filho (Transportes). Entre os parlamentares, já estavam o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes.

O setor financeiro estava representado por Luiz Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, e Isaac Sidney, da Febraban.

ITAIPU
BINACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL
NF 2014-22

Objeto: contratação dos serviços de Atendimento de Urgência e Emergência 24h nas dependências da ITAIPU.

Condição de participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil.

Caderno de bases e condições: disponível no site <https://compras.itaipu.gov.br>.

Recebimento das propostas: até às 9h (horário de Brasília) de 20 de janeiro de 2023.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Samuel Valiente Claverol
Superintendente-adjunto de Compras

CLARO S.A.
Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 40.432.544/0001-47 - NIRE nº 35.300.145.801

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas da Claro S.A. ("Companhia") a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará na sede social da Companhia, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04709-110, no dia 09 de janeiro de 2023, às 9:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) deliberar sobre a emissão e as características da 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160/22, e demais leis e regulamentações aplicáveis, no valor total de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures"); (b) delegação de poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre qualquer alteração nas condições da referida emissão de debêntures, nos termos do art. 59, §4º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 10º, parágrafo 7º, inciso XXII, do Estatuto Social da Companhia; (c) autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à negociação dos termos da escritura de emissão e contratos relacionados, à contratação de instituições financeiras para coordenar e efetuar a distribuição das Debêntures ao público investidor e a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão; (d) autorizar a Diretoria da Companhia a contratar assessores legais e demais prestadores de serviços necessários à Emissão; e (e) ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria da Companhia anteriormente à data da Assembleia Geral Extraordinária em relação à Emissão. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 06 de janeiro de 2023, até às 17:00 horas; (b) Os documentos relativos à ordem do dia da referida Assembleia se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 30 de dezembro de 2022

Daniel Hajj Aboumrad - Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE nº 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia" ou "Sabesp"), em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, recebeu do acionista controlador a informação de que, a pedido da equipe do governo de transição, o acionista controlador solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a cessão do Sr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, para exercer as funções de Diretor-Presidente da Sabesp.

A Companhia ressalta que a nomeação e posse do Sr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes enquanto membro da Administração da Sabesp dependerá das aprovações societárias necessárias, após a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

A Companhia manterá o mercado informado a respeito dos desdobramentos do assunto objeto deste fato relevante.

São Paulo, 30 de dezembro de 2022.

Ricardo Daruiz Borsari
Diretor Metropolitano

Respondendo pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

sabesp **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO

Brasil

Contas públicas Ministro enfrenta desonerações da gestão anterior

Disputa interna e fatura a pagar marcam estreia de Haddad

Lu Aiko Otta, Estevão Taiar, Matheus Schuch, Guilherme Pimenta e Larissa Garcia De Brasília

A gestão de Fernando Haddad à frente da Fazenda começou com um embate dentro da equipe de governo e uma grande fatura em aberto deixada pelo governo anterior. Ontem, tão logo se encerrou a cerimônia de posse, o governo publicou uma medida provisória (MP) que prorroga a desoneração tributária sobre combustíveis, algo que o ministro havia dito que não ocorreria.

Além disso, uma série de atos assinados nos últimos dias do governo anterior, entre eles uma série de decretos firmados em 30 de dezembro pelo então presidente em exercício, Hamilton Mourão, que abriu um rombo de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões na arrecadação.

A MP dos Combustíveis mantém em zero até 31 de dezembro deste ano as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo. No caso de

gasolina e álcool, a desoneração vai até 28 de fevereiro. O texto ainda manteve em zero, até 28 de fevereiro, a alíquota da Cide sobre gasolina. Por fim, manteve em zero, mais uma vez até 28 de fevereiro, as alíquotas de PIS/Cofins sobre querosene de aviação e gás natural veicular.

Haddad havia dito, na semana passada, que as alíquotas zero de tributos sobre combustíveis não seriam mantidas. Questionado ontem sobre a edição da MP, ele negou que tenha havido dissenso no governo.

"Veja bem, eu falei que o presidente iria decidir isso", disse o ministro ontem após a sua cerimônia de posse. Ele acrescentou que havia pedido à equipe econômica anterior que suspendesse o plano de prorrogar a desoneração por um mês para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomasse uma decisão sobre o tema. E a decisão de Lula, informou, foi aguardar a nova diretoria da Petrobras tomar posse.

Questionado se haveria uma nova política de preços para a es-



O presidente indicado da Petrobras, Jean Paul Prates: como o imposto não subiu, não há justificativa para aumento dos preços nos postos de combustíveis

tatal, o ministro afirmou que Lula "quer discutir isso conjuntamente com a nova diretoria da Petrobras". O presidente indicado para a estatal, Jean Paul Prates, vem defendendo alterações no preço de paridade internacional (PPI).

Enquanto parte do mercado interpretou a edição da MP como um possível desgaste político de Haddad, o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Trabuco, viu a decisão como apropriada, por dar tempo para se equacionar o novo modelo fiscal.

Apesar de os impostos federais não terem subido, os preços dos combustíveis nas bombas registraram alta em algumas cidades,

o que surpreendeu o governo. "Não há fato novo que justifique a alta", afirmou o presidente indicado da Petrobras, Jean Paul Prates. Ele acrescentou que os órgãos de defesa do consumidor precisarão agir.

A cautela de Lula a respeito da tributação de combustíveis se justifica pela falta de confiança em relação à equipe do governo anterior, disse o ministro. Ele informou que havia pedido que não fossem adotadas medidas com impacto fiscal. No entanto, várias delas foram implementadas na reta final do ano passado, trazendo perda de arrecadação.

A queda nas receitas ficará entre R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões,

a depender de quantas das medidas recentes poderão ser revertidas. Haddad citou a desoneração de querosene para aviação, a MP do preço de transferência das multinacionais, a redução do IOF e o PIS/Cofins de instituições financeiras entre essas medidas.

Segundo o ministro, há "um problema jurídico a analisar". Ele afirmou que há dúvidas sobre "a questão da anterioridade". E que, certamente, haveria perda de receitas em função da noventena, mas não especificou qual seria.

No entanto, há entre especialistas uma discussão se um decreto publicado ontem, revogando a redução do PIS/Cofins

sobre receitas financeiras decretada no último dia 30, produziria efeitos de imediato ou apenas após 90 dias.

Em seu discurso, Haddad falou de valores ainda maiores, mencionando por cima medidas "eleitoreiras" tomadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. "O custo é esse, senhoras e senhores: 3% do PIB [Produto Interno Bruto] gastos em aumento irresponsável de dispêndios e em renúncia fiscal", afirmou, sem especificar a que se referia. "Estamos falando, portanto, de um rombo de cerca de R\$ 300 bilhões, provocado pela insanidade."

Ver também páginas B1 e B6

Rio prevê arrecadar R\$ 1 bilhão a mais com diesel e GLP

Rodrigo Carro De Rio

O Estado do Rio de Janeiro projeta um acréscimo de R\$ 1 bilhão em sua arrecadação para este ano a partir de alterações na tributação do gás liquefeito de petróleo (GLP) e do óleo diesel, de acordo com uma fonte que acompanha o tema de perto. O aumento está diretamente relacionado ao acordo entre União, Estados e Distrito Federal homologado pelo Supremo Tribunal

Federal (STF) no mês passado. E, também, ao convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicado em 23 de dezembro que alterou a alíquota de ICMS incidente sobre o diesel, o biodiesel e o GLP.

Para esses combustíveis, a alíquota será "ad rem", ou seja, terá valor fixo por unidade de medida (litro ou quilo, dependendo do produto). "A cobrança 'ad rem' permite que a base de cálculo, o montante sobre o qual vai incidir a alíquota do imposto, se-

ja mais estável", explica José Guilherme Missagia, sócio do escritório Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados. A estabilidade é particularmente relevante no caso de produtos como o petróleo, cujo preço está sujeito a oscilações diárias.

Atendendo ao princípio constitucional da noventena, o qual determina que os entes federativos passem a cobrar um tributo somente depois de passados 90 dias da publicação da lei que o instituiu ou aumentou, as novas

alíquotas devem começar a vigorar a partir de abril deste ano. Conforme acordado entre os secretários estaduais de Fazenda, a alíquota "ad rem" incidente sobre combustíveis será unificada e nacional.

A fixação de uma alíquota única para o GLP, o diesel e o biodiesel já constava do acordo entre União, Estados e Distrito Federal alinhavado pelo Supremo em dezembro. No caso do Rio de Janeiro, o valor fixado para a alíquota do GLP é superior

ao praticado atualmente.

O convênio do Confaz publicado em 23 de dezembro do ano passado trata ainda do regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis. Nesse regime, o pagamento de tributos se dá apenas na primeira etapa da cadeia produtiva. O advogado José Guilherme Missagia esclarece que a adoção da monofásia beneficia a arrecadação tributária. "Dessa forma, concentra-se a arrecadação e a fisca-

lização em alguns poucos atores, como os grandes distribuidores de combustíveis", destaca o tributarista.

Ainda de acordo com fonte ouvida pela reportagem, o governo fluminense deve fechar o ano com um volume de restos a pagar (despesas empenhadas, mas não quitadas até 31 de dezembro) similar ao registrado em 2021. No ano passado, o estoque de resto a pagar do Estado do Rio de Janeiro até dezembro era de R\$ 11,3 bilhões.

Mudanças na ANA geram incerteza no saneamento

Tais Hirata De São Paulo

O governo federal transferiu a Agência Nacional de Águas (ANA) do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) para o Meio Ambiente (MMA). A pasta também assumirá a responsabilidade do Plano Nacional de Saneamento Básico. As mudanças, feitas pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro, geraram alerta no setor de água e esgoto.

A mudança foi mal vista pelas empresas privadas, diz uma fonte. A avaliação é que o MMA não

teria a experiência necessária para lidar com concessões e PPPs — modelo em expansão no setor.

Porém, na leitura de parte do mercado, segue em aberto a definição sobre um dos principais temores das empresas: a manutenção da ANA como reguladora.

A nova lei do setor, de 2020, atribuiu à ANA o papel de elaborar normas de referência ao saneamento, ou seja, diretrizes a serem seguidas pelos órgãos subnacionais. Para o setor privado, este foi um dos maiores avanços da lei, por trazer segurança jurídica.

Porém, parte da equipe de transi-

ção de governo vinha defendendo a transferência dessa função da ANA para a pasta de Cidades.

Este posicionamento aparece na MP, que altera o nome da ANA, retirando o termo "Saneamento Básico". Além disso, o decreto que regulamenta a estrutura do Ministério da Cidades traz, entre suas atribuições, a edição das normas de referência. Por outro lado, a MP também manteve vigentes diversos artigos da lei que atribuem à ANA o papel no saneamento.

Ou seja, por ora nada mudou, avalia uma fonte do setor privado. A dúvida é se isso se deu por um

erro na redação da MP ou por intenção deliberada da equipe.

"Na prática, a única mudança foi a ANA ir para o MMA. A competência de fazer normas continua, inclusive porque está prevista em outros artigos que não foram alterados", afirma o advogado Wladimir Ribeiro, sócio do Manesco.

Já Renato Kloss, sócio do Vella Pugliese Buosi Guidoni, avalia que a MP já esvazia a ANA e sinaliza a posição do novo governo. "Minha interpretação é que a agência está saindo do saneamento, ainda que seja preciso aguardar novas normas para concluir o processo."

Para uma fonte, a MP ainda será alvo de muitas emendas no Congresso e é difícil prever o resultado. Porém, o episódio indica que o governo está perdido sobre suas políticas de saneamento, diz. "A verdade é que estamos ainda colhendo migalhas para entender a posição da nova gestão", avalia Kloss.

Conforme revelou o Valor durante o período de transição, a ANA era objeto de disputa entre três grupos técnicos justamente por causa do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) e de mudanças promovidas pelo novo Marco Legal do Saneamento.

No caso do Ministério da Integração, a intenção era ter mais influência em relação a investimentos para combater a escassez hídrica e recuperação de bacias hidrográficas no Nordeste e Norte. Já no Ministério das Cidades, o interesse estava ligado ao impulso que o novo governo deve dar ao setor em grandes centros urbanos.

Segundo fontes do novo governo, mesmo sem a agência vinculada às suas estruturas, buscou-se garantir às pastas os instrumentos necessários para a execução das políticas setoriais. (Colaborou Fernando Exman, de Brasília)



Jerson Kelman, 1º presidente da ANA: mudança afastará os investidores

Retirar agência do saneamento é erro, diz ex-presidente

De São Paulo

A proposta de retirar a Agência Nacional de Águas (ANA) do setor de saneamento básico é um equívoco. Se concretizado, vai gerar insegurança jurídica e afastar investidores. A avaliação é de Jerson Kelman, primeiro presidente do órgão, entre 2001 e 2004.

"Seria razoável retirar o papel da ANA se a ideia fosse criar uma nova Agência Nacional de Saneamento. Mas levar a elaboração de normas para a administração direta seria um enorme equívoco", afirma ele, que também já presidiu a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Sabesp.

"Por definição, a administração está sujeita aos humores dos poderes de plantão. É a rota mais segura para afugentar o investi-

dor privado do setor, o que, na situação atual do país, significa possivelmente atrasar a universalização da água e esgoto", diz.

Kelman avalia que, para a ANA cumprir seu novo papel de reguladora do saneamento, o novo governo deveria reforçar o órgão — que, até a lei do saneamento de 2020, cuidava apenas de recursos hídricos. "A agência assumiu uma tarefa descomunal, desproporcional à sua capacidade atual. O governo deveria dotar a ANA, que já tem um quadro bom, para capacitar e aumentar a probabilidade de atingir a missão do setor. E não transferir a função", afirma.

Já a transferência da agência para o Ministério de Meio Ambiente foi bem vista. "Não vejo problema. Uma das principais questões ambientais do país é a

poluição dos rios urbanos. Como a ANA cuida de recursos hídricos, é natural que ela seja vinculada a um órgão que não participe da disputa por esses recursos."

A discussão sobre o papel da ANA no saneamento não começou agora. Kelman ressalta que já em 2001 houve uma tentativa do governo federal de padronizar as normas subnacionais do saneamento por meio da atuação da ANA. A ideia era que a agência atuasse como uma credenciadora dos órgãos locais. Porém, o projeto de lei não passou no Congresso e só em 2020, com o novo marco legal, a agência assumiu essa função de dar mais homogeneidade à regulação do setor.

"Desde 2001, essa questão de papel da ANA passa por uma discussão de caráter ideológico, de

aversão da participação privada no saneamento básico, que explica esse movimento atual de tentar tirar da agência a responsabilidade de editar as normas de referência. Há um objetivo de criar insegurança e afastar os investidores privados", diz.

Questionado se haveria a necessidade de fazer ajustes ou mudanças no novo marco legal do saneamento, Kelman avalia que ainda é cedo para avaliar a necessidade de uma reforma. "A lei é muito incipiente. Não descarto a necessidade de aperfeiçoamentos, mas só tempo dirá. Agora não há essa necessidade, a nova legislação acabou de nascer. É natural que haja problemas, defeitos, mas é cedo. Essa coisa de ficar mudando tudo, a toda hora, é muito ruim para o país." (TH)

Saúde Ministra quer ampliar vacinação e melhorar relação com Estados e municípios

Nísia promete ouvir ciência e revogar atos de Bolsonaro

Cristiane Agostine e Caio Sartori
De Brasília

Primeira mulher a assumir o comando do Ministério da Saúde, a cientista, pesquisadora e ex-presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade, tomou posse ontem e afirmou que a gestão será pautada pela ciência, o diálogo com a comunidade científica e ações para ampliar a vacinação no país. Como uma das primeiras medidas, Nísia anunciou que revogará portarias e notas técnicas da gestão Jair Bolsonaro (PL) que “ofendem os direitos humanos, os direitos sexuais reprodutivos e que transformaram várias posições do ministério em uma agenda conservadora e negacionista.”

A ministra afirmou que o governo anterior foi pautado por uma agenda anticiência. Nos próximos 15 dias, um comitê vai avaliar quais ações serão revogadas e citou como exemplo a orientação de usar cloroquina contra a covid-19.

Nísia disse ainda que o ministério deve investir na busca de novas relações entre religião e ciência. Durante a pandemia, religiosos, sobretudo evangélicos, pregaram contra a vacinação. “Depois do governo que se encerrou e nos trouxe um período de obscurantismo, chamo atenção para que trabalhe de outra forma relações entre religião e ciência, religião e a sociedade”, observou.

A Saúde foi uma das áreas mais problemáticas do governo Bolsonaro. O ministério teve trocas constantes em plena crise sanitária e enfrentou a CPI da Covid no Senado, na qual teve que responder, por exemplo, às acusações de atraso na compra de vacinas.

Nísia reforçou que a atual gestão fará um esforço nacional pela vacinação e anunciou que o atual Pro-



Ministra Nísia Trindade: parcerias com a iniciativa privada para reduzir as filas por consultas, exames e cirurgias

grama Nacional de Imunizações (PNI) será transformado no Departamento Nacional de Imunizações, para converter as ações em “política permanente e estruturante”.

A ministra criticou retrocessos da gestão Bolsonaro na vacinação. Contra a poliomielite, por exemplo, a cobertura vacinal que já foi superior a 90% da população está próxima dos 70%.

Antecessor de Nísia no cargo, Marcelo Queiroga não participou da cerimônia de posse. Do governo Bolsonaro, o único ex-ministro da Saúde presente foi o médico Nelson Teich, que ficou menos de um mês no cargo e saiu por discordância com o ex-presidente. Estavam presentes os ex-ministros Saraiva Felipe, Alcenir Guerra, Agenor Álvares, Nelson Teich, Humberto Costa e Alexandre Padilha. José Gomes Temporão e Arthur Chioro enviaram mensagens, mas não foram. Também prestigiaram Nísia o cacique Raoni Metuktire e oito ministros do novo governo.

Em outro contraponto à gestão anterior, criticada pela falta de diálogo, Nísia afirmou que o ministério voltará a ter uma atuação tripartite com Estados e municípios. “Assumimos o compromisso de restabelecer o federalismo de cooperação, e não de confronto”, comparou. O Conselho Nacional de Saúde, disse, terá “toda valorização que o controle social precisa ter”.

Entre as ações apresentadas, estão parcerias com a iniciativa privada para reduzir as filas por consultas, exames e cirurgias, além do fortalecimento do complexo industrial da saúde. “Há muito tempo nós, defensores do SUS, afirmamos a necessidade de produção de vacinas, fármacos, medicamentos, bens. A pandemia mostrou nossa vulnerabilidade. O rei está nu e precisamos superar essa condição.”

Nísia pediu mais recursos para

o financiamento do SUS, destacou a importância dos laboratórios públicos e afirmou que a PEC da Transição, aprovada pelo Congresso antes da posse de Lula, foi fundamental para garantir verbas para a saúde. A ministra afirmou ainda que a pasta trabalhará “de forma assertiva” no combate ao racismo estrutural e disse que, no país, “doença tem cor”. Elogiou ainda a atuação dos profissionais de saúde e disse que lutará para viabilizar o piso nacional dos enfermeiros, mas sem dar maiores detalhes.

Cientista e pesquisadora, Nísia foi também a primeira mulher a presidir a Fiocruz, entre 2017 e 2022. É doutora em sociologia e mestre em ciência política pelo IUPERJ (atual Iesp) e graduada em ciências sociais pela Uerj. Servidora da Fiocruz desde 1987, liderou as ações da instituição contra a pandemia de covid-19.

cientista e pesquisadora, Nísia foi também a primeira mulher a presidir a Fiocruz, entre 2017 e 2022. É doutora em sociologia e mestre em ciência política pelo IUPERJ (atual Iesp) e graduada em ciências sociais pela Uerj. Servidora da Fiocruz desde 1987, liderou as ações da instituição contra a pandemia de covid-19.

Pacto por alfabetização é promessa no MEC

Vandson Lima
De Brasília

Ao tomar posse ontem como novo ministro da Educação, Camilo Santana (PT) afirmou que buscará fortalecer a autonomia das universidades públicas e aumentar os recursos disponíveis, em sua avaliação estrangulados por questões ideológicas no governo de Jair Bolsonaro (PL). Ele também se comprometeu a construir, nos primeiros cem dias de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um novo pacto nacional pela alfabetização na idade certa.

“Se por um lado precisamos de um grande pacto nacional de educação básica, precisamos fortalecer o ensino superior. Vamos fortalecer o orçamento das universidades que foram sucateadas no último governo, com visão equivocada, distorcida, de viés

ideológico”, afirmou Camilo. “Vivemos tempos sombrios, em que o Brasil foi negligenciado em diferentes áreas. A educação foi tratada como subproduto, ainda mais na pandemia, quando mais se precisou de apoio do governo federal e mais foi esquecida.”

O novo ministro exaltou os resultados alcançados no Ceará com o Pacto de Alfabetização na Idade Certa, lançado na gestão de Cid Gomes (PDT) em 2007, continuado por Camilo e que será um modelo de atuação. Cid, que chegou a ser ministro da Educação por pouco mais de dois meses no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (PT) — e deixou o cargo após discutir publicamente com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha —, esteve presente à posse.

Camilo lembrou que, na esteira da pandemia da covid-19, mais de 650 mil crianças de até 5

anos abandonaram a escola e cresceu 66% o número de crianças que não sabem ler e escrever na idade certa. Além do pacto pedagógico, ele fez forte defesa do ensino em tempo integral. “É preciso decisão política, ampliar a experiência cearense para todos os Estados. No Brasil, 9% das escolas de ensino fundamental são de tempo integral, no Ceará são 33%”, apontou.

Camilo Santana também elencou como ações urgentes no início da gestão um estudo para retomada de todas as obras de creches, escolas e universidades, um plano para recuperar a qualidade da merenda escolar, a “recuperação da credibilidade” do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e retomada de iniciativas voltadas ao ensino privado — Fundação de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni), afirmou,

também terão protagonismo.

A posse de Camilo Santana foi concorrida, com presenças do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), dos governadores Elmano Freitas (Ceará), Jerônimo Rodrigues (Bahia), Ibaneis Rocha (Distrito Federal), Carlos Brandão (Maranhão) e Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), dos ministros Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Nísia Trindade (Saúde) e Ana Moser (Esportes), além de vários deputados e senadores.

Ao final, Camilo encerrou o discurso de posse citando o educador Paulo Freire, eleito pela direita bolsonarista como inimigo ideológico no campo da educação — inclusive com o próprio Bolsonaro o citando criticamente durante um dos debates eleitorais. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, citou.

Governo Lula extingue Funasa e reparte funções

Matheus Schuch e Raphael Di Cunto
De Brasília

Um dos primeiros atos do novo governo, a extinção da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) pegou aliados de surpresa, ontem. Integrantes de partidos do centrão que esperavam indicar apadrinhados para cargos no órgão pediram explicações a auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vinculada ao Ministério da Saúde, a fundação foi criada em 1990 para promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental. Com o novo ato, as atribuições foram repassadas aos ministérios da Saúde e das Cidades.

O novo governo não informou o número de servidores vinculados atualmente à Funasa. Em levantamento divulgado há dois anos pelo órgão, 2.400 profissionais estavam vinculados, sendo pouco mais de 1.700 deles eram estatutários.

Ministro da Casa Civil, Rui Costa disse em entrevista à Globo News que a decisão é uma estratégia para dar mais eficiência à prestação de serviços. “Nós estamos buscando qualificar execução na ponta. A Funasa não foi um bom executor. E nós queremos celeridade”, pontuou.

Ao tomar posse, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, ressaltou que a divisão das atribuições foi discutida de maneira integrada. “O Ministério da Saúde há muito tempo nas ações de vigilância vinha realizando ações próximas ao que a Funasa vinha fazendo. Com esse decreto, ações de vigilância e saúde que estavam na Funasa ficarão sob responsabilidade do Ministério da Saúde e toda

parte de saneamento ficará no Ministério das Cidades”, explicou. “Isso vai ser positivo do ponto de vista das ações”.

A ideia sobre a integração das atividades da Funasa aos ministérios foi decidida na transição de governo.

Embora tecnicamente fosse considerado um caminho natural, a medida incomodou políticos do centrão. Há descontentamento, por exemplo, entre integrantes do PSD da Câmara, responsáveis pelas últimas indicações à Funasa.

Os ministros de partidos que aceitaram ingressar na base também reclamam nos bastidores de que não foram consultados previamente sobre a nova estrutura das pastas. Ontem, eles ainda estudavam quais estruturas e cargos tinham perdido no desmembramento dos ministérios.

A Medida Provisória assinada por Lula definiu que os servidores da Funasa serão incorporados à administração pública. Posteriormente, um ato do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos tratará da transferência gradual da estrutura, do patrimônio, do acervo, do pessoal e dos contratos da Funasa para outros órgãos e entidades da administração pública federal.

A MP diz que a extinção não implicará nenhuma alteração dos direitos e vantagens devidos aos seus servidores e empregados, independentemente do teor de lei específica sobre a matéria ou de contrato com disposição em contrário. “Será considerado como se o agente público permanecesse em exercício na Funasa, para todos os fins”, diz o texto. “Não haverá alteração do ente federativo de lotação dos servidores e empregados lotados ou em exercício na Funasa”.



Camilo Santana: experiência cearense será ampliada para todos os Estados

MME terá secretaria de transição energética

Rafael Bitencourt
De Brasília

O novo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou ontem, ao assumir o cargo, que a pasta contará com a Secretaria Nacional de Transição Energética. A ideia é reforçar ações do ministério nessa área.

“Será dedicada exclusivamente em estruturar as políticas públicas necessárias para colocar o Brasil como líder mundial em energia limpa, o que deve ser um dos principais desafios da nossa pasta junto com a ministra Marina [Silva] no Meio Ambiente”, afirmou o novo ministro.

A criação da secretaria foi antecipada pelo Valor, quando ainda não havia batido o martelo sobre o atual nome. A transição de

governo discutiu instituir a Secretaria de Energias Renováveis.

A nova área foi pedida pelo setor de energia renovável. Eles consideravam que a pauta de sustentabilidade não recebia o tratamento devido, apesar do tema envolver quase todas as áreas do ministério, como petróleo, gás, combustíveis, energia elétrica. O nome escolhido contempla inclusive o setor de mineração.

Outro anúncio feito pelo novo ministro diz respeito ao comando da Petrobras. “Amanhã [hoje] de manhã, o meu primeiro ato como ministro de Estado de Minas e Energia será encaminhar para o Conselho [de Administração] da Petrobras o nome do técnico, senador da República, Jean Paul Prates [PT-RN], para presidente da empresa”, disse.

Dweck quer reforma que ‘valorize’ servidores

Matheus Schuch e Lu Aiko Otta
De Brasília

Após tomar posse como ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, a economista Esther Dweck defendeu ontem uma reforma administrativa que valorize a carreira dos servidores, a necessidade de dar mais eficiência ao Estado e a discussão sobre a gestão das empresas públicas para que elas sirvam à população. Dweck relatou que ainda neste mês irá instalar uma mesa de negociação com servidores para discutir reajuste salarial.

Defensora do Estado como indutor da economia, a ministra ainda prometeu contribuir com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, na construção de um arcabouço fiscal “que garanta responsabilidade, transparência e previsibilidade”.

A cerimônia de posse lotou o auditório do ministério. Mais de 200 pessoas aplaudiram e vibraram com entusiasmo durante os discursos. Na mesa, estavam a ex-presidente Dilma Rousseff, o diretor do BNDES e ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa e a secretária-executiva da Casa Civil e ex-ministra Miriam Belchior.

Com uma visão diferente do governo passado sobre a reforma administrativa, Dweck argumentou que é preciso acabar com o “aspecto punitivo aos servidores”. A reforma de Bolsonaro também criava formas que permitiam a demissão e a terceirização de áreas de governo.

“Participação e diálogo serão marcas de uma reforma administrativa, que não significa desmonte do Estado”, disse Dweck.

Para a nova ministra, é necessário ampliar a máquina estatal pois esse é o instrumento de ex-

pressão dos anseios da sociedade.

Em resposta ao congelamento de salários nos últimos anos, servidores serão chamados a discutir junto ao ministério o reajuste de 2023.

Para este ano, deverá ser utilizada a margem existente no Orçamento, de R\$ 11 bilhões para correção salarial e R\$ 1,5 bilhão para concursos. A forma como essa margem será utilizada dependerá da discussão nas mesas.

No entanto, as negociações abrangerão um período mais longo, com vistas a uma recomposição salarial ao longo do tempo, alinhada com o novo marco fiscal.

Questionada pelos jornalistas, a ministra também informou que provavelmente não participará da nova composição do Conselho Monetário Nacional (CMN). A tendência é que o Ministério do Planejamento ga-

nhe um assento no colegiado.

A pasta de Dweck manterá em sua estrutura a secretaria de coordenação das empresas estatais. Segundo a ministra, será feito um trabalho de governança no sentido de orientar melhor os conselheiros, para que estejam mais alinhados com os objetivos do governo.

Outro contraste foi feito em relação à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que cuida dos imóveis da União e nos últimos anos teve como prioridade a venda de imóveis. “Vamos qualificar a gestão, não apenas na lógica de desestatização e desinvestimentos”, observou.

A Central de Compras, outra estrutura de sua pasta, “vai reforçar posição estratégica e poderá ser ampliada”, disse.

A ministra anunciou que Cristina Mori será a secretária-executiva do ministério.

Política

Policarpo Quaresma, patriota arrependido

Andrea Jubé



Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva subir a rampa do Palácio do Planalto, a ala radical dos apoiadores de seu antecessor, Jair Bolsonaro, que pedia intervenção militar para impedir a posse do petista, levantou o acampamento diante do quartel-general em Brasília. Muitos recolheram as armas após o choque de realidade dos últimos dias.

Na "live" de despedida, Bolsonaro jogou um balde de água fria sobre os bolsonaristas informados: condenou a "tentativa de ato terrorista" em Brasília, em alusão à bomba plantada para explodir no aeroporto, alertou que o mundo não vai "acabar no dia 1º" e rechaçou a ideia de partirem para o "tudo ou nada".

No dia seguinte, foi a vez do então presidente em exercício, Hamilton Mourão, em rede nacional de televisão, criticar as lideranças cujo silêncio contribuiu para o clima de "caos e desagregação", em recado velado a Bolsonaro. Observou que a "alternância do poder em uma democracia é saudável" e fez um apelo à paz nacional: "tranquilizemo-nos, retornemos à normalidade da vida".

As mensagens de Bolsonaro e Mourão estimularam os amotinados na frente dos quartéis a se renderem à democracia. É provável que alguns deles retornaram aos seus lares questionando os excessos de um patriotismo superficial, marcado pelo "slogan" "Deus, pátria e família", que representa apenas uma parcela da sociedade.

Para Lima Barreto, havia patriotismo e "patriotada"

A imagem de um grupo de apoiadores do ex-presidente em conflito com um patriotismo notadamente desvirtuado convivia a uma viagem no tempo, ao ano de 1915, quando Lima Barreto publicou o romance "Triste fim de Policarpo Quaresma". A obra foi considerada pelos críticos como a denúncia de um patriotismo "romântico e artificial" alimentado pelas elites e da frágil democracia no começo da República.

É oportuna a menção ao romance quando acabamos de celebrar o centenário de morte de Lima Barreto, ocorrido em novembro de 2022. O escritor vivenciou os anos da primeira República em que as promessas de igualdade e justiça social converteram-se em mais exclusão e rebeliões no país.

O final do século XIX era o cenário da jornada do Major Policarpo Quaresma, avesso a estrangeirismos, e obcecado pela busca da língua e dos costumes verdadeiramente nacionais. Essa obsessão o levava a situações insólitas, tal qual alguns bolsonaristas expostos ao frio e à chuva, em nome de uma causa ilegal e antidemocrática.

Se alguém estendia a mão para cumprimentá-lo, o Major a recolhia, desatava a chorar e a esgoelar. Alegava que o aperto de mãos é fruto de estrangeirismos e que o cumprimento brasileiro deveria ser como o dos tupinambás, que choravam ao rever os amigos.

Contrário ao "petit-pois", ele substituiu as ervilhas pelo "feijão

guandu". Acreditava que a língua portuguesa era um empréstimo dos portugueses. Por isso, enviou ofício suplicando ao Congresso que decretasse o tupi-guarani como língua oficial. Acabou internado em um hospício.

Após uma audiência com o Marechal Floriano Peixoto, alistou-se no Exército para lutar na Revolta da Armada contra os inimigos da República. Ao fim, desapontou-se com a guerra, foi acusado de traição e terminou os seus dias na cadeia, questionando o patriotismo que o inspirou e o guiou por toda a vida.

A historiadora e escritora Lília Schwarcz, autora de "Lima Barreto — Triste Visionário", ressaltou em conversa com a coluna que não é possível comparar o patriotismo do Major Policarpo com o lema "Deus, pátria, família" dos seguidores de Bolsonaro.

"Policarpo era um personagem que acreditava num outro Brasil", explica a professora da USP. "Ele imaginou que a República traria liberdade, igualdade, mais valores brasileiros e encontrou um país estrangeirado, como Lima Barreto costumava dizer. Um país que viveu um estado de sítio".

Para a historiadora, o patriotismo de Policarpo, que também era o de Lima Barreto, era "muito positivo". Ela sublinha que não é contra o "patriotismo", mas se opõe à "patriotada", ou seja, "quando a pátria vira um slogan, que representa apenas um grupo da sociedade, que é o que aconteceu no Brasil de 2018 a 2022".

Lima Barreto já nos anos de 1920 defendia um Brasil "mais amplo e mais plural". Criticou a discriminação racial no período pós-abolição, era titular da coluna "não as matem", em defesa das mulheres, e era crítico ao "jornalismo de Estado". Cunhou o termo "patriotada" nos textos que assinou sobre o centenário da Independência em 1922. Afirmava que os brasileiros foram "contaminados pelo vírus da patriotada", ao tecer críticas contumazes ao autoritarismo, à intolerância e ao fanatismo.

Questionada sobre o que Lima Barreto diria sobre os grupos de patriotas radicais que seguem Bolsonaro — e que não representam a totalidade dos apoiadores do ex-presidente —, a professora da USP afirma que o escritor seria "um crítico do militarismo do governo Bolsonaro".

Lília Schwarcz viajou a Brasília para a inauguração da exposição "Brasil Futuro: as Formas da Democracia", no Museu Nacional da República, da qual é uma das curadoras. Concebida para dialogar com o governo de transição, a exposição reúne 180 obras de mais de uma centena de artistas, como Adriana Varejão e Ailton Krenak. A mostra propõe-se a apresentar os artistas que foram tão prejudicados "pelo desmonte da cultura e que sofreram com a censura" no atual governo.

Um dos símbolos da exposição, o óleo sobre tela "Orixás", da conceituada artista Djanira, que foi retirada do palácio na gestão Bolsonaro. Os curadores da exposição encontraram "um furo na tela", provavelmente feito com uma caneta. "Isso mostra o desprezo que esse governo teve aos artistas", criticou.

Os curadores querem, com a exposição, provocar a emoção e a reflexão sobre as várias faces da democracia. "Eu penso como Mário Pedrosa, nos momentos de crise, o melhor a se fazer é ficar perto dos artistas". Pedrosa sustentava que a arte e a política são as duas formas mais elevadas da expressão humana. Lima Barreto conciliou ambas ao narrar a triste saga do patriota romântico Policarpo Quaresma.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras. E-mail: andrea.jube@valor.com.br

Rui Costa acena ao agronegócio e confirma reunião de Lula com governadores

Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília

Ex-governador da Bahia por dois mandatos, Rui Costa (PT-BA) tomou posse nessa segunda-feira (2) como ministro da Casa Civil com acenos ao agronegócio e a indústria. "Mesmo os que não votaram nele estão esperançosos de que ele vai melhorar o nosso país. Pela repercussão em todos os países do mundo da sua eleição, eu diria que o mundo inteiro tem a expectativa de uma retomada do Brasil", disse.

Costa disse que espera ter um diálogo "intenso" com empresários. "Há pouco, dialoguei com Alckmin [vice-presidente] sobre a urgência de intensificar o diálogo com o setor produtivo, com a indústria, o comércio e com a agricultura. Vamos buscar construir a agricultura brasileira. E definitivamente superar esse conceito de que as agriculturas são antagonônicas. Construímos na Bahia um diálogo intenso com o agronegócio e com a agricultura familiar", citou.

Ao citar empresários, o minis-

tro afirmou também que um dos objetivos do novo governo é "reindustrializar o Brasil". "Haveremos de deixar para trás esse momento histórico triste do Brasil, este momento de tensão. Vocês [agronegócio] são empresários, empresários de ponta. Muitos com laboratórios avançados dentro de suas fazendas. Todos vocês podem e irão contribuir com esse projeto. Não será por falta de convite e persistência", enfatizou. "Assim como a indústria, nós precisamos caminhar para reindustrializar o Brasil".

Costa reiterou que ainda neste mês de janeiro o Palácio do Planalto irá organizar uma reunião com os chefes do Executivo estadual. Ele citou ainda o slogan da nova gestão petista: união e reconstrução. "União e reconstrução são as duas palavras que simbolizarão este governo. Unir significa buscar o debate, buscar sínteses, buscar o consenso. E consenso se busca quando cada um abre mão de sua posição original e busca encontrar um meio termo, de consenso, sem abrir mão do eixo principal

deste governo", defendeu.

O novo ministro anunciou os nomes dos seus principais secretários. O procurador Wellington César Lima, que foi ministro da Justiça por alguns dias em março de 2016, na reta final do processo de impeachment de Dilma Rousseff, irá assumir a Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ), órgão pelo qual passa todos as medidas assinadas pelo presidente.

Miriam Belchior, ex-ministra do Planejamento, assumirá o cargo de secretária-executiva da Casa Civil. Marcus Cavalcanti, ex-secretário estadual de Infraestrutura do governo da Bahia, ficará responsável pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Também foram anunciados os nomes de Bruno Moretti, que fica à frente da Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG); Norberto Queiroz, auditor fiscal aposentado da Bahia, ficará com a Secretaria de Administração (SA); e o administrador Maurício Muniz, que comandará a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento (SAM).

A posse de Rui Costa foi marcada pela presença de políticos baianos, como os senadores Otto Alencar (PSD-BA) e Jaques Wagner (PT-BA), e o governador eleito do Estado, Jerônimo Rodrigues (PT). Também compareceu à cerimônia o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, que é baiano. Wagner foi um dos convidados para discursar na posse do ministro e aproveitou para dizer que Rui Costa recebeu uma "missão difícil" porque é "amigo do presidente" Luiz Inácio Lula da Silva.

"Aos amigos, não se dá missão fácil. Para amigo, a gente dá missão difícil, como esta: ser chefe na Casa Civil num governo que pretende a União e reconstrução nacional", disse Wagner.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues afirmou que Lula vai colocar a política brasileira no eixo e que isso significa incluir o "povo preto, as mulheres e os indígenas". "O Brasil desarmou o palanque eleitoral, mas continua numa disputa como se houvesse dois Brasis. Está é a nossa missão: unificar o Brasil."

Militância toma conta de posse de Padilha

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Numa concorrida cerimônia de posse, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), prometeu ontem dialogar com todas as forças políticas do país, participar dos fóruns de representação de governadores, prefeitos e da sociedade civil e não discriminar nenhum político pelo partido. Mas o ato foi marcado por vaia de militantes do PT ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quando seu nome foi anunciado — embora Lira sequer estivesse presente.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também não foi à posse. Compareceram presidentes de poucos partidos, apenas do PT, MDB e União Brasil, e deputados de siglas que se declararam independentes, como PP e Republicanos.

A ex-presidente Dilma Rousseff, de quem Padilha foi ministro, foi ovacionada, tietada para fotos e aplaudida de pé pela plateia ao voltar ao Palácio do Planalto, de onde saiu afastada pelo Congresso num impeachment. "Sua presença neste ato, da forma como a senhora foi recebida, é reparação histórica das injustiças", disse Padilha.

O discurso do ministro responsável por negociar em nome do governo foi cheio de críticas à gestão Bolsonaro (PL) e teve tons de campanha eleitoral. "Convoco, convido, chamo todos, para juntos unir e reconstruir o Brasil", afirmou. Ele brincou que sua equipe passou o fim de semana elaborando um discurso, mas que ele não leria. "O exercício das relações políticas, das relações institucionais, é como um namoro. Se você deixar tudo preparado, o melhor a se fazer é não dá liga, não dá certo", explicou.

A cerimônia ocorreu no Palácio do Planalto, de onde despachará. O ministro contou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu mudar o nome



Padilha: ministro abriu diálogo com governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo

da Secretaria de Governo para Secretaria de Relações Institucionais justamente para dar a noção de que o diálogo será amplo.

Padilha relatou ainda que ligou para o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para pregar um bom relacionamento. "Quero reafirmar da minha parte e do presidente Lula que teremos as melhores relações republicanas com qualquer governador, não importa qual seja o seu partido, porque o mais importante é a vida da população daquele estado ou município", afirmou. Tarcísio é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e é cotado pela oposição como potencial candi-

dato à Presidência em 2026.

O ministro disse que, para manter as boas relações com governadores e prefeitos de todo o país, participará de todos os fóruns que for chamado e reativará grupos de relacionamento inclusivos com outros países. A postura busca demarcar mudança em relação à gestão Bolsonaro, que entrou em conflito com os governadores em diversos momentos.

O petista também defendeu que o diálogo com a sociedade civil fará parte de sua agenda e destacou que o antigo "Conselho" foi recriado, mas sob novo nome, chamando a atenção da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), para isso. "Ago-

ra se chama Conselho do Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável porque a agenda da sustentabilidade tem papel central no nosso governo", ressaltou.

Padilha falou que todos os integrantes do ministério estão "proibidos de ameaçar ou insultar qualquer agente político, não importa de qual partido seja", assim como não podem destratar pessoas por sua classe social, religião ou opção sexual. "É com diálogo e respeito a diversidade que a gente pode dar conta dos desafios", disse.

Apesar da postura conciliatória, não poupou ataques a Bolsonaro. Disse que a população tinha a impressão de que existia no terceiro andar do Palácio do Planalto uma máquina de fabricar guerras, mas que isso acabará. "Não se pode esperar virtude de todos os homens e mulheres", afirmou. Disse ainda, citando o presidente do MDB, Baleia Rossi (partido que liderou a redemocratização, mas também o impeachment de Dilma), que "recuperar a memória não é por revanchismo" ou "olhar para o retrovisor". "Mas é exercício como sociedade saber que os erros nós não podemos repetir nunca mais", defendeu, ao citar a posse da ministra da Saúde, Nísia Trindade. "A Nísia vai procurar recuperar a memória do que foi 700 mil mortos pela pandemia", afirmou. O público presente reagiu aos gritos de "sem anistia".

O ministro também defendeu a democracia, exaltou as urnas eletrônicas e contou que seus pais foram perseguidos pela ditadura militar. Disse que não teve moradia fixa até os cinco anos de idade, que seu pai foi torturado por meses e só pode abraçá-lo quando já tinha oito anos de idade porque o pai precisou se exilar fora do país. "Sou filho de jovens que lutaram e sofreram com a repressão da ditadura", disse. "Todas e todos nós estamos impactados pelo que foi a festa da democracia no dia de ontem, encerrando um ciclo, consolidando o processo eleitoral deste país."

Filho de Dirceu liderará PT no 1º ano do governo

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Filho do ex-ministro José Dirceu, outrora todo poderoso no PT, o deputado federal Zeca Dirceu (PR) deve ser o líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados neste primeiro ano de governo Lula, segundo fontes. Uma reunião híbrida com todos os novos parlamentares do partido estava sendo convocada para esta terça-feira (3) para bater o martelo.

O líder é o responsável por falar em nome do partido na Câmara, seja em discursos, seja ao participar das negociações com as demais legendas. É o cargo de maior prestígio na bancada e o PT, tradi-

cionalmente, adota revezamento entre seus parlamentares e correntes. Como o PT é o maior partido da federação com PCdoB e PV, liderará este grupo, com 81 deputados.

O mais cotado para assumir o cargo era o deputado Odair Cunha (PT-MG), da mesma corrente de Zeca, a Construindo um Novo Brasil (CNB), mas os dois chegaram a acordo. Zeca será o líder em 2023, primeiro ano do governo Lula, e Odair em 2024 ou 2025, a depender das negociações com as demais correntes.

A intenção dos integrantes da CNB é ficar com a liderança do partido da Câmara nos dois primeiros anos do governo e indicar o nome para a Mesa Diretora da Casa para o biênio 2025-2026.

Ainda não está definido qual cargo o PT terá, o que dependerá de negociações com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o União Brasil e com o PL.

No cenário desejado pela CNB, as outras correntes internas ficariam com o comando da bancada na Câmara nos dois últimos anos de governo e a vaga na Mesa no primeiro biênio — o cargo está entre a deputada Maria do Rosário (RS) e o deputado Carlos Zarattini (SP), mas outros nomes cogitam disputar a função. A eleição será em 1º de fevereiro.

Zeca é um dos quatro filhos de Dirceu, que foi ministro-chefe da Casa Civil no primeiro governo Lula até cair pelas denúncias do mensalão, pelas quais perdeu o manda-

to na Câmara e foi condenado à prisão uma década depois.

Já o filho é deputado federal e vai para o quarto mandato seguido na Câmara. Zeca tem 44 anos, é graduado em Ciência da Computação e foi prefeito da pequena Cruzeiro do Oeste (PR) duas vezes. Ele chegou a ser investigado em 2017 na Operação Lava-Jato junto com o pai sob a suspeita de ter recebido propina da Odebrecht, mas o caso foi arquivado meses depois a pedido da Procuradoria-Geral da República, que não encontrou provas de crime. Em 2019, polemizou no Congresso com o ex-ministro da Economia Paulo Guedes, ao chamá-lo de 'tchutchuca do centrão'.

Política

Executivo Ministro da Justiça afirmou que não descarta abertura de novas frentes de investigação

Para Dino, ataques à democracia ainda preocupam governo

Luísa Martins, César Felício e Maria Cristina Fernandes
De Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino afirmou nessa segunda-feira (2) ao tomar posse que ameaças à democracia seguem latentes. “Quem quer destruí-la não desaparecerá. As vozes antidemocráticas tiveram apenas uma amenização, mas seguirão por aí, e este tema estará permanentemente sobre a nossa mesa”, disse.

Dino anunciou um pente-fino nos inquéritos abertos para apurar crimes contra a democracia — especialmente os praticados depois do segundo turno por bolsonaristas que não aceitam o resultado das urnas.

Ele disse já ter pedido ao diretor-geral da Polícia Federal (PF),

Andrei Rodrigues, um exame detalhado sobre o atual patamar de cada inquérito em andamento, sem descartar a possibilidade de abrir novas frentes de investigação, caso seja necessário.

“Os inquéritos que ainda não foram instaurados, instaurados serão”, disse o novo ministro, estendendo prazo de sete a dez dias. “É dever constitucional da PF apurar crimes contra a ordem política e social.”

Segundo Dino, a análise é importante para evitar novas ocorrências de manifestações antidemocráticas, atos terroristas (como a tentativa de um atentado a bomba nas proximidades do aeroporto de Brasília, na véspera de Natal) e a incitação da animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes constitucionais.

“A apuração é importante na

dimensão preventiva, para que não haja a compreensão errada de que, em razão da subida da rampa, tudo foi esquecido. E nem poderia ser, porque seria uma omissão criminosa da atual equipe governamental”, disse Dino. “Não há orientação para perseguição ou retaliação. O que há são fatos a serem apurados.”

Durante a sua solenidade de posse, ele se dirigiu à ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), presente à cerimônia, para comunicar o fim da era de ataques à Corte. “Ficaram no passado as palavras insultuosas, as agressões e as tentativas de intimidação do Judiciário. Vamos substituir pela harmonia e pelo diálogo”.

Em seu discurso de posse, porém, Dino fez um aceno de pacificação aos policiais que porventu-



Dino: “As vozes antidemocráticas tiveram apenas uma amenização, mas seguirão por aí, e este tema estará sobre a mesa”

ra tenham apoiado o ex-presidente Jair Bolsonaro no passado.

“Não pode existir antinomia entre a nossa visão política de estruturação da paz e a atuação policial, pelo contrário. Queremos que cada policial considere este ministério como seu. Não importa o voto de ontem ou de amanhã, o que importa é cumprir o dever funcional e atuar de acor-

do com a lei, a hierarquia e a disciplina”, destacou.

Dino também prometeu esforço para desvendar as circunstâncias do assassinato da vereadora Marielle Franco, do Psol do Rio de Janeiro, em março de 2018. “É uma questão de honra do Estado brasileiro. Vamos trabalhar para descobrir quem matou Marielle e quem mandou matar Marielle.”

Ele voltou a falar das iniciativas que serão empreendidas pelo novo governo para retomar o controle das armas de fogo no país. Também citou como prioridades a repressão a crimes ambientais e cibernéticos, a proteção ao direito dos consumidores, o combate ao superendividamento e a redução de crimes violentos letais e patrimoniais.

‘Empossado’ há dois meses, ministro preencheu vácuo

Análise

Maria Cristina Fernandes
De Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, tomou posse dois meses antes de assinar o termo. Único ministro anunciado em praça pública, pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, Dino já tinha se assenhorado do espaço a ser ocupado pelo enfrentamento ao entulho autoritário do bolsonarismo quando foi oficializado no início de dezembro.

Oito horas antes de Lula subir a rampa do Palácio do Planalto, ele já estava sentado no seu gabinete na Justiça, para acompanhar a segurança da posse, e posar com os apoiadores que, ao lotarem a Praça dos Três Poderes, acabaram dando plateia também para o novo ministro, cuja Pasta é a mais próxima do Palácio do Planalto.

Se tamanha antecedência gerou reações no PT, colheu sua maior vitória com o desmonte de quase todo o acampamento de bolsonaristas em frente ao quartel-general do Exército, horas antes de sua posse.

Seu colega da Defesa, José Múcio, também empossado na segunda-feira, já tinha dito que não ia esvaziar o acampamento “na marra”, mas, em seu discurso, Dino deu nome e sobrenome àquele que, nas suas palavras, foi o principal responsável pelo desencanto dos bolsonaristas, ao possibilitar “a mais bonita posse da história brasileira”, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, sentado ao lado.

Dino optou por compor com o comando da cidadela bolsonarista. Ao contrário de 2002, Lula perdeu a eleição no Distrito Federal. Não foi o único aceno. Dino abriu as portas também aos policiais, “não importando o voto de ontem ou de amanhã” — “Não pode

existir antinomia entre a ação pela paz e a ação policial”, disse.

Ao contrário de Múcio, que, em sua posse, menos de uma hora depois, optou por se desviar da instrumentalização das Forças Armadas na ameaça à democracia, Dino pregou a “pacificação nacional”, mas disse que ponderação não pressupõe “convivência nem fechar os olhos ao que aconteceu”.

Múcio é a principal ponta de lança do governo junto ao ex-presidente e vê as ameaças que pairam sobre sua liberdade como “caça às bruxas”. Dino, pelo contrário, é mais assertivo sobre a punição dos crimes do bolsonarismo. Tem dito que o ex-presidente ficará à mercê da primeira instância e não se movimentará como quem intercederá no sentido contrário.

Dino foi mais assertivo ao dizer ser “uma questão de honra” “quem matou Marielle Franco e quem mandou ma-

tá-la”. A irmã, a ministra da Desigualdade Racial, Anielle Franco, enxugou as lágrimas na plateia.

As bolsas de apostas brasileiras são de que a punição a Bolsonaro terá como limite a inelegibilidade, mas o vaticínio não se estende a seus filhos. Da Praça dos Três Poderes, no dia da posse, ouviram-se gritos de protesto contra uma eventual anistia.

Ante um público majoritariamente do mundo jurídico, Dino disse terem ficado para trás “as agressões e as tentativas de intimidação do Poder Judiciário”. Tinha por plateia três ministros do Supremo (Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber), três do STJ (Herman Benjamin, Luiz Felipe Salomão e Benedito Gonçalves), o presidente do TCU, Bruno Dantas, e pelo menos cinco ministros, Márcio França (Portos), Silvio Almeida (Direitos Humanos), Wellington Dias (Desen-

volvimento Social), Vinicius Carvalho (CGU) e Anielle Franco.

Na primeira fileira estava ainda o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o presidente do partido do ministro, o PSB, Carlos Siqueira, além de Cristiano Zanin, advogado de Lula, e um dos mais cotados para o STF. A nomeação tradicionalmente passa pelo ministro da Justiça.

Bombardeado, na transição, por um PT que almejava o desmembramento de um ministério da segurança nacional, Dino encerrou seu discurso equiparando sua missão ao MJ a seu “Everest existencial”.

Logo em seguida, porém, deixou claro o caráter da missão que acaba de assumir. Citou Karl Marx, “filósofo de minha predileção”, sem declinar o nome, ao dizer que “o critério da verdade é a prática” e invocou a passagem bíblica em que Jesus lava os pés dos apóstolos para dar sentido a esta prática: “Não somos poder, somos serviço”.

Primeiro civil na Defesa desde 2018, Múcio diz que chega ‘com humildade’

Fabio Murakawa
De Brasília

Ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro Filho tomou posse nessa segunda-feira (2) como ministro da Defesa do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O ministério volta a ser ocupado por um civil, depois de uma sucessão de quatro generais, desde fevereiro de 2018 (Joaquim Silva e Luna, Fernando Azevedo, Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira). Múcio disse em seu discurso inaugural que chegava ao posto com “humildade” e “profundo respeito à cultura e às tradições militares”.

Múcio também afirmou que os acampamentos em frente a instalações militares devem “se esvair” em breve, chamou as manifestações de “democráticas” e disse que também tem parentes

que participam desses atos.

Ele disse que após uma eleição “extremamente acirrada”, as duas partes que disputaram a Presidência “já estão em desarmamento”. Para Múcio, os acampamentos em frente aos quartéis irão se esvair, após a saída do ex-presidente Jair Bolsonaro do país e do pronunciamento do ex-vice Hamilton Mourão, no domingo, em cadeia nacional de rádio e TV.

“Acho que aquilo vai se esvair. Na hora que o ex-presidente da República entregou seu cargo, saiu do seu cargo, e o general Mourão fez um pronunciamento falando que todos voltassem aos seus lares... Aquelas manifestações nos acampamentos, eu falo isso porque tenho parentes lá, em Recife, alguns amigos aqui, é uma manifestação da democracia. A gente tem que entender que nem todos adversários são inimigos”, disse.

Múcio assume o posto após um

período de forte vinculação política dos militares ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que fez carreira na Câmara defendendo interesses da caserna e nomeou cerca de 6 mil de fardados para cargos em sua administração. Ele se preocupou em mostrar-se deferente. “Chego com humildade, com profundo respeito à cultura e às tradições militares e com o compromisso sincero de aprimorar os inestimáveis serviços que as Forças Armadas têm prestado ao Estado e à sociedade”, disse. “Trago também o meu respeito e a minha admiração por todos os que me antecederam no cargo que ora assumo e pelo notável trabalho por eles realizados.”

Nem Paulo Sérgio nem Braga Netto, no entanto, estavam presentes. Questionado sobre as ausências, Múcio disse ter falado com Paulo Sérgio, que alegou ter se machucado para não com-



Múcio: discurso de posse na Defesa teve tom conciliador com os militares

recer. Em duas ocasiões no discurso de pouco menos de dez minutos, Múcio agradeceu o antecessor, “cuja cortesia no processo de transmissão do cargo foram inextinguíveis”. Sobre Braga Netto, o ministro respondeu aos jornalistas: “Senti falta dele.”

A nomeação de Múcio retoma uma tradição de comando civil para a pasta, criada em 1999 por Fernando Henrique Cardoso. Essa tra-

dição foi rompida por Michel Temer, que nomeou o general Silva e Luna em fevereiro de 2018.

O único ex-ministro da Defesa do governo Bolsonaro que participou da posse foi Fernando Azevedo, que saiu do posto desgastado com o ex-presidente. Além dele, estavam também na cerimônia Silva e Luna e Raul Jungmann, último civil a ocupar o posto.

Macêdo confirma que ‘Conselhão’ será recriado

Renan Truffi e Raphael Di Cunto
De Brasília

O novo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo (PT), disse nessa segunda-feira (2) que a pasta vai auxiliar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a “estabelecer um diálogo entre padrões e empregados” sobre eventuais mudanças na reforma trabalhista. Na campanha presidencial, Lula prometeu que iria rever pontos da legislação aprovada em 2017, na gestão Mi-

chel Temer.

Além disso, Macêdo confirmou que o governo irá recriar, de fato, o chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o “Conselhão”.

O órgão reunirá trabalhadores, empresários e sociedade civil para discutir projetos para o país. O Conselho ficará sob o controle do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

“O presidente Lula disse que, em relação à reforma trabalhis-

ta, vai colocar todo mundo na mesa para conversar, os patrões, os empregados e a sociedade. Nós vamos ajudar nesse processo de diálogo para chegar numa formatação que possa atender as demandas da sociedade brasileira. Lula disse também que vai reeditar o Conselho e estabelecer mesas de diálogo, nós vamos cumprir essa determinação”, disse ele.

Por fim, Macêdo comentou os apelos da militância para que a atual gestão não “anistie” even-

tuais irregularidades cometidas pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Apesar de ter sido designado para manter diálogo próximo com movimentos sociais e populares, o ministro defendeu que a gestão petista não pode ter caráter “revanchista”, mas, sim, de união nacional.

“Não tem nenhum revanchismo aqui, queremos unificar o país. Quem cometeu seus crimes ou delitos que pague por eles à luz da legislação. O que queremos é unificar o país e virar essa

página de violência, intolerância, falta de respeito. Agora é virar essa página e apostar na unidade nacional, na construção de um país unificado”, defendeu.

Empossado nessa segunda-feira como ministro, o ex-tesoureiro do PT, é hoje um dos vice-presidentes nacionais da legenda, cargo que deve abandonar nos próximos dias. No governo, Macêdo ocupará um posto muito próximo ao presidente Lula e, inclusive, despachará de dentro do Palácio do Planalto.

Bolsa Família passará por mudanças, afirma Dias

Vandson Lima e Caio Sartori
De Brasília

Novo ministro do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias (PT) tomou posse ontem e afirmou que o programa Bolsa Família passará por uma reformulação.

O plano, explicou, passa por uma atualização do Cadastro Único, registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. “Faremos uma atualização, nada de pente fino. Sou da geração em que isso era para tirar piolho”, disse. “É política pública bem feita, retomando a integração com Estados e municípios.”

Dois pontos que terão prioridade, elencou Dias, serão a busca por cidadãos que hoje não recebem benefícios sociais por algum problema legal, como falta de documentos, e a concessão de um prazo para que aqueles que recebem indevidamente possam deixar voluntariamente os programas de distribuição de renda.

Um dos escolhidos para discursar na posse de Dias foi o novo ministro da Educação, Camilo Santana (PT). “Você tem a tarefa que o Lula mais cita, que é a de todo brasileiro fazer três refeições por dia. Você tem essa missão”, lembrou a Dias. O novo ministro reiterou o compromisso. “Sei que assumo o ministério que é o coração do governo do presidente Lula, o ministério dos pobres. A fome é o principal, mas estamos querendo dignidade, trabalhar de forma muito integrada. O Cadastro Único precisa espelhar a realidade, é o cérebro desse ministério”, disse. “Vamos colocar os pobres no orçamento. É a vez de sua excelência, o povo mais pobre, com o direito de tomar café, almoçar e jantar todo dia”.

Sobre uma eventual ‘porta de saída’ para os programas de distribuição de renda, Dias afirmou que essa é uma construção mais longa, mas que será feita. “Enquanto garantimos o ensinar a pescar, trabalhamos para aprender a criar peixes, para uma renda fruto do seu trabalho”.

Dias foi governador do Piauí, presidiu o consórcio de governadores do Nordeste e se elegeu senador na última eleição, além de fazer seu sucessor, Rafael Fonteles (PT). É homem de confiança de Lula.

A posse foi das mais concorridas, com a presença de cinco governadores do Nordeste, ministros e parlamentares. De infância pobre no interior do Piauí, Dias chorou no discurso.

Executivo Adesão de partido com 59 deputados a governo ainda é incerta
Posse de ministros esvaziada mostra divisão no União Brasil

Andrea Jubé, Fabio Murakawa, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

Esvaziadas de correligionários do União Brasil, as posses dos ministros das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), e do Turismo, Daniela Carneiro (União Brasil-RJ), reacenderam as desconfianças de que o partido comandado por Luciano Bivar não fará uma entrada imediata na base aliada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os eventos contaram com a presença de Bivar, que já chegou a afirmar que o partido ingressará na base do petista, e de outros nomes da legenda, como a senadora eleita Dorinha Rezende (União Brasil-TO). Nos bastidores, lideranças da sigla reconhecem que a adesão deve ocorrer "a conta gotas".

Ciente deste cenário, o time de articulação política de Lula fará a primeira reunião nesta terça-feira (3) para mapear os problemas e insatisfações na base governista. O ministro da Secretaria de Governo, Alexandre Padilha, vai se reunir com os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para traçar estratégias de ação.

Ainda segundo uma liderança da base governista, Lula vai convidar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para uma reunião nos próximos dias. Uma das principais preocupações do presidente é o desalinhamento interno do União Brasil, partido que terá 59 deputados federais e nove senadores na próxima legislatura, vai comandar três ministérios, mas tem quase metade



Daniela Carneiro: nova ministra do Turismo abandonou a denominação de 'Daniela do Waguiinho' ao tomar posse

dos parlamentares contrários ao governo Lula.

Apesar da presença de Bivar, outros integrantes da cúpula do União, como Antônio Rueda, vice-presidente da sigla, e ACM Neto, secretário-legendista do partido, não estavam presentes nas posses dos políticos do União Brasil, assim como o líder da legenda na Câmara, Elmar Nascimento (BA), que chegou a ser sondado para o primeiro escalão, mas teve sua indicação vetada por aliados de Lula.

Segundo apurou o Valor, o veto à Elmar é determinante para que o União Brasil deixe "em banho maria" a eventual entrada da sigla na base governista. A entrada, porém, deve ocorrer assim que "a polêmica for superada". Dorinha chegou a ser apontada como ministerial, mas optou, segundo fontes, por declinar do

convite diante das divergências dentro do partido sobre compor ou não a base governista.

A interlocutores, a senadora eleita afirmou não ter como fazer parte do governo sem a garantia do apoio da sigla ao petista. "Dentro do União, a bola está dividida. Não dava para ela entrar no ministério com essa confusão. Sem garantia de entregar votos, não dava para entrar", disse um aliado de primeira hora de Dorinha ao Valor.

Apesar de ter declarado em mais de uma oportunidade que o União entraria na base, Bivar tem reconhecido, nos bastidores, que a situação é delicada e que é preciso esperar as polêmicas "ficarem para trás". Só depois disso, será possível, em sua avaliação, colocar em discussão, uma eventual entrada na base aliada da gestão petista.

Deputada federal mais votada

do Rio, a ministra do Turismo Daniela Carneiro abandonou o nome de urna "Daniela do Waguiinho", em referência a Wagner Carneiro, prefeito de Belford Roxo e presidente do União Brasil no Rio de Janeiro.

Ela afirmou ao Valor que pretende colaborar com Lula para consolidar pontes do Poder Executivo com o União e que também buscará ser a ponte de uma possível aproximação entre o petista e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), que sempre foi um importante aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL). Daniela Carneiro afirmou que a sua escolha estava mais relacionada ao apoio dado pelo prefeito de Belford Roxo a Lula durante a campanha eleitoral do que por sua filiação partidária. Em sua posse, estava a cúpula do PT do Rio e o líder do MDB, Isinaldo Bulhões (AL).

Castro nomeia secretários e confirma quadros aliados de Cabral e Pezão

Paula Martini e Rodrigo Carro Do Rio

Reeleito em primeiro turno, o governador Cláudio Castro (PL) empossou o secretariado com o desafio de acomodar 14 partidos da coligação que o apoiou, quadros técnicos e clãs tradicionais da política fluminense. Os 32 integrantes do primeiro escalão tomaram posse nessa segunda-feira (2), no Palácio Guanabara, sede do governo. Entre os secretários, estão o ex-prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis (MDB) — anunciado, na campanha eleitoral, como vice na chapa, mas que foi impugnado pela Justiça Eleitoral — e nomes ligados aos ex-governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão.

Cláudio Castro extinguiu seis secretarias e criou cinco pastas, além de manter 13 titulares da gestão anterior. Permanecem, por exemplo, os responsáveis pelas áreas econômicas e de segurança pública. No discurso em que oficializou os nomes, o governador agradeceu aos integrantes pelo resultado das urnas: "O maciço apoio popular registrado nas urnas é possível pelo esforço dos secretários", disse.

Um dia após participar da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em Brasília, o governador também reafirmou a necessidade de interlocução com o governo federal, mas aproveitou a posse dos secretários para fazer um agradecimento a Jair Bolsonaro (PL). O ex-presidente não foi citado no discurso de Castro na Assembleia fluminense, em 1º de janeiro. "Quero fazer um agradecimento especial ao meu partido, o PL, e ao presidente Bolsonaro, que me ajudou muito nessa trajetória. Não posso deixar de reconhecer a minha eterna gratidão a ele", disse o governador do Rio.

Na distribuição partidária, o União Brasil ganhou cinco secretarias depois de um impasse sobre integrar ou não o governo Castro. Filiado ao partido, o vice-

governador Thiago Pampolha vai acumular a secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Candidato original a vice, o ex-prefeito de Duque de Caxias Washington Reis (MDB) foi agraciado com a cobiçada secretaria de Transportes. Aliado de primeira hora do governador, Reis foi impedido de concorrer pela Justiça Eleitoral depois de uma condenação por crime ambiental.

No arco de alianças, também foram contemplados integrantes das administrações Cabral e Pezão, que já foram presos pela Lava-jato. É o caso de Rafael Picciani (MDB) e Doutor Luizinho (PP). Rafael, filho do ex-presidente da Alerj Jorge Picciani, morto em 2021, e aliado de Cabral, vai comandar o Esporte e Lazer. Ele foi um dos fiadores do voto Castro-Lula no Rio de Janeiro. Já o médico, um dos deputados federais mais votados do Rio, volta para a secretaria de Saúde, cargo que ocupou no governo Pezão.

Outro deputado federal eleito, Hugo Leal (PSD) vai para a secretaria de Óleo, Gás, Energia e Indústria Naval. Leal é antigo aliado do governador e correligionário do prefeito Eduardo Paes (PSD), que compareceu à solenidade apesar de ter feito oposição a Castro na campanha deste ano.

Desde que tomou posse, Castro se comprometeu a realizar uma série de projetos na área econômica e de infraestrutura. O governador voltou a falar de uma negociação com a Nasdaq para receber uma bolsa de créditos de carbono no Estado, e prometeu uma consolidação tributária no setor de óleo e gás.

"Vamos fazer uma grande consolidação das leis tributárias reforçando os setores de óleo e gás, indústria naval e nuclear", disse.

Ele ainda indicou como prioridade a chamada rota 4 do gás. O governador do Rio defende que o gasoduto com origem na Bacia de Santos desemboque no Porto de Itaguaí.

Atividade econômica

Indicadores agregados

Table with columns for months (dez/22, nov/22, etc.) and rows for various economic indicators like Indústria, Mercado de trabalho, Balança comercial, etc.

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACPSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014=100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajustes sazonal. ** Variação em 12 meses.

Produção e investimento

Variação no período

Table with columns for years (3º Tr/22, 2º Tr/22, etc.) and rows for PIB, Taxa de Variação Real, etc.

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. ** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2022, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Table with columns for Salário de contribuições em R\$ and Alíquotas em % (I)

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência dez/22. ** Inclusive empregado doméstico. (I) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Table with columns for Base de cálculo em R\$, Alíquota em %, Parcela a deduzir IR - em R\$

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Elaboração: Valor Data. Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Table with columns for Discriminação, Janeiro-novembro 2022, 2021, Var. %, novembro 2022, 2021, Var. %

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Table with columns for Mês, TR (1), Poupança (2), etc., and rows for various financial indicators from jun/21 to mar/22.

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência (1) Taxa do período inicial no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia do mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia do mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva: para janeiro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Table with columns for nov/22, out/22, nov/21 and rows for Dívida líquida total, Divisão entre dívida interna e externa, etc.

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs: Sem Petróleos e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões a preços de novembro*

Table with columns for Discriminação, 2022, 2021, Var. %, novembro 2022, 2021, Var. %

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data. * Deflator: IPCA ** Somando Incentivos Fiscais (I) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Inflação

Variação no período (em %)

Table with columns for Acumulado em, Número índice, dez/22, nov/22, etc., and rows for IPCA, IPC-M, IPC-D, etc.

Obs.: IPCA-E no 4º trimestre = 1,21%, IGP-M 2ª prévia dez/22 = 0,77% e IPC-FIPE = 2ª quadrissemanana dez/22 = 0,38%. Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data * Índice em 2020 até fevereiro

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2022

Table with columns for Quota, Vencimento, Valor da quota, etc., and rows for 1ª ou única, 2ª, 3ª, etc.

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%. Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipec.org.br

Internacional

Cenário Mas perspectiva é de recuperação a partir do segundo trimestre Covid e fraca demanda preocupam techs chinesas

Cheng Ting-Fang e Cissy Zhou
Nikkei Asia, de Taipé e Hong Kong

A cadeia de suprimentos da área de tecnologia na China entra em 2023 enfrentando um problema duplo, de forte queda na demanda e de caos na disponibilidade de mão de obra, provocado pela mudança súbita nos controles de Pequim contra a covid-19.

Num forte sinal das perspectivas sombrias para o setor de bens eletrônicos de consumo, a Apple avisou vários fornecedores para que no primeiro trimestre fabricassem menos componentes para seus AirPods, Apple Watches e MacBooks, e apontou como motivo o enfraquecimento da demanda, de acordo com verificações da cadeia de suprimentos feitas pela "Nikkei Asia" com vários fornecedores.

"A Apple nos alertou para a queda nas encomendas em quase todas as linhas de produtos desde o trimestre encerrado em dezembro, em parte porque a demanda não está muito forte", disse à "Nikkei Asia" um gerente de um fornecedor da Apple. "A cadeia de suprimentos na China ainda está tentando lidar com as últimas mudanças bruscas na política [contra a pandemia], que provocaram falta de mão de obra em razão dos graves surtos de covid".

Essa mudança de política se deu no início de dezembro, quando a China, para reanimar sua economia em desaceleração, começou a dismantelar a política mais rigorosa do mundo de combate à covid-19, que incluía testes e quarentenas em massa.

De início, as empresas de tecnologia receberam bem a reviravolta, após os anos de dificuldades para manter as operações funcionando sob os controles estritos contra a doença. Agora, contudo, elas se deparam com o desafio de adaptar-se a um "novo normal", de aumentos nos contágios e de controles mais flexíveis.

"Está muito caótico", disse à "Nikkei Asia" um executivo de uma

fabricante de componentes eletrônicos que trabalha para a Samsung, a Apple e vários fabricantes chineses de telefones celulares. "A nova onda de surtos de covid se espalhou super-rápido e a maioria das empresas descobriu que não faz sentido colocar seus funcionários em quarentena".

Um funcionário da fabricante de telefones celulares Honor descreveu como os trabalhadores agora estão resignados com a ideia de contrair o vírus.

"O cumprimento típico agora é: 'Você já testou positivo?', dizem eles. 'Tornou-se muito natural agora. Se for inevitável, a maioria de nós prefere pegar a doença mais cedo do que tarde. Caso contrário, pode atrapalhar nosso trabalho em 2023'".

Os governos locais têm ajudado a impulsionar a mudança. Províncias como Zhejiang, Chongqing e Anhui anunciaram que trabalhadores assintomáticos ou com sintomas leves podem voltar ao trabalho com a "devida proteção".

Um funcionário público, da Província de Jiangsu, antes encarregado de supervisionar as medidas de prevenção contra a covid-19 em fábricas, disse à "Nikkei Asia" que o governo local não está mais interferindo nas medidas de controle que cada fábrica optar por tomar contra a epidemia e que quase todas elas vêm pedindo a quem tiver apenas sintomas leves para voltar ao trabalho.

Alguns temem que o abandono repentino da política de tolerância zero à covid-19 tenha impactos indiretos na economia da China.

"O rápido aumento nos contágios nas grandes cidades pode ser apenas o começo de uma onda maciça de contágios da covid", alertou Ting Lu, economista-chefe da corretora Nomura na China, em recente nota a investidores. "Prevemos que os principais indicadores de atividade continuem fracos ou até tenham caído ainda mais em dezembro."

Alicia Garcia Herrero, econo-

mista-chefe para a região da Ásia-Pacífico do banco de investimento Natixis, prevê um impacto "notável" na indústria com a reabertura da economia. "No entanto, isso poderia não durar muito, se a maioria das grandes cidades conseguir chegar ao teto [nos casos] por volta do fim do Ano Novo Chinês", acrescentou. "Em poucas palavras, acredito que a falta de demanda externa será um fator ainda mais importante para o setor industrial da China em 2023."

Alguns têm uma visão mais otimista, como o funcionário da Honor: é melhor enfrentar o pior do contágio agora, quando a demanda, de todo modo, está baixa.

"Mais da metade de nossa equipe testou positivo e, é claro, enfrentamos interrupções na produção", disse à "Nikkei" o gerente de uma fabricante de placas de circuito impresso, na província de Jiangsu, que trabalha para a Apple e a Intel. "Mas acontece que a demanda estava bastante fraca, então apenas pedimos aos funcionários que tirassem algumas folgas".

Ding Yi, proprietário da Wuxi Huansheng Precision Alloy Materials, descreveu uma situação parecida. "A produção em suas instalações foi interrompida em meados de dezembro, depois de a maioria dos trabalhadores se contagiar, mas foi retomada aos poucos até o fim desse mês, disse Yi. "Não há grande impacto no atendimento geral às encomendas, porque os pedidos diminuem perto do fim do ano. Isso ocorre o tempo todo, então não estou tão preocupado."

Por enquanto, os fabricantes de tecnologia se mostram relutantes em reduzir o número de funcionários, apesar das más perspectivas para a demanda, por medo de repetir as dores de cabeça que tiveram em 2022.

O complexo industrial da Foxconn em Zhengzhou, o maior local de fabricação de iPhones do mundo, sofreu com a escassez de mão de obra após um surto de covid-19 no fim de outubro. Ago-

ra, oferece bonificações de até 14 mil yuans (US\$ 2.013) e pede aos funcionários para indicarem mais possíveis recrutadas.

Outros fabricantes na cadeia de suprimentos de tecnologia, como a Jabil, em Chengdu, a Pagatron, em Xangai, e a LY iTech, em Shenzhen, também elevaram salários e bônus para os funcionários no início de dezembro, depois de um grande número de trabalhadores ter se demitido em meio a surtos de covid-19 ou saído antecipadamente para o Ano Novo Chinês, que começa em 20 de janeiro.

Também há otimismo de que o novo ano trará mudanças para melhor. "A maioria de nós tem a esperança de que o aumento nos casos de covid alcance o pico por volta de fevereiro e de que [a situação] possa gradualmente voltar ao normal a partir de março", disse um gerente da SMIC, principal fabricante de chips da China. "Passamos por um período muito ruim no início de dezembro, quando quase metade de nossa equipe e de nossos fornecedores repentinamente pegou covid e, talvez, menos de 50% das pessoas ainda estivessem vindo para a fábrica [...], mas agora as pessoas gradualmente estão ficando acostumadas aos contágios e as coisas estão gradualmente melhorando."

Jonah Cheng, diretor de investimentos da firma de private equity J&J Investment, também está otimista. "A cadeia de suprimentos eletrônicos ainda está na fase de digerir o excesso de estoques, e não de começar a produzir peças em massa, mas a esperança é a de que o pior da crise se dê no primeiro trimestre de 2023", disse Cheng.

"Na verdade, é um bom sinal, que a China esteja se preparando para reabrir suas portas", acrescentou. "Deve haver muita desestabilização no curto prazo, mas nos próximos trimestres [a reabertura] pode ser boa para estimular a economia e abrir caminhos para uma recuperação".

Dados apontam contração do PIB chinês no 4º tri

Bloomberg

A economia da China encerrou 2022 em baixa, com uma forte queda nos gastos das empresas e dos consumidores em dezembro, e a expectativa é de mais rupturas nos primeiros meses de 2023, com o aumento de casos de covid-19 em todo o país.

Dados oficiais divulgados no fim de semana mostraram que o declínio na manufatura piorou no mês passado, enquanto a atividade no setor de serviços caiu mais desde fevereiro de 2020.

Separadamente, uma pesquisa privada junto a empresas feita pela China Beige Book International (CBB) divulgada ontem sugere que a segunda maior economia do

mundo se contraiu no quarto trimestre em termos anuais.

Os setores industrial, de serviços e imobiliário da China se enfraqueceram acentuadamente no quarto trimestre em consequência da covid-19, primeiro em virtude da rigidez da política de combate ao vírus e, depois, pelo súbito abandono das restrições, que levaram ao atual tsunami de casos.

Índices que medem lucros, receita e empregos nas empresas afundaram nos últimos três meses de 2022 em relação ao trimestre anterior e a um ano atrás, disse a CBB. Os resultados são baseados em enquete com 4.354 empresas realizadas no trimestre passado.

Os indicadores do setor imobiliário, incluindo transações e

preços, caíram para perto de mínimas históricas, disse a CBB.

Os números indicam que o PIB da China provavelmente se contraiu no quarto trimestre em termos anuais reais, e cresceu apenas 2% em todo o ano de 2022, disse a CBB, provedora de dados econômicos independentes.

Economistas sondados pela Bloomberg preveem que o crescimento desacelerou para 2,9% no quarto trimestre e atingiu 3% em 2022.

"Com a onda de covid, queda nos investimentos para a mínima em dez trimestres e persistente fraqueza nos novos pedidos, uma recuperação significativa no primeiro trimestre parece cada vez menos realista", disse Derek Scissors, economista-chefe da CBB.

Meta do Ocidente não deve ser uma China fracassada

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Queremos que a China fracasse? Essa pergunta surgiu recentemente em um seminário voltado para autoridades políticas e comentaristas ocidentais.

O grupo folheava um relatório sobre o ano à frente, quando um participante questionou por que um dos perigos listados para 2023 seria uma forte desaceleração do crescimento chinês. "Não é isso que queremos que aconteça?"

É uma pergunta justa. Afinal, o presidente dos EUA já disse várias vezes que está disposto a entrar em guerra com a China para defender Taiwan. A União Europeia (UE) descreve o país como um "rival sistêmico". O Reino Unido está discutindo a classificação da China como uma "ameaça". Se você classifica um país como uma ameaça e um rival, certamente não vai querer ver a economia desse país crescer em ritmo acelerado, não é?

Ou talvez você queira. Aqueles que acreditam que a continuidade do sucesso econômico chinês continua sendo do interesse do Ocidente têm argumentos plausíveis a apresentar. Primeiro, a China é uma parte enorme da economia mundial. Se você deseja que a China entre em recessão, está bem perto de desejar que o mundo também mergulhe em uma recessão. E se a China entrar em colapso — por exemplo, se seu setor imobiliário vier a derreter —, as consequências reverberariam em todo o sistema financeiro global.

Depois, há a questão moral. Você se sente confortável em desejar que mais de 1,4 bilhão de chineses — muitos deles ainda pobres — fiquem ainda mais pobres? A demanda e os investimentos da China são fundamentais para os países da África e das Américas. Você gostaria que eles também fiquem mais pobres?

O fato de essa discussão estar ocorrendo diz algo sobre a confusão atual nas capitais ocidentais. De um modo geral, dois modelos da ordem mundial estão travando uma batalha nas mentes das autoridades ocidentais: um antigo, baseado na globalização, e um novo, baseado em uma competição das grandes potências.

O velho modelo enfatiza a economia e o que os chineses chamam de "cooperação em que todos ganham". Seu argumento é o de que a estabilidade econômica e o crescimento são bons para todos — e que ela também encoraja hábitos úteis de cooperação internacional em questões críticas como as mudanças climáticas.

O novo modelo argumenta que ao ficar mais rica, a China infelizmente se tornou mais ameaçadora. Pequim despejou dinheiro em uma escalada militar e tem ambições territoriais que ameaçam Taiwan, Índia, Japão, Filipinas e outros. Essa visão diz que se as ambições da China não mudarem ou forem controladas, a paz e a prosperidade mundiais estarão ameaçadas. A invasão da Ucrânia pela Rússia e a aliança entre a China de Xi

Jinping e a Rússia de Vladimir Putin fortaleceram a visão de que a melhor lente para ver o mundo agora é aquela que se concentra na disputa das grandes potências.

Infelizmente, esse não é uma discussão que possa ser resolvida, pois as duas visões de mundo contêm elementos verdadeiros. Uma China fracassada pode ser uma ameaça à estabilidade mundial. E o mesmo pode acontecer com uma China bem-sucedida — caso ela seja comandada por Xi ou outro nacionalista autoritário.

A maneira das autoridades ocidentais resolverem a discussão é fazer um tipo diferente de pergunta. Não a: queremos que a China seja bem-sucedida ou fracasse? Mas sim a: como administrar a ascensão contínua da China?

Colocar a questão dessa forma evita basear a política em algo que vai além do controle das autoridades. Não seria sensato aos americanos ou europeus assumir que a China caminha para o fracasso, assim como não seria realista para a China basear suas políticas para os EUA com base na ideia de que os EUA poderão entrar em colapso. Está claro que a China e os EUA enfrentam desafios internos substanciais que podem — no pior cenário — sobrecarregá-los. Mas seria tolice qualquer um dos lados assumir esse resultado.

Em vez de tentar tornar a China mais pobre ou impedir o desenvolvimento do país, a política ocidental deveria se concentrar no cenário internacional, no qual uma China mais rica e mais poderosa está emergindo. O objetivo deveria ser moldar uma ordem mundial que torne menos atraente para a China buscar políticas agressivas.

Essa abordagem tem elementos militares, tecnológicos, econômicos e diplomáticos. Os EUA têm sido mais eficazes em fortalecer sua rede de laços de segurança com países como Japão, Índia e Austrália — o que ajudará a conter o militarismo chinês. Os esforços de Washington para evitar que a China se torne o definidor dos padrões tecnológicos mundiais estão ganhando força — mas será muito mais difícil a coordenação com os aliados, que temem por seus próprios interesses econômicos.

Economia e comércio são os pontos fracos dos EUA. A China já é o maior parceiro comercial da maior parte dos países do Indo-Pacífico. O maior protecionismo dos EUA e sua incapacidade de firmar acordos comerciais significativos na Ásia, tornam a oferta de Washington menos atraente.

A batalha por ideias também é importante. A guerra na Ucrânia mostra que grandes partes do mundo continuam muito céticas em relação aos motivos ocidentais — até mesmo em se opor a uma óbvia guerra de agressão da Rússia.

É por isso que é fundamental que os EUA e a UE deixem claro — para si mesmos e outros — que seu objetivo não é impedir a China de ficar mais rica. É impedir que a riqueza crescente da China seja usada para ameaçar seus vizinhos ou intimidar seus parceiros comerciais. Essa política tem o mérito de ser adequada e viável.

Curtas

Indústria da zona do euro

O índice de gerentes de compras (PMI) industrial da zona do euro subiu para 47,8 pontos em dezembro, ante 47,1 no mês de novembro, informou ontem o S&P Global. Foi o melhor resultado em três meses, mas o PMI segue abaixo de 50 pontos, sinalizando que não houve expansão na atividade. A desaceleração da indústria foi menor graças à redução das pressões inflacionárias e uma cadeia de suprimentos mais estável para o setor.

UE corta petróleo russo

A União Europeia reduziu em 90% as importações de petróleo da Rússia em 2022, segundo o embaixador do bloco na Ucrânia, Matti Maasilta. A redução é resultado de uma ação da UE para cortar as principais fontes de renda da Rússia. Há um mês, a UE também impôs o limite de US\$ 60 ao preço do barril de petróleo russo.

Ataque ucraniano

Comandantes russos têm enfrentado uma onda de ataques e críticas internas depois do ataque ucraniano que deixou pelo menos 70 mortos, no fim de semana, em Donetsk, região do leste da Ucrânia controlada pela Rússia. Kiev alega que o ataque de mísseis deixou entre 200 e 600 soldados mortos — no que seria a ofensiva mais mortífera desde o início da guerra, em fevereiro. Vários analistas militares qualificaram de "desastrosa" a decisão das forças russas de armazenar grande quantidade de munição no edifício mal protegido por defesas aéreas e convertido em quartel para a permanência dos soldados — o que teria amplificado as explosões e o número de mortos. A munição estava no edifício "sem nenhum sigilo", criticou Igor Girkin, oficial de inteligência da reserva que comandou forças russas na Crimeia em 2014.

Milhares na despedida do papa emérito



Uma longa fila se estendia ontem pelos arredores da Basílica de São Pedro (foto), com dezenas de milhares de fiéis esperando horas para passar diante do corpo do papa emérito Bento 16, que está sendo velado no local e deve ser sepultado nesta semana. Bento 16 morreu no sábado, aos 95 anos, no mosteiro do Vaticano onde vivia recluso desde que se tornou, em 2013, o primeiro papa a renunciar em 600 anos. Em razão disso, o papa emérito, que nasceu na Alemanha, é velado sem a cruz cerimonial e os sapatos pretos que compõem as cerimônias de funeral papal completas. Considerado conservador, ele foi eleito papa em 2005, depois de ter liderado a Congregação para a Doutrina da Fé, sob o nome de Joseph Ratzinger. "Senhor, eu te amo", teriam sido as últimas palavras de Bento 16, segundo o Vaticano. Autoridades disseram que 65 mil pessoas passaram pelo velório ontem. O papa Francisco, primeiro pontífice a tomar parte do velório do antecessor em vários séculos, lidera as cerimônias fúnebres do antecessor.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Bolsa Família pode ser mais eficiente e poupar gastos

Uma das primeiras tarefas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será redesenhar o Bolsa Família, ex-Auxílio Brasil. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Bolsa Família passou por diversas alterações, que ampliaram o número de beneficiários, o valor distribuído e mudaram suas características. Apesar de ter sido vital no auge da pandemia para evitar uma grave crise social e de ter aumentado os gastos públicos, não conseguiu reduzir a pobreza, faltando-lhe foco e eficiência.

Balanco feito pelo Valor (28/12) mostra que os gastos anuais com o programa saltaram de R\$ 35 bilhões para R\$ 156 bilhões de 2018 para cá; e o número de beneficiários foi de 14,5 milhões em janeiro de 2019 para 21,6 milhões em agosto passado. O auxílio médio, de R\$ 189 no Bolsa Família, foi para R\$ 607.

Apesar do aumento de gastos com o programa, o balanço do Valor constatou a ausência de avanço na frente social. Os dados mais recentes disponíveis mostram que 29,4% da população, ou 62,5 milhões de pessoas, estavam abaixo da linha da pobreza em 2021, segundo o IBGE, o maior nível desde 2012. Desse total, 8,4% da população, ou 17,9 milhões, eram extremamente pobres. De lá para cá, eventual redução da pobreza deve ser atribuída à melhora do mercado de trabalho. Além disso, o Brasil voltou ao mapa da fome do qual estava fora desde 2014. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), cerca de 61 milhões de pessoas enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar entre 2019 e 2021.

Igualmente grave são as distorções nas regras de distribuição do dinheiro, que evidenciam a falta de foco do programa, muito provavelmente resultado da intensa rotatividade de ministros responsáveis pela área, e do uso eleitoral do programa. No ano passado, as regras mudaram com a criação de um valor fixo a ser distribuído por família, independentemente do número de filhos. Isso estimulou o desmembramento artificial dos grupos familiares. Em dezembro de 2018, as famílias unipessoais somavam 1,8 milhão, e agora chegam a 5,5 milhões, que recebem R\$ 600 por mês sozinhas. Outros 18 milhões de famílias ganham R\$ 150 ou menos per capita por estarem em famílias maiores.

O novo ministro do Desenvolvimento

Social, Wellington Dias, responsável agora pelo Bolsa Família, já antecipou que vai rever os cadastros dos beneficiários para rastrear eventuais fraudes. O próprio governo Bolsonaro, no apagar das luzes, mandou retirar 2,5 milhões de pessoas incluídas indevidamente no programa. Além da fraude, há a questão também de voltar a implementar as condicionalidades de frequência escolar e vacinação das crianças da família.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conta com esse ajuste no Bolsa Família para economizar recursos e direcioná-los a outros programas. Estudos recentes de especialistas mostram que a expectativa tem fundamento e estimam economia entre R\$ 20 bilhões a R\$ 38 bilhões com a calibragem do foco do programa.

Um deles, feito pela equipe do BTG Pactual, estima economia de R\$ 20 bilhões apenas com o fim do incentivo ao desmembramento artificial das famílias. Já a análise feita pelos economistas Marcos Hecksher, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Marcelo Neri, diretor do FGV Social, estima economia de R\$ 38 bilhões, com maior eficiência. O estudo da FGV prevê que, com 74% dos recursos mensais gastos na versão do Auxílio Brasil adotada em agosto de 2022, é possível reduzir de 6,1% para zero a proporção de brasileiros na linha de extrema pobreza.

A proposta dos especialistas do Ipea e da FGV é transferir o equivalente a 35% da diferença entre a renda da família beneficiada e o que falta para ultrapassar a linha de pobreza mais alta definida pela ONU e pagar um adicional para crianças e jovens até 17 anos da família. Desse modo, o valor do benefício não seria igual para todas as famílias e haveria um estímulo para a busca de trabalho no mercado, apostam. A pobreza extrema seria erradicada e a pobreza aliviada.

Segundo o estudo, os gastos seriam de R\$ 8,9 bilhões por mês, menos do que os R\$ 12,1 bilhões mensais direcionados para o Auxílio Brasil a partir de agosto, quando o benefício subiu para R\$ 600. O exercício foi feito com base no parâmetro anterior da ONU, que era de US\$ 5,50 per capita por dia e foi atualizado para US\$ 6,85 para a faixa mais alta da pobreza. A diferença altera um pouco os valores, mas não a conclusão de que há necessidade de se aperfeiçoar as regras do Bolsa Família e até espaço para economia de gastos.



TOBIAS BRUNNER/PIXABAY

Nomeação de Bernard Appy sinaliza que governo quer acelerar tramitação das mudanças. Por *Hugo Amano*

O que esperar da possível reforma tributária

Após as eleições mais disputadas da nossa história, temos um novo governo desde domingo, sendo que Lula é o candidato mais velho a assumir a Presidência Brasileira e o único a ser eleito três vezes neste país. Embora a reforma tributária estivesse na agenda de ambos os candidatos, independentemente do resultado, o Brasil já esperava mudanças na área tributária, principalmente na legislação do imposto de renda e sobre bens e serviços.

Estudo recente divulgado pelo Valor apontou os três assuntos mais prioritários para o governo em 2023, segundo pesquisa com 154 CEOs do Brasil: 1- 76,1% dos respondentes consideram a reforma tributária como a principal prioridade; 2- 49% redução dos gastos públicos e; 3- 40% pacto nacional pela educação.

Esse estudo só reforça que o meio empresarial também apoia, anseia e aguarda uma ampla reforma tributária que favoreça o ambiente de negócios, tornando as empresas brasileiras mais competitivas, e que simplifique as obrigações empresariais. O Brasil ainda ocupa a vexaminosa 1ª colocação no ranking do Banco Mundial como o país no qual as empresas mais consomem horas, em média 1.501 horas por ano, para apurar e recolher tributos. Apenas como referência, a média mundial é de apenas 233 horas por ano. O país está entre as maiores economias do mundo e não pode mais ocupar essa incômoda posição em tal ranking, é preciso ter atitude e focar nas mudanças.

E quais são estas mudanças? Quais são os impactos? Um projeto de reforma do imposto de renda pendente no Senado foi aprovado pela Câmara dos Deputados há mais de um ano, em 2 de setembro de 2021, mas a Casa não tomou nenhuma medida para levar o projeto adiante. Estão também em discussão Projeto de Lei (PL 3887/20) e Propostas de Emenda à Constituição (45/19, 110/19, 07/20, entre outros) sobre a unificação dos tributos em relação ao consumo criando uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), mas nenhum foi aprovado até este momento.

É um tema delicado e que requerá muita negociação, uma vez que o Brasil tributa o consu-

mo nas esferas federal, estadual e municipal. Esta unificação exigirá uma exaustiva discussão entre as partes, bem como uma emenda constitucional, motivo pelo qual acreditamos que isso pode ser mais demorado do que a reforma do imposto de renda.

De acordo com o Plano de Governo e informações apresentadas por Lula e sua equipe durante a campanha, o governo pretende discutir a reforma tributária durante os primeiros seis meses de 2023 (embora isso não esteja claramente apontado no documento). O plano não dá tantos detalhes, mas indica que a reforma do imposto de renda e do consumo são prioridades, principalmente no contexto de uma das principais promessas do governo eleito, que é enfrentar a situação de pobreza esmagadora no Brasil e garantir um sistema tributário progressivo onde os ricos paguem mais impostos e os pobres menos.

Governo defende dar prioridade para a tributação dos lucros e dividendos e a redução da alíquota do IR

O Plano de Governo diz, sem especificar como que proporá uma "reforma tributária sólida, justa e sustentável que simplifique os impostos e exija que os pobres paguem menos e os ricos paguem mais". Embora isso seja vago, há pistas. Declarações do próprio presidente eleito e de pessoas próximas dão conta de que uma das mudanças será a taxação sobre a distribuição de lucros e dividendos, que hoje não existe no Brasil. Outro ponto colocado no Plano de Governo é simplificar e reduzir os impostos sobre o consumo e diminuir a evasão fiscal.

O governo eleito tem atuado fortemente na PEC da transição e até o momento, não foi observado o grande movimento nas reformas tributárias. Entretanto, o anúncio do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a nomeação do economista Bernard Appy, como assessor especial para reforma tributária, sinaliza que o governo PT realmente pretende acelerar a tramitação da reforma no Congresso.

Importante destacar que Bernard Appy é um dos diretores do

Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), criado em 2015, com o objetivo de desenvolver estudos e propostas que ajudem a simplificar e aprimorar o sistema tributário brasileiro e o modelo de gestão fiscal do país. Appy tem se dedicado exclusivamente ao CCiF desde o início e é o responsável técnico pelo texto da PEC 45/19 apresentado à Câmara pelo deputado Baleia Rossi.

E qual o impacto do novo governo na adesão à OCDE? O que podemos concluir até o momento é que a transição de governo não deve afetar a adesão do Brasil à OCDE. Focando na área tributária da adesão, o alinhamento das regras de preços de transferência do Brasil com as diretrizes da OCDE está em andamento, com a expectativa de que as autoridades fiscais e o governo apresentem um projeto de lei nos próximos meses. A adoção pelo Brasil das regras de preços de transferência no padrão da OCDE já está definida, agora nos resta saber a partir de quando. A eventual aprovação de uma reforma tributária pode até enviar sinais positivos à OCDE, pois demonstra o esforço do Brasil em tornar o ambiente tributário mais favorável, competitivo e justo.

Embora não esteja clara qual reforma tributária exatamente será discutida durante os primeiros seis meses da presidência de Lula, não é provável que toda ela (imposto de renda e IVA) seja possível de ser concluída nesse período. O governo defende o faseamento das reformas tributárias, sendo possível entender que a maior prioridade seja a tributação dos lucros e dividendos e a eventual redução da alíquota do Imposto de Renda para empresas, uma vez que não é necessário modificar a Constituição para que estas alterações sejam implementadas.

No entanto, a agenda e as motivações ambiciosas do governo podem não estar necessariamente de acordo com a disposição e o humor do Congresso. O governo terá um desafio hercúleo pela frente e será necessário negociar (e muito) com deputados e senadores para formar as bases necessárias a gerir com eficácia as iniciativas de reforma tributária e outras mudanças planejadas no Brasil a partir de 2023.

Hugo Amano é sócio de Tributos Diretos da BDO

Editor-executivo de Opinião

José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos

Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)

Eduardo Torres
(eduardo.torres@valor.com.br)

Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)

Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)

Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursal de Brasília

Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)

Sucursal do Rio

Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Repórteres Especiais

Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)

Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)

Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)

João Rosa (João Rosa)
(joao.rosa@valor.com.br)

Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)

Maria Cristina Fernandes
(mrcristina.fernandes@valor.com.br)

Marieli Olmos
(marieliolmos@valor.com.br)

Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)

Editor de Brasil

Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)

Editor de Política

César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)

Editor de Internacional

Humberto Saccomandi
(humberto.sacomandi@valor.com.br)

Editora de Tendências

& Consumo e Tecnologia

Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)

Editor de Indústria

& Infraestrutura

Ivo Ribeiro (Ivo Ribeiro)
(ivo.ribeiro@valor.com.br)

Editor de Agronegócios

Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)

Editora de Finanças

Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editor de S.A.

Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)

Editora de Carreiras

Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)

Editor de Cultura

Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)

Editor de Legislação

& Tributos

Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)

Editor de Arte/

Fotografia

Silas Botelho Neto
(silas.botelho@valor.com.br)

Editora Valor Online

Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)

Editora Valor PRO

Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)

Coordenador Valor Data

William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Editores de Projetos

Especiais

Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br)

Tânia Nogueira Alvares
(tania.nogueira@valor.com.br)

Correspondente internacional

Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais

Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)

Marina Falção (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE

Editora

Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE

Editora

Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

COLUNA DE ECONOMIA

E POLÍTICA

Cristiano Romero
(cristiano.romero@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL

Editor

Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Becevel Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)

Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)

Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP - Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, RJ 0 xx 21 3521.1414, DF 0 xx 61 3717 3333.

Legal SP 0 xx 3767 1323

Redação 0 xx 11 3767 1000. Endereço eletrônico www.valor.com.br

Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900

Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

BA/SE/PB/PE e Região Norte

Canal Chéto Comm. e

Representação

Tel./Fax: (71) 3043-2205

MG/ES -

Sat. Propaganda

Tel./Fax: (31)

3264-5463/3264-5441

PR - SEC - Soluções

Estratégicas em

Comercialização

Tel./Fax: (41) 3019-3717

RS -

HRM Representações

Tel./Fax: (51)

3231-6287/3219-6613

SC - Marucci &

Gondim Associados

Tel./Fax: (48)

3333-8497/3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:

Call center: 0800 7018888, whatsapp e telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldosassinante.com.br

Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br

Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: R\$ 1.618,80 ou R\$ 134,90 mensais.

Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: 0800 7018888. Carga tributária aproximada: 3,65%



A literatura e o Rei do futebol

Luiz Gonzaga Belluzzo



Avaliada sob escrutínio dos critérios e valores da vida moderna — valores que felizmente sobrevivem aos frequentes soluços da barbárie — a controvérsia político-esportiva sempre foi travada entre a animosidade e a paixão.

Os amantes do futebol, rivais como torcedores de seus times, imantaram-se na comoção que nos abalou. Pelé morreu? Um imortal não morre, sobrevive por mais de 15 séculos, com bem disse Andy Warhol.

Nada impressiona mais um brasileiro, nestes tempos globais, do que a expressão: isto é do Primeiro Mundo. Objetos, eventos, comportamentos, instituições são avaliados — positiva ou negativamente — conforme a maior ou menor adequação ao sedutor

critério do primeiromundismo. O Rei-Atleta que encantou nossos encantos pelo jogo bonito era de Outro Mundo ou, se preferir o leitor, era de Todos os Mundos.

Por isso, não vou cometer a ousadia de derramar sobre ele minhas pobres palavras. Entrego esse mister aos poetas e escritores brasileiros. “Sou homem e nada do que é humano me é estranho”. (Homo sum et nihil humani a me alienum). Terêncio não faria cara feia diante das homenagens literárias prestadas ao Rei do futebol. A sabedoria dos homens das letras trata a questão humano-futebolística com a paixão dos homens e mulheres.

Começo com um verso de Carlos Drummond de Andrade:

“Pelé o sempre rei republicano o povo feito atleta na poesia do jogo mágico”.

Em outras páginas Drummond prossegue. “Do Jeca Tatu de Monteiro Lobato ao esperto Garrincha e a esse fabuloso menino Pelé, o homem humilde do Brasil se libertou de muitas tristezas. Já tem caminhos abertos à sua frente e já sabe abri-los, por conta própria, quando não é assistido pelos serviços oficiais ou de classe a que cumpre melhorar as condições de vida coletiva. O futebol trouxe ao prole-

tário urbano e rural a chave ao autoconhecimento, habilitando-o a uma ascensão a que o simples trabalho não dera ensejo”.

Mas agora, vemos o futebol operando ou espelhando ainda maiores transformações, pois a conquista do campeonato mundial demonstrou a meu ver um maior entrosamento de forças sociais, a máquina burocrática do esporte deixando de operar suas porcas e parafusos de intriga, ambição e politicagem; consciência mais funda dos dirigentes; carta branca aos peritos para os trabalhos de formação e aprimoramento da equipe; e a contenção geral para evitar desbordamentos emocionais prévios, comprometedores do equilíbrio psíquico dos esportistas.

Tudo isso, em termos de educação nacional, é confortador, e permite alongar a vista para mais longe do campo de jogo, dá à gente um certo prazer matinal de ser brasileiro, menos por haver conquistado a Taça Jules Rimet do que por havê-la merecido. Prazer límpido, sem xenofobia: é justamente por nos sentirmos iguais a outros povos capazes de vencer campeonato que nos despimos de pretensões de superioridade ou domínio político”.

Passo a bola a Otto Lara Resende: “Em 1958 eu morava em Bruxelas e vi o delírio que o Brasil despertava. Pelé e Garrincha eram a dupla de mais cartaz no mundo. Nem os Beatles, que eram quatro e tiveram o cuidado de aparecer depois, lhes chegavam aos pés. No Polo Norte, em 1965, vendo o sol da meia-noite, um esquimó me pulou no pescoço na maior alegria e agitação.

O futebol trouxe ao proletário a chave ao autoconhecimento, habilitando-o a uma ascensão

Só depois vim a saber a razão. Porque eu era brasileiro. “Pelé! Pelé!” — gritava ele, eufórico. O esquimó fedia um pouco a peixe, mas tudo bem. Dava gosto ser brasileiro. O futebol unia todo mundo num só grito. Rico e pobre, branco e negro, analfabeto e intelectual. Até o Kissinger gostava”.

Encerro com Nelson Rodrigues em seu artigo sobre o milésimo gol de Pelé:

“Muitos lamentam que tenha sido de pênalti. Meu Deus do céu, e daí? Na sua penetração fulminan-

te, tinha batido toda a defesa adversária. Ia entrar com bola e tudo. Esfreu o pênalti. Não foi um companheiro, mas ele próprio quem foi derrubado. Não queria cobrar. Mas seus companheiros fizeram uma greve linda contra o pênalti. Ninguém tocava na bola. E, então, 100 mil pessoas, na gigantesca cadência coral, começaram a exigir: — “Pelé, Pelé, Pelé!”. Uma das que mais se esganiçavam era a grã-fina das narinas de cadáver. Uma louíssima suspirou, arrebatada: “Com esse eu me casava!”.

E quando Pelé estourou as redes, o Estádio Mário Filho voou pelos ares. Desde Pero Vaz de Caminha, nenhum brasileiro recebera apoteose tamanha. De repente, como patrícos do guerreiro, cada um de nós sentiu-se um pouco coautor do feito. Pelé voou, arremessou-se dentro do gol. Agarrou e beijou a bola. E chorava, o divino crioulo. Cem mil pessoas, de pé, aplaudiam como na ópera. Depois, assistimos à volta olímpica. Pelé com a camisa do Vasco. Naquele momento éramos todos brasileiros como nunca, apaixonadamente brasileiros”.

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Escreve mensalmente neste espaço.

Frase do dia

“Queremos que cada policial considere este ministério como seu. Não importa o voto de ontem ou o de amanhã”.

Do ministro da Justiça, Flávio Dino, em discurso de posse

Cartas de Leitores

Ambiente

Os olhos do mundo estão voltados à nossa política ambiental. A densa entrevista ao **Valor** (2/1/2003), concedida pela ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Marina Silva, dá conta da enormidade do que se apresenta ao desafio de recompor o desmonte dos organismos estatais de proteção, perpetrado no governo Bolsonaro. A problemática não é a única do Brasil e tampouco exclusivamente nossa. E não será solucionada sem uma forte cooperação internacional, imprescindível, por exemplo, à restauração do Fundo Amazônia, dependente de recursos externos além dos já empenhados pela Alemanha e Noruega. Sob modelo “filantrópico”, como mencionado. Em verdade, “obrigacional”, porquanto a deterioração do clima no mundo se deveu aos excessos dos países desenvolvidos, em seu processo de industrialização, que têm, por consequência, o dever de auxiliar na busca do desmatamento zero da Amazônia e de tutela de outros biomas. O bom sinal é o de que várias instâncias internacionais estão conscientes e “mobilizadas”, como mencionou a ministra.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Simone Tebet

Simone Tebet, nomeada para assumir a importante pasta do Planejamento e Orçamento do governo que ora se inicia, é senadora filiada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Tornou-se mais conhecida no cenário nacional quando se candidatou, sem apoio explícito de seu partido, à Presidência, obtendo expressivo número de votos por constituir uma alternativa saudável aos que rejeitavam os dois candidatos. Tão logo concluído o pleito em primeiro turno, apostou no apoio ao nome cuja vitória vislumbrou — corretamente — em segundo turno, vindo nessa orientação uma oportunidade valiosa de se catapultar como figura de alcance mais amplo.

Paulo Roberto Gotac
pgotac@gmail.com

Sem golpe

O presidente Jair Bolsonaro viajou para os Estados Unidos na última sexta-feira, comprovando mais uma vez sua falta de caráter. Um chefe de Estado precisa ter o mínimo de respeito pelo seu povo e pelo seu sucessor. O terror gerado pelo silêncio de Bolsonaro e de seus históricos seguidores não foi suficiente para deflagrar um golpe militar. Algumas redes sociais tiveram um papel ilusório e enganador nos últimos anos. As notícias falsas confundiram e encorajaram muitas pessoas mal informadas. É necessário investir de forma séria na educação do povo, para que no futuro seja possível eleger um presidente capaz e comprometido com o bem estar coletivo.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Juro maior de papéis soberanos pode ser indício de normalização monetária. Por **Takatoshi Ito**

O BC japonês mudou de política?

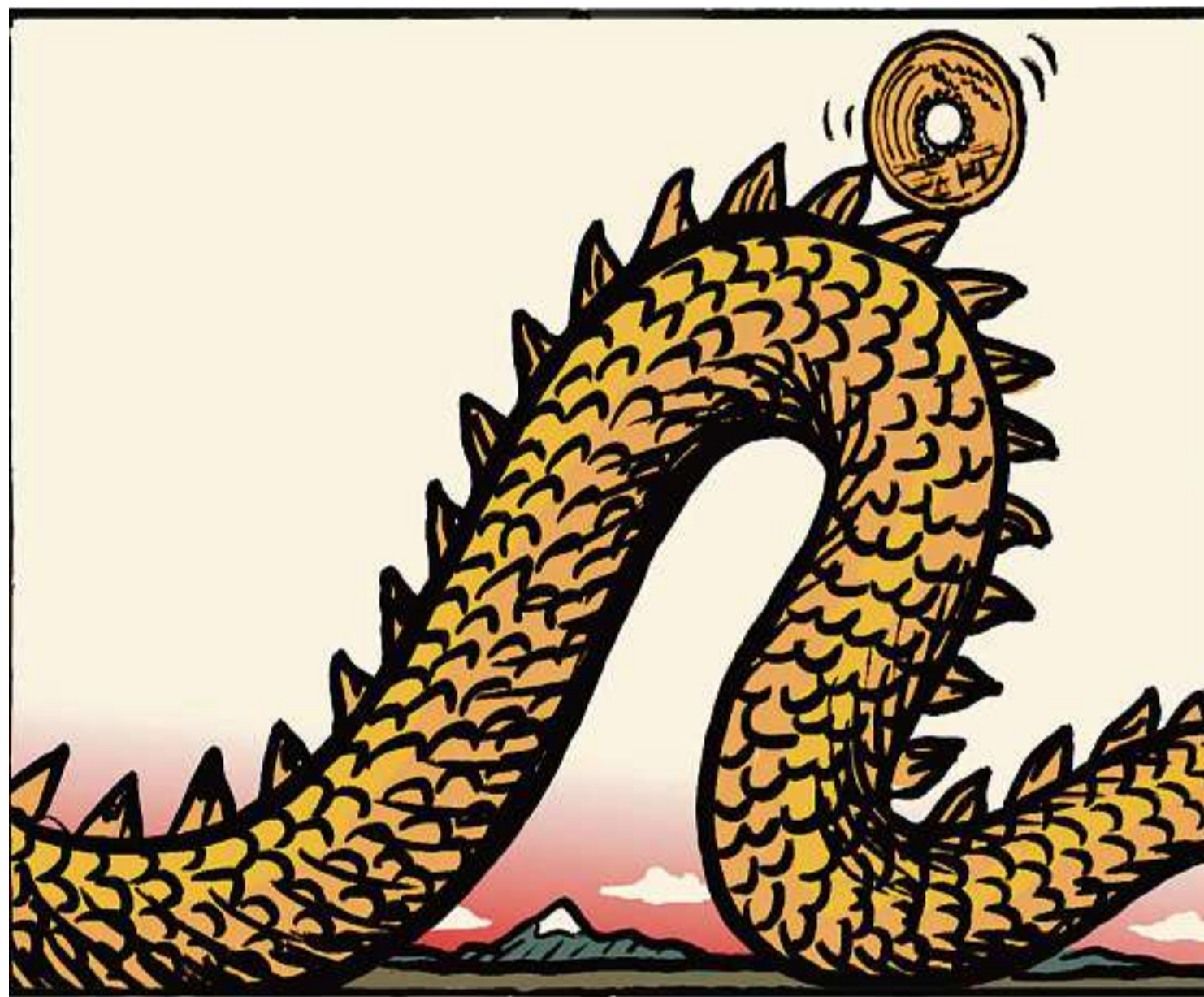
Em 20 de dezembro, o Banco do Japão resolveu elevar seu teto sobre os rendimentos dos bônus do governo de 0,25% para 0,5%. No intervalo de dez minutos depois do anúncio, o iene se valorizou em 3% em relação ao dólar, o Índice Nikkei 225 caiu 2,5% e a taxa do bônus de 10 anos deu salto de quase 25 pontos-base e se aproximou do novo teto.

Essa forte reação se deveu muito ao fato de a decisão ter pegado os investidores de surpresa. O Banco do Japão há muito interveém no mercado de bônus para manter os rendimentos ancorados próximos a zero, e o mercado esperava que a instituição mantivesse sua atual política de “controle da curva de rendimentos” [YCC, nas iniciais em inglês] até o fim do mandato de seu presidente, Haruhiko Kuroda, previsto para o começo de abril deste ano. Mas, segundo Kuroda, tornou-se necessário permitir maior flexibilidade no mercado de bônus de dez anos para reforçar a eficácia do YCC.

O Banco do Japão tem comprado somas cada vez maiores de bônus de dez anos ao nível de 0,25%, e muitas vezes os incorpora ao seu balanço um dia depois de sua emissão pelo Ministério das Finanças. Agora, pode-se inferir que o Banco do Japão ficou alarmado em se ver comprando bônus a uma taxa em aceleração. Afinal a curva dos vencimentos caiu recentemente para a menor marca dos últimos dez anos, o que significa que a taxa dos bônus de dez anos ficou mais baixa que as dos de nove e de 15 anos.

Embora a mudança do YCC equivalha a uma alta das taxas de juros de longo prazo, Kuroda insiste que a medida não deve ser interpretada como o primeiro passo de um processo mais amplo de aperto da política monetária. A taxa de juros real, observa, vem caindo neste ano, enquanto a de inflação subiu. Ao elevar o limite sobre os rendimentos de dez anos, o Banco do Japão, na prática, está promovendo um ajuste à inflação, e não, na verdade, elevando a taxa de juros real.

Kuroda está certo com relação a esse ponto técnico. Mas a tentativa de correção do YCC pode, apesar disso, ser o primeiro passo em direção à normalização monetária. Se de fato for, deveria ser anunciada como um sinal de que o Banco do Japão teve algum sucesso com sua política monetária ultraexpansiva. A Bazuca de Kuroda, como é conhecida coloquialmente, pode ter alcançado seu objetivo.



Pelo fato de a inflação japonesa ter estado muito abaixo da dos Estados Unidos (7,11%), da do Reino Unido (10,7%) e da zona do euro (10,1%), o Banco Central do Japão, até 20 dezembro, recusou-se persistentemente a elevar as taxas de juros

Desde a nomeação de Kuroda, em 2013, a taxa de inflação japonesa pairou, principalmente, acima de zero, mas bem abaixo dos 2%, o que levou alguns críticos a argumentar que o quadro de formulação de metas de inflação do Banco do Japão era um fracasso. Mas outros, entre os quais me incluo, defendem o quadro. Do ponto de vista de um regime flexível de metas de inflação, argumentamos, o Banco do Japão estava contrabalançando uma inflação abaixo da meta com o sólido crescimento do PIB (ou com a taxa de desemprego) do Japão em sua avaliação.

Mas um ponto ficou sempre claro: o Banco do Japão não conseguiu ancorar as expectativas de inflação em 2%, o que deveria ser um dos grandes benefícios do quadro de metas de inflação. Agora, a taxa inflação (excetuando-se alimentos in natura) aumentou acentuadamente. Em janeiro de 2022, ela ainda estava em apenas 0,2; mas alcançou 2,1% até abril e 3% até setembro. Como ocorre em muitos outros países, essa alta foi puxada por

aumentos dos preços da energia e dos alimentos e pela desvalorização da moeda.

Mesmo assim, pelo fato de a inflação japonesa ter estado muito abaixo da dos Estados Unidos (7,11%), da do Reino Unido (10,7%) e da zona do euro (10,1%), o Banco do Japão — até 20 dezembro — recusou-se persistentemente a elevar as taxas de juros. Em outubro de 2022, os membros de seu Conselho de Política já projetavam que a inflação recuaria para 1,6% em 2023.

Mas há motivos agora para suspeitar que essa projeção se revelará errônea. Em primeiro lugar, dados recém-divulgados de novembro mostram que a taxa de inflação, excluindo-se os preços da energia e dos alimentos, está em 2,8%. Portanto, mesmo se os preços da energia e dos alimentos pararem de subir em 2023, a taxa de inflação poderá permanecer acima de 2%.

Em segundo lugar, a “ofensiva de primavera” do ano que vem — as negociações salariais anuais — deverão introduzir grandes aumentos de salários, em parte pa-

ra compensar a alta da taxa de inflação de 2022 e em parte para redistribuir o aumento dos lucros derivados da desvalorização do iene. Na ocasião, aumentos salariais significativos substituirão parte da inflação decorrente do “empurrão dos custos” por uma inflação decorrente do “puxão da demanda” (ao aumentar o poder de consumo relativo de muitas famílias), o que tende a ser relativamente mais fácil de ser aceito pelos consumidores.

Isso seria uma condição inicial ideal para que o Banco do Japão comece a alcançar sua meta de inflação de uma forma mais sustentável. O ano-novo pode também representar um final feliz para a política monetária ultraexpansiva vigente há uma década no Japão. (Tradução de Rachel Warszawski).

Takatoshi Ito, ex-vice-ministro-adjunto de Finanças, é professor da Faculdade de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia e professor-sênior do Instituto Nacional de Estudos de Pós-Graduação em Política Pública de Tóquio.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Ambiente Ministra do país europeu se reúne com Marina e aposta que novo governo será um bom parceiro

Alemanha prevê 'nova relação' com Brasil por defesa da floresta

Daniela Chiaretti
De Brasília

O governo alemão, maior parceiro socioambiental do Brasil, sinaliza que combater o desmatamento é chave para manter e ampliar a cooperação. "É uma tarefa gigantesca para o governo brasileiro", reconhece Steffi Lemke, ministra do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção do Consumidor da Alemanha. "Parar o desmatamento também significa oferecer alternativas econômicas para a população local, para que tenha interesse em manter a floresta em pé."

Este foi um dos tópicos do encontro que ela teve no sábado com Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática do governo Lula. "Foi uma conversa muito concreta sobre mecanismos e instrumentos necessários para parar o desmatamento", disse ela na manhã de domingo, dia da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Para nós é muito claro que é preciso criar novas fontes de renda para as populações locais. O aspecto econômico e social é absolutamente relacionado ao ambiental."

A visita da política do Partido Verde alemão na comitiva do presidente da Alemanha Frank-Walter Steinmeier para a posse é "um sinal forte de que desejamos uma intensa cooperação e uma nova aliança com o Brasil para a proteção da floresta tropical e contra a extinção das espécies. É um reinício das relações Brasil-Alemanha", diz ela.

A cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável é de cerca de € 1,75 bilhão, a maior parte de responsabilidade de outra pasta, o Ministério da Cooperação. O Ministério do Meio Ambiente apoia vários projetos na Iniciativa Internacional para a Proteção do Clima.

No domingo, Steinmeier anunciou que o governo alemão estava liberando € 35 milhões para colocar o mais rápido possível o Fundo Amazônia em operação. Há outros € 20 milhões já em uso por projetos em campo, esclarece o secretário de Estado Niels Annen, do Ministério de Cooperação.

"Temos muita esperança que com essa eleição democrática no Brasil a humanidade terá a chance de salvar a Amazônia. E com isso, reverter a rota do ponto de não retorno da floresta", diz, referindo-se ao ponto em que a Amazônia, de tão devastada, não consegue mais se regenerar e transforma-se em savana. "Temos a chance de paralisar uma das maiores fontes da catástrofe do clima", mas é preciso "agir rapidamente", acredita.

Durante a Conferência da Biodiversidade, em dezembro, em Montreal, a Alemanha divulgou que irá liberar € 1,5 bilhão para financiamentos internacionais na área. Na COP, contudo, houve uma cliva-

gem entre os países do norte e do sul global, em relação a mais recursos para proteção da natureza, se o nível de ambição seria ampliado. Os países em desenvolvimento queriam um novo fundo específico para a agenda. Os industrializados foram contra.

"É importante agir com os recursos que já existem para as florestas, e não aguardar, às vezes dois anos, para fechar negociações de como os recursos podem ser ampliados. É necessário ter avanços rápidos, inclusive, para apoiar a população local e os povos indígenas", diz Steffi Lemke. "Proteger a natureza não pode ser algo que fique em oposição aos direitos indígenas", reforça.

A ministra também fez referência à legislação europeia de não importar mais produtos vinculados ao desmatamento. "Essa não é uma lei contra os países nem contra a população local. Muito pelo contrário. Queremos ter condições justas em produtos que não implicam destruição da natureza nem ameaçam os direitos humanos", esclarece. "Essa não é uma lei contra o Brasil. Mas fica claro que não pode haver cooperação com desmatamento."

Em sua primeira visita ao Brasil, a política alemã partiu à Amazônia logo após a posse do presidente Lula, e de Manaus ia ao Recife conhecer um projeto costeiro apoiado pela agência de cooperação alemã GIZ, o TerraMar.

Temos muita esperança que com essa eleição no Brasil a humanidade terá a chance de salvar a Amazônia"

Em entrevista ao Valor, falou também sobre a chance de o acordo comercial União Europeia-Mercosul ser retomado: "Esse momento pode representar uma oportunidade, mas precisamos de diretrizes ecológicas claras." A seguir, trechos da entrevista:

Valor: Na programação de sua viagem a senhora vai à Amazônia e ao Recife. Há projetos ali?

Steffi Lemke: Sim, apoiamos um projeto em Recife, o TerraMar [feito com a agência de cooperação alemã GIZ na zona costeira]. A proteção marinha é um assunto muito importante para mim também. Busco possibilidades de proteção à Amazônia, a região marinha e a conservação da natureza como um todo. É a primeira vez que venho ao Brasil. É tão importante conhecer o que acontece aqui e o que o novo governo vai fazer agora. Tive um encontro com a ministra Marina Silva no sábado de quase duas horas.

Valor: Como foi o encontro?

Lemke: Tínhamos tantos temas para discutir. Eu a havia encontrado em Sharm El-Sheikh [Egito], na COP27, a conferência do clima. É tão bom que ela tenha se tornado ministra. Foi uma conversa muito concreta sobre mecanismos e instrumentos necessários para parar o desmatamento. É uma tarefa gigantesca para o governo brasileiro e também para outros países amazônicos, como a Colômbia e o Equador. Por isso é preciso pensar também em formas de cooperação entre os países da Amazônia e garantir que povos indígenas e a população local possam ser integrados nessas mudanças e recebam fontes de renda alternativas. Parar o desmatamento também significa oferecer alternativas econômicas para a população local, para que tenha interesse em manter a floresta em pé. Receio, contudo, que haverá muita resistência contra essa agenda em relação a temas da floresta tropical.

Valor: Por que são temas complicados?

Lemke: Porque são assuntos complexos e muita gente obtém dinheiro da floresta e não vão dizer, de uma hora para a outra, "ok, aqui você tem uma área protegida agora e ficará tudo bem". Isso não vai acontecer. Por isso o governo tem que ser forte. Se der para ajudar de alguma forma, faremos o que pudermos.

Valor: Quais são as expectativas do governo alemão com a agenda socioambiental no Brasil?

Lemke: Temos muita esperança que com essa eleição democrática no Brasil, a humanidade terá agora a chance de salvar a Amazônia. E com isso, reverter a rota do ponto de não retorno da floresta [a Amazônia já foi desmatada em cerca de 20%; um estudo famoso de Carlos Nobre e do cientista americano Thomas Lovejoy estima em perto de 25% de destruição o ponto em que a floresta não consegue mais se regenerar]. Temos a chance de paralisar uma das maiores fontes da catástrofe do clima. Já foi desmatado muito, é verdade, mas temos a chance de evitar o ponto de não retorno. É uma grande chance para a humanidade e também para o Brasil. Por isso é importante agir rapidamente e ter logo os primeiros projetos nas florestas conservadas.

Valor: Como a Alemanha pode ajudar este governo e o ambiente?

Lemke: Creio que a presença do presidente alemão [Frank-Walter Steinmeier] e a minha aqui no Brasil neste momento de posse do novo governo é um sinal forte de que desejamos uma intensa cooperação e uma nova aliança com o Brasil para a proteção da floresta tropical e contra a extinção das espécies. Estou convencida que o novo governo do Brasil será um bom parceiro. É um reinício das relações Brasil-Alemanha e com isso, nossa



Ministra alemã do Meio Ambiente, Steffi Lemke: "É preciso mobilizar todas as forças para salvar a Amazônia"

grande esperança, de conseguir melhor proteção do meio ambiente e do clima. Para nós é claro que é preciso criar novas fontes de renda para as populações locais. O aspecto econômico e social é absolutamente relacionado ao ambiental.

Valor: O acordo UE-Mercosul pode destravar agora?

Lemke: Esse momento pode representar uma chance, mas precisamos de diretrizes ecológicas claras. Os direitos humanos e dos povos indígenas precisam ser levados em consideração.

Valor: O Fundo Amazônia volta a funcionar rapidamente?

Lemke: Sim. O Fundo Amazônia voltará a operar muito em breve. O meu ministério tem um grande número de projetos no âmbito da iniciativa internacional do clima. Nesse campo cooperamos com o Brasil há muito anos. Nos últimos tempos isso ficou muito difícil. Quero reverter essa situação o quanto antes e encontrar novas possibilidades para ampliar a cooperação. Esse fundo será retomado e os recursos serão liberados.

Valor: No Fundo Amazônia, a Noruega é o maior doador. A Alemanha, por seu turno, é o maior parceiro socioambiental do Brasil. O quadro ambiental hoje é muito pior do que era. Como a Alemanha pode ajudar a reverter?

Lemke: Será muito importante conhecer as ideias e propostas do governo brasileiro e também da sociedade civil e de pesquisadores. Terei um encontro com algumas ONGs. Não queremos — e não podemos — decidir isso a partir da Alemanha. Precisamos da "expertise" dos brasileiros e das pessoas da região amazônica. Temos muitos projetos com a Colômbia também, onde temos muitos projetos, e ali também a cooperação tem que ser ampliada. Assim podemos ajudar a proteger a Amazônia como um todo, além da Amazônia brasileira. É muito bom que o governo alemão libere € 35 milhões do Fundo Amazônia e com isso pode-se começar

a agir já. Creio que se faltarem recursos, certamente a comunidade internacional poderá disponibilizar outros financiamentos. É preciso mobilizar todas as forças para salvar a Amazônia.

Valor: Haverá recursos?

Lemke: Na conferência de biodiversidade, a COP15, em Montreal, liberamos € 1,5 bilhão para financiamentos internacionais e queremos encontrar possibilidades de disponibilizar recursos adicionais para proteger as florestas tropicais. Mas, primeiro, é importante agir com os recursos que já existem para as florestas, e não aguardar, às vezes dois anos, para fechar negociações de como os recursos podem ser ampliados. É necessário ter avanços rápidos, inclusive, para apoiar a população local e os povos indígenas. Uma das mensagens fortes de Montreal foi exatamente que é preciso proteger os direitos dos indígenas. Proteger a natureza não pode ser algo que fique em oposição aos direitos indígenas.

Para nós [Alemanha], é claro que é preciso criar novas fontes de renda para as populações locais."

Valor: A senhora mencionou que é preciso ter novas alternativas para proteger a floresta. Este é um passo diferente em relação ao passado e também está nas propostas do governo brasileiro. O que tem em mente?

Lemke: Creio que há muitas possibilidades diferentes dependendo da região. Na Europa estamos discutindo a legislação sobre cadeias de fornecimento de produtos sem desmatamento. A União Europeia, ao longo de 2023, vai começar a colocar a lei

em prática. Produtos relacionados a desmatamento não poderão mais ser importados pelo mercado europeu. Essa não é uma lei contra os países, contra a população local. Muito pelo contrário. Queremos ter condições justas em produtos que não implicam destruição da natureza nem ameaçam os direitos humanos. Essa não é uma lei contra o Brasil. Mas fica claro que não pode haver cooperação com desmatamento. O Brasil tem muitas possibilidades de produtos ecológicos e também na área das energias renováveis. Fortalecer essa cooperação e dirigir os financiamentos internacionais nessa direção são tarefas que todos os países têm que fazer. Mas o que deve ser produzido em cada lugar não cabe a nós decidir.

Valor: Sobre hidrogênio verde, sabemos que a Alemanha tem muito interesse, inclusive para enfrentar a crise de energia que o país enfrenta com a guerra na Ucrânia. Como isso pode ser acelerado e se tornar mais concreto?

Lemke: Definitivamente a Alemanha tem interesse nas energias renováveis e vamos precisar continuar importando energia. Não temos condições de nos tornar independentes em energia, mas queremos importações de energias renováveis. Por isso hidrogênio é uma opção muito forte. Seria fundamental que haja cooperação entre empresas brasileiras e alemãs. O que observo é que em pequenas comunidades em áreas rurais, a produção de hidrogênio não será uma alternativa de renda rápida. Por isso é importante ter lá produtos não relacionados ao desmatamento, não necessariamente da agroecologia, e que tragam alternativas de renda às populações locais. Produtos que seriam vendidos principalmente no mercado local, pensando que a Europa não terá uma demanda tão grande de carne bovina e de soja relacionadas a desmatamento ou de ouro proveniente do garimpo ilegal.

Ministra alemã recebeu 'diagnóstico' ambiental do país

De Brasília

A ministra do Meio Ambiente da Alemanha, Steffi Lemke, reuniu-se no domingo com representantes da sociedade civil brasileira para escutar seu diagnóstico da situação atual. Ouviu sobre os projetos de lei que estão no Congresso e preocupam ambientalistas e pesquisadores, como o que modifica o sistema de registro de agrotóxicos e o do licenciamento ambiental, as relações com o Marco Global da Biodiversidade aprovado em dezembro e as próprias contradições da Alemanha em relação ao Brasil.

O controverso "PL do Veneno", assim batizado pelos ambienta-

listas por reduzir o poder da Anvisa e do Ibama, tem vários pontos polêmicos. Um deles é que se contrapõe ao que foi decidido em Montreal, na COP15, da biodiversidade.

Um dos artigos do Marco Global da Biodiversidade, principal resultado da COP15, prevê a redução de poluentes até 2030. O uso de agrotóxicos deveria ser cortado pela metade. É um desafio enorme para a agricultura brasileira.

A contradição alemã é que empresas do país vendem ao resto do mundo produtos banidos na Alemanha, por serem perigosos à saúde humana. É verdade que alguns países autorizam a entrada desses produtos, mas não dei-

xada de ser uma hipocrisia na política de ESG de empresas dividir o mundo entre quem pode ficar gravemente doente e quem está a salvo. Os verdes europeus buscam aprovar uma legislação para que isso seja proibido e que a indústria venda a todos produtos eficientes e seguros.

O Brasil é o segundo maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Estima-se que o mercado brasileiro seja de US\$ 10 bilhões ao ano. Outra conta utilizada por pesquisadores é que a prática teria por base US\$ 3 bilhões ao ano como incentivos — o que também está na contramão do aprovado em Montreal. Uma parte importante da agenda da biodiver-

sidade é eliminar subsídios que causam danos à natureza. "Talvez este seja um ponto em que a cooperação Alemanha e Brasil possa avançar", diz um interlocutor.

Outra sinalização importante dada pelos ambientalistas foi o projeto do licenciamento ambiental, também no Congresso. Um dos riscos do texto atual é priorizar o autolicensingamento. O texto, na visão de ambientalistas, pode também ampliar o desmatamento, porque esvazia impactos indiretos de algumas obras. A delegação alemã se mostrou preocupada pelo potencial de dano que o projeto poderia causar ao ambiente.

Os ambientalistas, contudo,

procuraram esclarecer o equívoco em relação aos biocombustíveis. Na visão europeia, é uma agenda que preocupa pelo potencial de o etanol, por exemplo, competir com veículos elétricos ou com a produção de hidrogênio verde.

"O Brasil é um país grande, e só 9% são área utilizada por lavoura, e isso inclui soja e cana. É uma situação diferente da de países europeus, que têm 50% da área ocupada por agricultura", diz a fonte. "O uso de bioetanol e biodiesel tem melhorado muito a qualidade do ar de cidades brasileiras." Além disso, a frota no país é antiga e carros elétricos não são ainda opções acessíveis aqui. "O Brasil não é a Europa", diz outra fonte.

"Talvez seja possível estabelecer um processo de diálogo sobre o uso da terra na Europa e no Brasil", acredita.

Outro ponto do diálogo foi o de pedir atenção, na legislação europeia que impede a importação de produtos relacionados ao desmatamento da Amazônia, também ao Cerrado. Os ambientalistas temem que as pressões se desloquem para o bioma.

"O Brasil tem outros biomas, é preciso olhar também para a Mata Atlântica, o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa", diz ele. "Não podemos só enfatizar a Amazônia. Isso pode levar a um processo de desvio das pressões de desmatamento." (DC)

Empresas

Sob o comando de Greice Ciarrocchi, CEO desde 2017, a CCS projeta receita bruta de R\$ 1,4 bi neste ano **B2**



Destaques

Multiplan revê compra

A Multiplan informou nesta segunda-feira (2), em comunicado ao mercado, não ter concluído a aquisição de 49,9% do shopping center DiamondMall, localizado em Belo Horizonte. Assim, a companhia permanece somente com a participação de 50,1% que já detinha no empreendimento. Em agosto de 2022, a Multiplan exerceu o seu direito de preferência e anunciou que compraria a outra metade do shopping, que pertencia ao Clube Atlético Mineiro, por R\$ 340 milhões. O motivo da não conclusão do negócio não foi informado.

Eni entra em mobilidade

A petrolífera italiana Eni anunciou a constituição da Eni Sustainable Mobility, nova empresa dedicada à mobilidade sustentável, integrada verticalmente ao longo da cadeia de valor, reunindo serviços e produtos que apoiam a transição energética e aceleram o caminho para emissões líquidas zero, segundo a empresa, em comunicado. A nova empresa desenvolverá a biorrefinação, o biometano e a venda de produtos e serviços de mobilidade na Itália e no exterior, diz a Eni. A unidade incorpora ativos de biorrefinação e biometano existentes, como as biorrefinarias de Veneza e Gela, e supervisionará novos projetos, como em Livorno e Pengerang, na Malásia, atualmente em avaliação.

Strada e Fiat no topo

Pelo segundo ano consecutivo, a picape Strada foi o carro mais vendido em 2022. A informação foi divulgada na segunda-feira (2), por meio de nota, pela Fiat, marca da Stellantis. A divulgação do ranking geral dos mais vendidos no ano passado será feita na quinta-feira (5) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve), com base nos dados de emplacamentos. Esta será, portanto, a segunda vez, que uma picape lidera o ranking dos carros mais vendidos no país. A Fiat informou, ainda, ter sido a marca mais vendida em 2022, com 21,9% do mercado, "o melhor desempenho de qualquer marca nos últimos dez anos", segundo a nota da empresa. Dados da Fenabreve divulgados no início de dezembro indicavam que até novembro a Fiat estava na frente no ranking que soma automóveis e comerciais leves, com participação de 22,13%.

Ganhos do casal Beckham

David e Victoria Beckham pagaram a si mesmos 8,1 milhões de libras (US\$ 9,8 milhões) por seu império de negócios, graças aos aumentos nas receitas e nos lucros proporcionados por sua série de contratos comerciais, informou o "Financial Times". A Beckham Brand Holdings (BBH), que inclui as empresas de moda e de licenciamento de marca do casal, registrou lucro líquido de 19,1 milhões de libras e receitas de 34,3 milhões em 2021, superando os números de 2020, de 11,6 milhões e 11,4 milhões de libras, respectivamente. Em 2020, o lucro superou as receitas em função de ganhos com investimentos obtidos com parcerias que são contabilizados separadamente. A empresa pagou 6,3 milhões de libras em dividendos para o casal de celebridades no período e mais 1,8 milhão de libras mais recentemente. As contas da empresa incluem o licenciamento e gestão da marca e dos negócios de David Beckham, seu investimento na empresa deficitária de beleza e moda de Victoria Beckham e uma fatia no time Inter Miami, da liga de futebol dos EUA.

Combustíveis Manutenção de PIS e Cofins zerados evita alta de preços, mas incertezas seguem

Com desoneração, Petrobras ganha tempo para definir nova estratégia

Gabriela Ruddy e Fábio Couto
Do Rio

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de prorrogar a desoneração do PIS e da Cofins sobre os combustíveis evita um aumento brusco para os consumidores — por razões tributárias — nos primeiros dias do governo e permite à Petrobras ganhar tempo para definir a nova estratégia para os preços da gasolina, do diesel e do gás de botijão. A medida é importante para o governo uma vez que um aumento nos preços poderia gerar desgaste logo nos primeiros dias, mas cria incertezas no mercado sobre a política de preços dos combustíveis. Desde 2016, a Petrobras segue o preço de paridade de importação (PPI), que leva em conta a cotação do barril de petróleo e o câmbio. Integrantes do novo governo têm sinalizado a intenção de rever essa prática, embora não se saiba qual seria a alternativa.

Analistas apontam que poderia ocorrer um aumento de 15% nos preços dos combustíveis nas bombas, caso a desoneração não fosse prorrogada. Não está claro, no entanto, o que vai ocorrer nas próximas semanas caso haja uma alta do preço do barril de petróleo no mercado internacional ou uma alteração do câmbio, por exemplo.

Segundo um analista de banco, ao manter a desoneração cria-se um cenário negativo em relação à dinâmica fiscal do país, o que tende a manter o real desvalorizado e, consequentemente, aumenta o custo de commodities para os consumidores. "Existe uma percepção de risco muito maior em relação à tomada de decisões sobre preços na companhia", disse o analista.

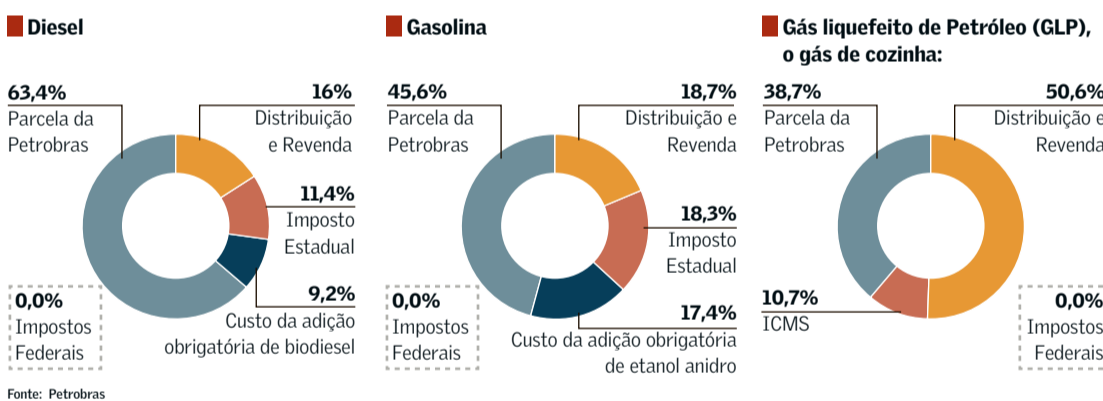
Até segunda-feira (2) não haviam ocorrido mudanças na alta administração da Petrobras. O atual CEO, Caio Paes de Andrade, foi convidado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para integrar o governo, mas ainda não havia renunciado ao cargo. O indicado para a presidência da Petrobras, Jean Paul Prates,



Governo quer evitar o desgaste de um aumento nos preços dos combustíveis logo nos primeiros dias após a posse

Composição dos preços nas bombas

Impostos federais seguem zerados



disse na segunda-feira ao **Valor** que ainda pode levar de 30 a 60 dias para assumir o cargo. Prates confirmou a intenção de realizar mudanças na política de preços. No Senado, Prates foi autor do

projeto de lei de criação da Conta de Estabilização de Preços (CEP). O projeto, que está parado na Câmara, cria uma banda móvel de variação para os derivados de petróleo como ferramenta de estabilização

dos preços, custeado por diferentes fontes. Quando os preços estiverem baixos, os recursos correspondentes à diferença entre o preço de mercado e o limite inferior da banda são acumulados. Quando os

preços extrapolarem o teto da banda, os recursos são usados para manter os preços dentro da faixa. Fontes avaliam que é improvável que o projeto vá adiante uma vez que o cenário atual é diferente da época da apresentação do texto.

Integrante do grupo de trabalho de Minas e Energia da equipe de transição, o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP) Deyvid Bacelar disse que o relatório elaborado pelo grupo havia recomendado a continuação da renúncia fiscal de PIS/Cofins até que se encontre solução alternativa ao PPI. A ideia é que ocorra o "abrasileiramento" dos preços, mas não há clareza do que isso significa. Na segunda o governo publicou medida provisória mantendo zerado a alíquota de PIS/Pasep e Cofins sobre diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo até 31 de dezembro de 2023. No caso da gasolina e do álcool, a desoneração vai até 28 de fevereiro deste ano.

Antes da desoneração, os impostos e taxas federais correspondiam a 7% do preço final do diesel ao consumidor, enquanto o ICMS respondia por 15,9%. A fatia de distribuição e revenda equivalia a 13,4%, o custo da adição obrigatória de biodiesel era de 11,3% e a fatia da Petrobras era de 52,4%. Com a desoneração, no entanto, esses percentuais estão diferentes (ver ao lado). Uma fonte disse que outra questão a ser resolvida será o ICMS, cuja alíquota foi limitada em 17% a 18% pelo governo Bolsonaro. Lula deve se reunir com governadores para tratar do tema.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) afirmou que o retorno dos tributos federais poderia onerar a população e os revendedores, mas ressaltou que os preços são livres. "Entendemos que a redução da carga tributária é benéfica ao país e a toda a sociedade, por minimizar os efeitos inflacionários e impulsionar a economia."

Ver mais nas páginas A6 e B6

GE inicia processo de separação de negócios

Reestruturação

Rafael Rosas
Do Rio

A GE começa o ano colocando em prática o primeiro passo da reestruturação que vai resultar em três empresas separadas. O processo de cisão, porém, só terminará no ano que vem. Na primeira semana deste ano se dará o "spin off", jargão de mercado para designar a separação, da GE Healthcare, que aglutinará os ativos da GE no ramo de saúde. Em 2024, está programado mais um movimento: a segregação da GE Vernova, que ficará com as operações do setor de energia, enquanto o restante da companhia será denominado de GE Aerospace, com ativos ligados ao negócio aeroespacial.

As mudanças haviam sido anunciadas em novembro de 2021 e, desde então, a GE promoveu encontros com investidores, anunciou os integrantes do conselho e a principal liderança da GE Healthcare. A empresa-mãe ainda terá 19,9% do capital da nova companhia, pulverizada em bolsa.

A presidente da GE no Brasil, Viveka Kaitila, afirma que o objetivo das mudanças é tornar a empresa mais ágil, inovadora e conectada com o mercado. "Cada uma dessas empresas terá o seu centro de pesquisas, de forma a trazer mais va-



Kaitila, presidente no Brasil, diz que foco da GE Healthcare é ser inovadora no setor

lor para o investidor. A inovação é bem direcionada e permite alocar o capital da melhor forma, não dependerá de um conglomerado."

A GE Healthcare surge com foco em quatro áreas, sempre com a

busca por soluções tecnológicas baseadas em inovação: exames de imagens; ultrassom; "patient care" (cuidados ao paciente); e materiais ligados a exames e contraste. "A visão da GE é que a saú-

de não tem limite. O foco é realmente ser uma empresa inovadora, identificar cada vez melhor as doenças, preveni-las", diz Kaitila.

Em nove meses do ano passado — último balanço disponível —, o setor de saúde da GE teve receita de US\$ 13,494 bilhões, pouco mais de 25% da receita da empresa. Houve leve alta em relação aos cerca de 24% que o segmento representou da receita em todo o ano de 2021. Nessa comparação, a receita dos segmentos de energia que vão compor a GE Vernova foi pouco mais de 45% do total de 2021. Ano passado, até setembro, foi pouco mais de 39%. Na unidade de Aerospace, a receita passou de 29,7% em 2021 para quase 35% de janeiro a setembro de 2022. Em nove meses do ano passado, a GE teve receita total de US\$ 54,769 bilhões.

"Nesse ano, a aviação está tendo resultados incríveis. Então o tamanho da aviação dentro da receita aumentou porque ela já voltou a 85% do tamanho que tinha em 2019. Quando anunciamos os resultados do terceiro trimestre, aviação teve um crescimento fantástico", diz Kaitila.

Em termos de Brasil, a executiva lembra que o segmento de saúde teve crescimento "muito grande" nos últimos anos e a empresa está "bem estabelecida" na área, sendo líder na América Latina. "Vamos investir em equipamen-

tos mais sustentáveis. Temos uma operação importante, de muitos anos no Brasil e com 'market share' significativo", diz Kaitila, acrescentando que a companhia não detalha os números por país.

A executiva destaca a importância da GE no setor de energia, que em 2024 estará sob o comando da GE Vernova. Ela diz que um terço da energia gerada no Brasil tem a tecnologia da GE nos equipamentos, tanto na geração a gás quanto nas hidrelétricas e eólicas. "O país é muito importante e sempre foi muito importante para a geração de energia da GE", diz Kaitila, que resalta a oportunidade do Brasil na geração de energia devido à crise do setor na Europa.

Ela acrescenta que um ponto relevante para a empresa no país está na descarbonização na geração de energia, com soluções para térmicas a gás. Kaitila lembra que as termelétricas garantem estabilidade na geração: "Temos que achar soluções que tenham menos impacto para o meio ambiente mas que também deem estabilidade para o sistema, que é importante. Investir somente em eólica e solar cria volatilidade na rede, o que não acontece com outras tecnologias", pondera. No setor de aviação, o principal ativo da empresa no país é a GE Celma, com 30 clientes no mundo, 2.200 funcionários e que revisou, no ano passado, 460 motores.

Índice

Indústria **B2**
Movimento falimentar **B2**
Serviços e Tecnologia **B3 e B4**
Tendências e Consumo **B5**
Agronegócios **B5 e B6**

Desempenho Fabricante de componentes em aço para máquinas de Limeira (SP) quase foi à falência 6 anos atrás

CCS supera crise e prevê faturar R\$ 1,4 bi

Ivo Ribeiro
De São Paulo

Após uma crise que durou de 2015 a 2017 e quase a levou à falência, a CCS Tecnologia e Sistemas S.A. conseguiu se superar nos últimos cinco anos. Além da situação financeira crítica, a empresa familiar sofreu um baque com a morte do fundador em 2017. A herdeira, Greice Ciarrocchi, teve de assumir o comando da CCS, com a missão de reerguê-la.

Diante da grave situação, relata a empresária e executiva, então com 38 anos, até tentou vender a empresa — situada em Limeira, interior de São Paulo —, mas não encontrou compradores. “Num só dia fiz a demissão de 500 funcionários, quase metade do total”. Empréstimos tiveram de ser renegociados e bens pessoais foram colocados à venda.

A CCS é especializada na fabricação de grandes componentes em aço, cortados em máquinas a laser, usados na montagem de máquinas diversas (agrícolas, de construção e mineração) e também em empilhadeiras. Para ganhar agilidade e ser mais competitiva, a empresa dispõe de robôs para as atividades de soldagem.

Além da unidade fabril de Limeira, a CCS tem uma filial em Palmeira, no norte do Paraná, que visa atender principalmente os clientes da região sul do país. Na carteira da empresa, no país, estão companhias de peso como Caterpillar, John Deere, Volvo, CNH, AGCO, Kion e Hyster, dentre outras.

No auge da crise, a dívida da empresa superava R\$ 80 milhões, ante uma geração de caixa (Ebitda) de R\$ 75 mil (2016). Além da crise do país, a CCS tinha o agravante de ter feito um investimento relevante — R\$ 50 milhões — anos antes na instalação da fábrica paranaense. O que era um movimento de expansão dos negócios, tornou-se pesado. Ao ser inaugurada, em 2015, não havia clientes para a produção, relata a empresária.



Greice Ciarrocchi, CEO: meta de elevar o número de mulheres na empresa e a presença delas em cargos de liderança e em 2023 mergulhar em governança e ESG

Ciarrocchi começou a trabalhar na CCS em 1999, auxiliando o pai. Diz que aos 17 anos já havia decidido estudar Administração de Empresas. Ao longo dos anos seguintes fez dois MBAs em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e um em Finanças, pelo Ibmec. Na formação, incluiu também cursos vinculados a auto-conhecimento e desenvolvimento pessoal, práticas que tenta utilizar no dia a dia. “Para liderar, o CEO tem de olhar muito para sua própria pessoa”, diz.

A empresa foi fundada pelo pai em 1995. Almir Ciarrocchi foi um self-made man, curioso, visionário, filho de um ferreiro e de uma cozinheira. Começou fabricando portões no fundo do quinta de casa. Ao conhecer máquinas de corte a laser viu que ali estava seu futuro — alugou um galpão e

montou a CCS. O nome vem de Ciarrocchi, Correa (da mãe) e Souza, que foi sócio no negócio.

Atualmente, a CCS emprega 2,8 mil funcionários — 2.200 em Limeira, cidade de 350 mil habitantes a cerca de 120 km de São Paulo. A cidade já foi conhecida como Capital da Laranja várias décadas atrás e abriga ainda muita plantação de cana de açúcar.

A situação da empresa começou a melhorar de 2017 para 2018, mas o grande salto veio mesmo em 2021, quando alcançou receita bruta de R\$ 932,6 milhões — expressivo crescimento de 165,7% sobre 2020, ano afetado pela pandemia de covid-19. Desde meados de 2020, quando a economia começou a reativar, foram contratadas 1,5 mil pessoas.

Ao final de 2022, a empresária estima ter alcançado faturamen-

to na casa de 1,33 bilhão, mais um salto de 40,8%. Já para 2023, afirma, a expectativa é um crescimento modesto, na faixa de 5% a 10%, em linha com seus clientes.

Esses resultados foram impulsionados por expansão dos clientes, que são ligados ao agronegócio, mineração, construção e ao e-commerce (centros de distribuição e galpões logísticos). Das vendas da CCS, 60% estão concentradas em máquinas para mineração e construção, 30% para agrícolas e 10% para empilhadeiras.

A situação financeira da empresa hoje é bem diferente daquela de 2016. Pode-se dizer confortável. A dívida líquida terminou em 2022 em R\$ 67,4 milhões. Considerando o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 201 milhões, a alavancagem financeira é de 0,33 vez. A margem

sobre a receita líquida (que vai superar R\$ 1 bilhão) é de quase 19%.

O lucro líquido previsto para o ano, a poucos dias de 31 de dezembro, era de 108 milhões, 5,8% superior ao obtido em 2021. Ciarrocchi observa que, apesar da expansão de 41% na receita bruta, a empresa teve as margens pressionadas por aumento de custos. Por exemplo, terceirização de produtos devido aumento de pedidos de clientes.

Em razão do crescimento, nos últimos três anos os investimentos também tiveram de ser reforçados — somaram R\$ 165 milhões, basicamente em expansão e modernização do parque fabril. Desse montante, para este ano estão previstos R\$ 35 milhões, principalmente em robôs de solda, máquinas de usinagem de peças e uma pintura nova. No ano passado, em Limeira, realizou várias obras.

Uma das metas da empresária é elevar o número de mulheres nas duas fábricas, bem como a presença delas em cargos de liderança. Hoje, elas representam pouco mais de 15% — eram 7% alguns anos atrás —, espalhadas em funções como motoristas, soldadoras e operadoras de empilhadeiras, de robôs e nas áreas de pintura e usinagem. Mas ainda são só 6 em cargos de liderança, sendo uma delas supervisora de fábrica.

“Contratamos uma consultoria de inclusão e diversidade para nos ajudar nesse trabalho”, informa Ciarrocchi, que tem como missão neste ano “mergulhar na governança” da CCS. Almeja criar um conselho de administração para a empresa e evoluir no caminho da governança corporativa. “Há cinco anos a consultoria E&Y já audita os nossos balanços”, afirma.

Na pegada do ESG (sigla que envolve ações voltadas ao meio ambiente, sócio-econômica e governança), a CEO informa que contratou uma consultoria para iniciar o mapeamento das emissões de CO2 nas operações das duas fábricas. E que a CCS acaba de investir R\$ 2 milhões em uma nova estação de tratamento de efluentes para poder ampliar a reutilização da água que consome nas operações.

Dona de 52% do capital da CCS — a irmã, que não exerce função executiva, tem 48% —, a empresária tem como braço direito na gestão o marido Ricardo Perez. No cargo de vice-presidente, Perez cuida das áreas financeira, comercial e de operações.

Sobre possível abertura de capital da CCS, em oferta pública de ações na bolsa, a empresária diz que bancos de investimentos já demonstraram interesse em conversar sobre o assunto. Mas afirma que ainda há muito o que fazer na companhia antes de tomar uma decisão. Aos 44 anos, com quase seis no cargo de CEO, Greice admite um certo receio de tornar a CCS uma empresa com ação em bolsa. Muitas exigências de investidores.

Evolua capta R\$ 102 milhões com Modal para usinas solares

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

A empresa especializada em geração distribuída compartilha de energia solar Evolua captou R\$ 102 milhões referente a um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) com o banco Modal para financiar a construção de cinco usinas solares no Brasil que somam 16,6 megawatts (MW). A empresa não informou onde estão lastreados os certificados alegando questões estratégicas.

O novo aporte se soma a outros R\$ 123 milhões, também emitido com selo verde, para incremento de capacidade de geração solar e chega a fim de fazer frente ao crescimento da base de clientes. A empresa nasceu em 2020. Entre 2021 e 2022, o crescimento foi de 300% ao ano

no número de clientes.

Os dois principais acionistas da companhia, BMPI Infra e a Andrade Gutierrez Participações, viram uma oportunidade de negócios, já que o setor de geração distribuída é o que mais cresce no Brasil e injeta mais de 1 GW de potência por mês. A empresa começou atendendo pequenas e médias empresas e mais recentemente outros consumidores.

A empresa atua principalmente na área de concessão da Cemig, em Minas Gerais, mas está também em Pernambuco e no Ceará. A meta inicial de expansão é chegar ao Piauí, mas a intenção é que em 2023 a empresa inclua outros três Estados a serem definidos em sua área de abrangência. Ao Valor, o diretor de marketing, Kim Lima, explica que este capital entra numa condição diferenciada, já que é uma empresa de infraestrutura, mas a opera-

ção é baseada em tecnologia.

“Esse fato, por sua vez, faz um contraponto com a tendência das agências de capital deixarem de injetar dinheiro em alguns perfis de negócios que estavam em alta, como é o caso das big techs. Todas essas ações, como a aposta no digital, a viabilização de aportes financeiros, entre outras, são as plataformas que vão conseguir nos ajudar a atingir a nossa meta, que é a de nos posicionarmos entre as cinco maiores empresas do segmento nos próximos anos”, enfatiza o executivo.

Na bagagem, Lima tem passagem pelo grupo Ultra, em que trabalhou como um dos responsáveis pelo programa Km de Vantagens. Segundo ele, o desafio agora é colocar em prática o conhecimento que detém em todos os aspectos que se relacionam à fidelização do cliente.



Lima, da Evolua, diz que outros investimentos estão chegando e os acionistas têm interesse em fazer novos aportes

Tudo isso acontece na esteira de uma ampla abertura de mercado e busca dos consumidores por energia mais barata. A sanção do marco legal da geração própria de energia, chamada de geração distribuída, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2022, criou um senso de urgência no desenvolvimento de

novos projetos nessa área no país. Esse fato acabou sendo tratado como “corrida pelo sol” no setor, pois garante a gratuidade da cobrança da tarifa de uso da rede das distribuidoras, a chamada TUSD, até 2045.

Desde então, a Evolua tem acelerado os pedidos de novos pareceres de acesso para garan-

tir o desconto nos Estados onde atuam. Com as liberações em mãos a empresa tem um prazo definido em lei para pôr de pé os projetos, o que deve demandar mais capital futuramente. A experiência na construção e recursos de um dos sócios pode dar agilidade e dinheiro para novos empreendimentos.

Curtas

Venda de imóvel usado

O preço médio do metro quadrado dos imóveis usados à venda na cidade de São Paulo subiu 20,78% em novembro do ano passado, ante outubro, aponta pesquisa do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP), que ouviu 248 imobiliárias. Como resultado, o volume de casas e apartamentos usados comercia-

lizados na capital recuou 24,84% naquele mês. Entre os imóveis usados vendidos no período, 54,67% custaram até R\$ 600 mil. No acumulado dos 11 primeiros meses de 2022, o volume de imóveis usados vendidos em São Paulo cresceu 7,91%. O preço médio cobrado pelo metro quadrado avançou 11,06% no período, quase o dobro do IPCA entre janeiro e novembro, de 5,9%.

Locação também recua

Na locação, o valor dos novos aluguéis fechados em novembro subiu 1,31% ante outubro, segundo o Creci-SP, e o volume de contratos caiu 1,58% no mesmo intervalo. Nos novos contratos de novembro, 56,49% dos inquilinos optaram por casas ou apartamentos com custo mensal de até R\$ 1,5 mil. Houve inadimplência em 3,82% dos contratos em vigor, que-

da sobre os 4,16% registrados em outubro. De janeiro a novembro do ano passado, o volume de novos aluguéis subiu 4,88%, enquanto o valor dos aluguéis fechados caiu 0,76% no período. “A locação tem preços contidos pela redução do poder aquisitivo da população por causa da inflação, endividamento e salários comprimidos”, avalia José Augusto Viana Neto, presidente do Creci-SP.

Stora Enso vende fábrica

A Stora Enso finalizou a venda de uma fábrica de papel em Nymölla, na Suécia, para a Sylvamo, por € 150 milhões. Segundo a empresa, a fábrica tem capacidade de 485 mil toneladas de papel por ano. A venda faz parte do processo de desinvestimentos de cinco fábricas de papel que a Stora Enso anunciou em 2022 para focar em embalagens e outros materiais.

Airbus e Atos negociam

A Airbus está em negociações preliminares com a Atos para assumir participação minoritária na Evidian, unidade de segurança cibernética, segundo o jornal “Les Echos”. A Airbus disse em comunicado por e-mail à Reuters que não comentaria, acrescentando que está “em constante discussão com parceiros, clientes e fornecedores, mas essas conversas são privadas”.

Movimento falimentar

Nota da redação: Em virtude do recesso forense, não há registros a serem publicados nesta data.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a Agenda tributária.

Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser. [ACESSE: VALOR.COM.BR](https://acesse.valor.com.br)



Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Nizan Guanaes.

Assine Valor

Ligue e assinhe agora: 0800 7018888

assinevalor.com.br

Saúde Prisma será responsável por 19,85% e entra no conselho

D'Or contrata gestora para Qualicorp, que tem novo CEO

Pipe

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A Rede D'Or, maior grupo hospitalar do país, decidiu terceirizar a gestão de sua posição acionária na administradora de planos de saúde Qualicorp, passando os direitos políticos e econômicos da maior parte das ações que detém à Prisma. A medida, divulgada nesta segunda-feira, já desencadeou também outras mudanças: novos conselheiros e novo presidente executivo na Qualicorp.

A D'Or tem atualmente 25,85% da Qualicorp e vai transferir 19,85% à gestão da firma paulista de investimentos alternativos, com a lógica de fomentar o crescimento da companhia com diferentes clientes, sem conflito de interesse.

A contratação do gestor profissional não está ligada a processos regulatórios, uma vez que tanto Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) quanto Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) já aprova-

ram a fusão da D'Or com a SulAmérica, sem demandar desinvestimento na intermediadora de planos de saúde — mas vem na esteira dessa discussão.

Sobre a Qualicorp, a ressalva feita pela ANS no mês passado foi para que conselheiros indicados pela D'Or não votem em assuntos exclusivamente sobre operadoras de saúde.

“Concluída toda a discussão regulatória, a companhia tomou uma decisão mercadológica. A D'Or quer fomentar esse ecossistema de negócios, diversificando suas receitas”, disse uma fonte que acompanhou a definição estratégica.

Os demais 6% que a rede hospitalar detém na Qualicorp continuam nas mãos da D'Or por estarem vinculados a um acordo de acionistas firmado em 2019, referente a cláusulas de não competição por parte do fundador e ex-acionista da Qualicorp, José Seripieri Filho, conhecido como Júnior.

O formato desenhado entre D'Or e Prisma é incomum no Brasil, mas usado no mercado americano, inclusive como solução para evitar conflito de interesses quando um investidor ou empre-



Com mudanças na administradora de planos de saúde Qualicorp, D'Or quer evitar conflitos e diversificar receitas

sário assume um cargo na gestão pública, por exemplo.

A independência decisória da Prisma já resulta de imediato na troca dos conselheiros e do CEO que haviam sido indicados pela D'Or na Qualicorp. Renunciaram nesta segunda-feira Heráclito Brito, que ocupava a presidência do board, Mauro Sampaio e Martha Saavedra. Foram eleitos João Mendes e Rodrigo Pavan, sócios da Prisma, e Ricardo Saad, executivo com experiência na indústria de seguros — foi diretor geral da Bradesco Saúde e da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg).

O então vice-presidente do conselho, Murilo Ramos Neto, passa a ser chairman e o conselheiro Roberto de Souza ocupa a

vice-presidência.

Na nova composição, o conselho já escolheu um novo executivo-chefe (CEO), já que Bruno Blatt era ligado à acionista (era CEO da D'Or Consultoria quando assumiu a empresa, há pouco mais de três anos). A cadeira agora é de Elton Carlucci, executivo forjado na Qualicorp, onde ingressou como office boy e já ocupava o posto de vice-presidente comercial e de inovação. Carlucci vinha sendo preparado para essa sucessão.

Apesar da preocupação setorial e pressão dos concorrentes, desde que a D'Or virou acionista da companhia, em 2019, houve aumento de 40% no número de operadores com quem a Qualicorp se relaciona.

A Prisma é especializada em investimentos alternativos, com R\$ 14 bilhões sob gestão. A casa fundada por Mendes, Marcelo Hallack e Lucas Canhoto vai gerir a posição na Qualicorp por meio de uma nova sociedade específica, a PrismaQuali Gestão Ativa de Participações. O veículo fica com posição semelhante ao Pátria na administradora e comercializadora de planos de saúde coletivos.

O novo CEO e os novos conselheiros terão desafios pela frente, como recuperar a confiança dos demais investidores em bolsa: a companhia vale na B3 cerca de R\$ 1,6 bilhão, o que representa uma desvalorização de 65% em 12 meses.

STF decide sobre vaga de medicina após MEC

Educação

Beth Koike
De São Paulo

Após a publicação da portaria do Ministério da Educação (MEC) regulamentando novas regras para os cursos de medicina, o próximo passo para resolver a judicialização nessa graduação será dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Gilmar Mendes vai decidir se os pedidos de abertura de cursos de medicina devem continuar sendo feitos por meio de editais do programa Mais Médicos, diretamente com o MEC ou se ambos os sistemas podem operar de forma simultânea.

Independentemente da decisão do STF, a portaria determina que todas as instituições de ensino privadas sejam obrigadas a seguir as novas regras que, em essência, são as exigências do Mais Médicos que foram aperfeiçoadas em alguns pontos. Ou seja, se hipoteticamente o ministro Gilmar Mendes permitir a abertura de cursos fora do programa do governo federal, a escola poderá escolher a região que pretende operar, mas ainda assim precisará seguir as demais regras do Mais Médicos. As exigências são: reverter 10% do faturamento bruto obtido com as mensalidades para a rede pública onde o curso está instalado, destinar 10% das bolsas integrais a alunos de baixa renda ou moradores da cidade e investir em programas locais de residência.

“No programa Mais Médicos, há um chamamento público que define em quais cidades os cur-



Todas as instituições de ensino privadas da área precisam reverter 10% do faturamento para rede pública de saúde

sos podem ser abertos e nos outros formatos não existe essa exigência. Mas há mecanismos para impedir uma concentração de novos cursos em praças maiores como, por exemplo, conceder mais Fies e ProUni às instituições que estão no interior. Além disso, nos grandes centros há poucos hospitais públicos ainda disponíveis para realização de residências, internatos, que é uma exigência para se ter cursos de medicina”, disse Henrique Silveira, advogado especializado em educação do escritório Mattos Filho.

A medida do MEC trouxe duas principais mudanças nas regras do Mais Médicos. O programa de residência não precisa mais desti-

nar 70% das vagas para formação de médicos de família, podendo ser numa especialização em que há carência na região. Os recursos provenientes dos 10% das mensalidades podem ser destinado a pagamento de preceptores (instrutores de residência), salário dos alunos do internato, clínicas médicas próprias etc. Antes, esse dinheiro só podia ser revertido para compra de insumos, equipamentos e bolsa de estudo.

A portaria do MEC abrange todos os cursos de medicina, inclusive aqueles abertos antes da implementação do Mais Médicos, em 2013. Dos 250 cursos particulares de medicina, 189 foram criados antes dessa data ou por meio de li-

minares judiciais e por isso não seguem as regras do programa. No entanto, a expectativa de especialistas do setor é que não haverá impactos relevantes para o grupo de instituições de ensino que abriu seu curso antes de 2013, uma vez que parte relevante deles já destina cerca de 10% do faturamento das mensalidades em diferentes iniciativas ao SUS.

As instituições de ensino têm um prazo de 12 meses, a partir do pedido de renovação de reconhecimento do curso, que acontece a cada três anos, para se enquadrar às novas regras do MEC, publicadas no dia 31 de dezembro.

A publicação da portaria no último dia do ano foi criticada por

José Roberto Covac, advogado especializado em educação do escritório Covac Sociedade. Em sua visão, há riscos da portaria ser revogada pelo atual governo petista como vem acontecendo com outras medidas aprovadas no mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro. Covac defende a abertura de cursos de medicina fora do Mais Médicos baseado na legislação que permite a livre iniciativa no setor privado de educação.

Silveira, do Mattos Filho, acredita que é possível que o STF permita as duas formas de pedido de abertura de cursos de medicina, mas não considera que a portaria será derrubada porque foi construída em conjunto com o Ministério da Saúde, conselhos de medicina e instituições de ensino.

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal devido a uma avalanche de pedidos de liminares para abertura de cursos de medicina fora do programa Mais Médicos e da moratória instituída em 2018, que proíbe a criação de novas vagas dessa graduação, entre 2019 e abril deste ano. Sete instituições de ensino já conseguiram uma decisão favorável e abriram 800 vagas de medicina. Há ainda 205 ações judiciais sendo analisadas.

As faculdades que conseguiram abrir cursos de medicina fora do programa federal podem escolher as regiões de sua preferência e, até então, não precisavam repassar valores pré-determinados como exige o Mais Médicos. As escolas que abrem cursos de medicina judicialmente passam por um crivo do MEC que analisa sua infraestrutura e programa pedagógico.

Oi busca fechar acordo em dois meses

Telecomunicações

Rodrigo Carro
Do Rio

Em negociação com seus credores desde outubro, a operadora de telefonia Oi espera chegar a um acordo num prazo de até dois meses, segundo apurou o Valor. As conversas incluem não apenas detentores de títulos da companhia mas também bancos que tentavam até recentemente impedir na Justiça o encerramento do processo de recuperação judicial da Oi: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco.

“Já tivemos algumas reuniões com credores. Esperamos chegar a um acordo nas próximas seis a oito semanas”, disse uma fonte que pediu para não ter seu nome divulgado. Entre os bondholders (detentores de títulos da dívida da Oi) estão fundos de investimento que adquiriram esses papéis de agências de fomento à exportação (ECAs, na sigla em inglês) estrangeiras.

O processo de recuperação judicial da Oi foi encerrado em 14 de dezembro do ano passado, por decisão do juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Mas o encerramento da competência do juízo — neste caso, a 7ª Vara — ocorre quando não couber mais recurso. Os três bancos, em 2021, já haviam tentado barrar o fim da recuperação judicial, mas o juiz negou o recurso. Na tentativa de evitar novas contestações, a Oi está negociando, oferecendo novas condições de pagar o que deve.

De acordo com a fonte, a intenção é alongar a dívida da Oi. Ao fim de setembro do ano passado, 94,5% da dívida bruta da Oi era composta por compromissos financeiros de longo prazo. À época, o montante total da dívida bruta era de R\$ 21,92 bilhões.

Em apresentação divulgada no último dia de 2022, a Oi informou que um de seus objetivos é “levantar liquidez para endereçar necessidades de financiamento de curto prazo”. Para atingir esse objetivo, a companhia de telecomunicações se propõe — de acordo com o documento divulgado em 31 de dezembro — a “dar tratamento diferenciado para credores que proverem dinheiro novo.”

“A companhia e seus respectivos assessores [financeiros] têm discutido com seus principais grupos de credores formas de viabilizar essa otimização [da dívida], valendo-se, para tanto, dos instrumentos que seu Plano de Recuperação Judicial e o aditamento [ao plano] já previam”, esclarece uma segunda fonte próxima à Oi, sob a condição de anonimato.

Pela proposta apresentada aos credores, eles poderão converter suas dívidas escolhendo entre duas opções distintas, a depender da disposição de proverem dinheiro novo, renovarem finanças bancárias ou fornecerem instrumentos de hedge (proteção contra variações cambiais). Numa das opções, 35% do valor de face da dívida seria convertido em novos títulos e os 65% remanescentes serão transformados em participação acionária. Na outra opção disponível, esses percentuais seriam, respectivamente, de 30% e 70%.

Os termos da proposta apresentada aos credores foram tornados públicos devido ao término do prazo de confidencialidade, mas nenhum acordo final foi fechado até agora.

Entre as informações divulgadas aos credores durante as negociações estão projeções para a receita líquida da Oi, que saltaria de R\$ 10,3 bilhões, em 2022, para R\$ 16 bilhões, em 2031. A previsão da operadora é de retomar um fluxo de caixa operacional positivo já no próximo ano, alavancado principalmente pelos negócios no segmento de fibra óptica. A companhia estima para 2031 um Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) de R\$ 3,9 bilhões.

Curtas

Ser Educacional

A Ser Educacional concluiu a aquisição do Centro Universitário Sete de Setembro (UNI7). A operação foi anunciada inicialmente em 30 de junho de 2022

por R\$ 10 milhões. De acordo com a companhia, a UNI7 é uma das instituições de ensino mais tradicionais de Fortaleza, com mais de 20 anos de atuação e cerca de 1,6 mil alunos.

Aluguéis do Twitter

O Twitter está sendo acusado de não pagar os aluguéis de escritórios em San Francisco, de acordo com processo movido pela dona da propriedade. A Co-

lumbia Property Trust, dona do prédio 650 California Street, diz que a companhia não pagou US\$ 136,2 mil em aluguéis. A companhia tem escritórios no 30º andar do prédio, que não é

sua sede principal, e deveria pagar os aluguéis até o meio de dezembro, diz o processo. O Twitter não respondeu a pedidos para comentar o caso. As informações são da Dow Jones.

Ciência Estudos requerem grandes investimentos e suscitam debates éticos sobre acesso a tratamentos

Startups buscam prolongar a vida e atraem bilionários

Hannah Kuchler
Financial Times, de Londres

Quando Nir Barzilai decidiu há 30 anos se especializar nas “ciências da longevidade”, foi praticamente um ato de fé e esperança. Agora, o cientista israelense-americano acredita que o mundo está prestes a ver essa esperança tornar-se realidade com medicamentos transformadores, capazes de impedir efeitos do envelhecimento antes considerados inevitáveis.

“Chega de promessas. Já estamos num ponto entre a promessa e a realidade”, diz o diretor do Instituto de Pesquisa do Envelhecimento, do Albert Einstein College of Medicine, em Nova York.

Ele pretende realizar um enorme ensaio-modelo para testar se um medicamento bem barato contra a diabetes, a metformina, pode estender o tempo de vida por anos, após um promissor estudo britânico feito com pacientes.

Se as autoridades reguladoras aprovarem o uso da metformina para combater o envelhecimento, ele acredita que os grandes laboratórios entrarão de vez nas pesquisas da longevidade. “Uma vez que provarmos isso, acho que sacudirá todo mundo”, diz.

A fantasia de viver para sempre existe há séculos, com histórias sobre a fonte da juventude e a pedra filosofal da imortalidade.

Embora ainda não possamos escapar da morte, aprendemos a evitá-la: a ciência melhorou imensamente a expectativa de vida, de início com medidas mais triviais, como sistemas de esgoto e vacinas, e depois com medicamentos para combater doenças crônicas, como as cardíacas. No Reino Unido, a expectativa de vida ao nascer praticamente dobrou entre 1841 e 2011.

No entanto, tendo em vista que agora muitas pessoas passam suas últimas décadas de vida em mau estado de saúde, cientistas como Barzilai procuram aumentar ainda mais não apenas o tempo de vida, mas também o número de anos saudáveis que vivemos.

Os cientistas da longevidade rejeitam noções exageradas, como a de que estão “curando a morte”. Ainda assim, suas pesquisas têm o potencial para aliviar alguns dos maiores problemas de nosso tempo: os custos cada vez maiores com a saúde para uma população cujo estado piora à medida que envelhece, e a queda de produtividade, à medida que as pessoas ficam doentes demais para trabalhar.

Barzilai, porém, ainda precisa correr atrás de dinheiro para financiar o teste, que pode levar de quatro a seis anos e custar entre US\$ 50 milhões e US\$ 75 milhões. Até agora, ele conta com US\$ 22 milhões, incluindo US\$ 9 milhões do Instituto Nacional de Saúde (NIH, em inglês), agência federal de apoio à pesquisa médica nos Estados Unidos. “É terrivelmente frustrante, mas agora estamos à caça do restante do dinheiro”, diz.

Encontrar a chave para prolongar a vida beneficiaria a todos nós. Ainda assim, é difícil conseguir dinheiro para financiar essa busca. Os investidores normalmente querem retornos de curto prazo — algo improvável, no caso da metformina, tendo em vista que sua patente já venceu há muito tempo. Os governos, por sua vez, priorizam a pesquisa de doenças.

Nessa lacuna, surgiram bilionários da tecnologia, como o fundador da Amazon, Jeff Bezos, o empresário israelense Yuri Milner e, por meio da Alphabet, os cofundadores do Google, Larry Page e Sergey Brin, que vêm financiando novos modelos que almejam combinar o melhor do mundo dos negócios e do acadêmico, sem a pressão por retornos de curto prazo.

Bilhões disponíveis para pesquisadores da longevidade podem ser um presente para uma huma-

nidade distraída demais com os problemas atuais para pensar em financiar uma revolução na saúde que viria apenas no longo prazo. O interesse desses nomes pode desembocar em uma situação em que todos ganhem: bilionários tentados pela ideia de viver cada vez mais financiando a longevidade, que não prosperaria sem eles.

Por outro lado, alguns temem que, se os muito ricos dominarem a área, os avanços futuros criem uma elite, não de bebês cientificamente “projetados”, mas de idosos “projetados”. Christopher Wareham, bioeticista da Universidade de Utrecht, que estuda a ética do envelhecimento, diz que os avanços na longevidade trazem o risco de ampliar as diferenças entre ricos e pobres na saúde, na riqueza e no poder, com temores, por exemplo, de que ditadores possam prolongar suas vidas.

“Suponha, por exemplo, que tivéssemos uma espécie de vacina para a pandemia do envelhecimento”, diz. “Isso potencialmente exacerbaria todos os tipos de desigualdades existentes [...] Quanto mais tempo você estiver presente, mais sua riqueza aumentará, e quanto mais rico você for, mais influência política terá.”

Diante da expansão da pesquisa da longevidade, cientistas começaram a fazer uma pergunta mais básica: o que é envelhecer? Em 2013, um influente grupo apresentou as “nove características do envelhecimento”, que consistem nos processos genéticos e bioquímicos que levam ao comprometimento funcional e à morte.

Alguns temem que, se os muito ricos dominarem a área, os benefícios só estarão disponíveis para poucos

Eric Verdin, executivo-chefe do Buck Institute for Research and Aging, na Califórnia, diz que os cientistas mudaram completamente a forma de pensar o envelhecimento, deixando de presumir que era um processo passivo e aprendendo a modificar isso.

Um avanço revolucionário pode evitar que sofremos as doenças crônicas que matam. “O maior fator de risco de todas as doenças é o envelhecimento: não é o colesterol ou o tabagismo, é a sua idade”, diz. James Peyer, executivo-chefe da Cambrian Biopharma, uma incubadora de empresas voltadas à longevidade, diz que a “estrela-guia” do campo é criar uma geração de remédios preventivos que tenham o mesmo impacto na saúde de que as vacinas e antibióticos.

Antes de desenvolver drogas, os cientistas precisam investigar o que ocorre no nível celular. Uma importante descoberta foi a de que é possível fazer voltar os ponteiros do relógio biológico das células, por meio de “fatores de rejuvenescimento” que criam o potencial para reverter as doenças.

Outra foi que as células senescentes se acumulam em pessoas mais velhas — elas envelhecem e deixam de dividir-se, mas não morrem, causando problemas de saúde. Cientistas da Clínica Mayo, nos EUA, descobriram que, desenvolvendo camundongos para que suas células senescentes morram, eles se tornam mais saudáveis e vivem de 20% a 30% a mais.

Até agora, contudo, a maioria dessas descobertas se refere a testes em animais, não em humanos. “É um ótimo momento para ser um rato rico. Mas acho que o que queremos são seres humanos que vivam com mais saúde”, brinca Vijay Pande, sócio-administrador da empresa de capital de risco Andreessen Horowitz, que investe na startup de longevidade BioAge. Testar essas hipóteses em hu-

manos apresenta enormes desafios. Levitaria muito tempo para saber se pessoas usando determinada droga viveriam mais. Dessa forma, os cientistas precisam encontrar “biomarcadores”: sinais que acompanham o processo de envelhecimento, para que se saiba se ele se desacelerou.

Os pesquisadores também precisam moldar seus testes dentro da regulação existente, que não define o envelhecimento como doença. Precisam ter como alvo doenças específicas, embora alguns almejem que os medicamentos tenham aplicações mais amplas.

Embora Barzilai creia que a metformina tem potencial para prolongar a vida, seu ensaio terá como objetivo mostrar que a droga atrasa um conjunto de doenças, como derrame, insuficiência cardíaca, câncer e demência, além da morte.

O maior obstáculo é conseguir dinheiro para financiar grandes ensaios, para acelerar os estudos e para descobrir outros fatores que influenciam o envelhecimento.

Quando Rick Klausner começou a levantar dinheiro para a Altos Labs, criou uma plataforma para investidores como nenhuma outra. Em vez de abordar potenciais acionistas com uma lista de projetos e um cronograma de metas, o ex-diretor do Instituto Nacional do Câncer dos EUA queria que eles investissem no que chamou de “motor de descobertas”.

Seu argumento era que a Altos Labs contrataria as melhores mentes da área — incluindo Hal Barron, ex-diretor científico da GSK, como CEO — e lhes daria toda a liberdade de ação. Klausner espera que, trabalhando de uma forma mais colaborativa do que acadêmica, eles conseguirão superar os grandes problemas referentes ao rejuvenescimento das células, com a ambição de reverter doenças.

A abordagem valeu a pena: a empresa levantou US\$ 3 bilhões, um recorde no setor de ciências da vida, em uma rodada de financiamento liderada pela Arch Venture Partners e que supostamente incluiu dinheiro de Bezos e de Milner, cofundador da Mail.Ru e fundador da empresa de investimentos em tecnologia DST Global.

Barron diz que o dinheiro permitirá que eles possam errar várias vezes na busca de seu objetivo: uma “maneira incrivelmente nova de pensar” sobre como reverter doenças. Ir atrás de uma “ideia tão complicada e desestabilizadora” requer US\$ 3 bilhões, observa.

A Altos Labs, criada no início de 2022, agora é a mais conhecida das empresas com experimentos que dispõem de financiamento e tentam turbinar a ciência antienvolvimento. A primeira foi a Calico Life Sciences, uma empresa da Alphabet, fundada em 2013, na qual Barron liderava pesquisas.

Klausner e Barron criticam o modelo de financiamento acadêmico tradicional por criar um ambiente que não encoraja a solução das maiores questões. O modelo deles, em vez de pressionar os pesquisadores a publicar nas melhores revistas científicas ou dar mais importância ao autor principal de um artigo, julgará os pesquisadores pelo fato de estarem trabalhando nos problemas mais difíceis.

“É um experimento, mas acho que vale a pena, para todos nós, dedicarmos o resto de nossas carreiras a ele”, conclui Klausner. Robert Nelsen, co-fundador da Arch Venture Partners, diz que a empresa só queria atrair investidores de longo prazo. “Se isso funcionar, não importa se tivermos que esperar. Em minha área de negócios, se você cura doenças, você vai ganhar dinheiro”, diz.

Jonathan Lewis, diretor de negócios da Calico, diz que um aporte da Alphabet permitiu à startup se concentrar na biologia pioneira quando foi criada em 2013.



Jeff Bezos, fundador da Amazon, é um dos empresários apontados como financiadores de pesquisas sobre a longevidade



A plataforma Altos Labs levantou US\$ 3 bi, numa rodada da qual participou também o empresário israelense Yuri Milner

Desde então, também atraiu financiamento da farmacêutica AbbVie. A parceria foi renovada duas vezes, e a Alphabet e a AbbVie agora se comprometeram a investir, somadas, US\$ 3,5 bilhões.

É muito dinheiro para uma organização de 275 pessoas, mas uma bagatela para a Alphabet, com sua capitalização de mercado de US\$ 1,2 trilhão, e para a AbbVie, com US\$ 292 bilhões. Hoje, a Calico tem três drogas potenciais em ensaios clínicos iniciais.

Os investidores de capital de risco mais convencionais também começam a entrar no campo, mas seu foco está voltado a empresas que estão testando princípios mais amplos da ciência antienvolvimento, em ensaios que poderiam produzir medicamentos mais rapidamente.

Essa nova turma de pesquisadores com os bolsos recheados tem alimentado dúvidas se as prioridades científicas dos governos realmente seriam as mais apropriadas, assim como debates sobre as consequências de transferir a setores privados grande parte da atividade científica em estágios iniciais.

O financiamento governamental está crescendo, mas ainda está longe de igualar o investimento levantado por nomes como a Altos Labs. O NIH tem uma divisão para a área de envelhecimento, mas os aumentos em seu orçamento nos últimos dez anos foram direcionados principalmente a pesquisas sobre o mal de Alzheimer. O Reino Unido começou a pôr o setor em sua mira, mas o dinheiro é ralo: gastou 2 milhões de libras (US\$ 2,4 milhões) em 11 redes de pesquisa.

James Wilsdon, diretor do Research on Research Institute, da Universidade de Sheffield, diz que os recursos públicos precisam ser direcionados para gerar benefícios mais imediatos. “A necessidade já é grande e suficiente do jeito que está, sem que assumamos questões de prazo muito mais longo e mais especulativas”, diz.

Ele acrescentou que há uma suspeita de que aqueles que enfatizam o “longo prazo” estão, na verdade, disfarçando seus “desejos individuais, narcisistas e egoístas de encontrar maneiras de prolongar

a própria vida o máximo possível”. “Você pode tentar maquiá-lo com argumento ruim de alocação de recursos da saúde, mas ainda será um argumento ruim.”

Por sua vez, o bioeticista Wareham afirma que não se deveria pensar na “imagem perturbadora de bilionários vampíricos inventando poções de extensão da vida e fazendo experiências com eles mesmos”, e que precisamos perceber que, mesmo que seja por interesse próprio, eles podem “se dar ao luxo de cometer muitos erros”, algo que os governos não podem.

Os governos também estão contribuindo de maneiras menos óbvias. O Reino Unido criou o “Biobanco”, com informações genéticas e de saúde de meio milhão de participantes. Isso se mostrou tão útil que a Calico está ajudando a financiar a inclusão de mais dados no sistema.

Para outros cientistas, esse tipo de investidor pode “se dar ao luxo de cometer muitos erros” e oferecer mais recursos

Alguns invejam os colegas que não precisam mais ficar preenchendo intermináveis fichas de pedidos de financiamento. Lynne Cox, professora associada da Universidade de Oxford, especializada em ciência do envelhecimento, passa a maior parte do tempo “lutando por potezinhos de dinheiro”. Pode haver falta até de recursos básicos como pipetas.

Ela compara à situação de um colega que ingressou na Altos Labs. “Ele tem a liberdade de fazer ciência da maneira que a ciência deveria ser feita”, diz.

Cox recebeu recursos de Jim Mellon, um ex-gestor de fundos britânico que também cofundou a Juvenescence, uma empresa de biotecnologia dedicada a pesquisas sobre a longevidade, que ela descreve como “um daqueles doadores ideais”, que não ficam fazendo microgerenciamento.

Outros temem que o setor privado o acesso a inovações. Embora os pesquisadores da Altos Labs te-

nam liberdade para publicar suas descobertas e a Calico se declare “pró-publicação”, alguns suspeitam que eles são menos livres do que no mundo acadêmico.

A indústria farmacêutica já protege sua propriedade intelectual e tem sido acusada de cobrar muito pelos medicamentos. À medida que a ciência antienvolvimento se aproxima do mercado, haverá grandes questões éticas sobre o acesso aos tratamentos.

Mehmood Khan, CEO da Hevolution Foundation, uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa da longevidade financiada pela família real saudita, que prometeu US\$ 1 bilhão por ano em investimentos, diz que sua missão é “estender o tempo de vida saudável para o benefício de toda a humanidade”. Ele diz que o Hevolution financia apenas trabalhos que poderão ser “democratizados”.

A Altos Labs diz que deseja ajudar o maior número possível de pacientes com quadros graves e que se empenha em trabalhar com o ecossistema de saúde pública no acesso e na equidade.

Normalmente, para acelerar a inovação e incentivar um acesso mais amplo, os governos costumam ser os principais contribuintes para a ciência pura, que não resulta diretamente em produtos.

Ronald Kohanski, diretor de biologia do envelhecimento no Instituto Nacional do Envelhecimento, dos EUA, diz que enquanto no Renascimento os cientistas dependiam das pessoas ricas, nos tempos modernos os governos ocidentais financiaram a ciência. “Nem todos os que receberiam propostas de altos salários da Altos Labs foram para lá. Alguns preferem ficar na academia”, diz.

Ele acrescenta que as pessoas com financiamento privado não estão sujeitas à mesma “compulsão” daqueles com dinheiro do governo: garantir que suas descobertas sejam acessíveis e que quaisquer consequências positivas estejam disponíveis para todos.

“Se você está fazendo algo para ganhar dinheiro, vai otimizar seu lucro. Isso é capitalismo resumido em poucas palavras”, diz. (Tradução de Sabino Ahumada)

Alimento Receitas caseiras ganham padarias sofisticadas, empórios, cafés e restaurantes

Pão de queijo também é chique

Maria da Paz Treffaut
Para o Valor, de São Paulo

A chef de cozinha Bel Coelho costuma lembrar que quando estagiou no El Bulli, restaurante na Catalunha que deu fama ao espanhol Ferran Adrià, seu maior sucesso foi no dia em que fez pão de queijo: "Ferran faltou se atirar no chão, de tanta alegria". O pão de queijo é um produto popular, mas encontrou demanda por algo mais sofisticado. Receitas caseiras ganharam padarias chiques, empórios, cafés e restaurantes.

Não existem números seguros para dimensionar o tamanho desse pequeno mercado, mas, em termos gerais, dados da ECD Food Service mostram que o Estado de São Paulo é o maior mercado e consome mais de 10 mil toneladas de pão de queijo por mês. Em seguida vem o Rio de Janeiro, com quase 6 mil toneladas e o Rio Grande do Sul com pouco menos de 5 mil toneladas. Minas Gerais aparece em quarto lugar em volume com cerca de 4,3 mil toneladas. Em termos de produção, São Paulo também já passou Minas Gerais, segundo a Associação Brasileira do Pão de Queijo.

O mercado de nicho, do pão de queijo gourmet, tem crescido exponencialmente, seja na versão feita na hora ou congelada. É o que mostra a ampliação da Formaggio Mineiro, fundada em 2010 pelo casal Mirany Soares e Marcello Lage, que tem dez lojas em São Paulo e uma em Goiânia. Mineiros, eles começaram com um investimento de R\$ 40 mil e neste ano devem faturar R\$ 12 milhões. A expansão anual da produção tem oscilado entre 25% e 30% e o plano agora é triplicar o volume nos próximos dois anos.

Lage diz que a companhia faz parte de um novo ciclo, que ganha



Mirany Soares e Marcello Lage fundaram a Formaggio Mineiro em 2010: plano é triplicar a produção em dois anos

força com o crescimento do número de consumidores de produtos sem conservantes e artesanais. "Nosso pão de queijo não é barato se comparado com os industriais com aditivos que garantem produção em escala e maior durabilidade, mas visam aquele consumidor que se permite uma indulgência, um pequeno prazer", diz. O pão de queijo da Formaggio contém 40% de queijo da Canastra e parmesão, enquanto a porcentagem habitual dos industriais é entre 3% e 8%. O preço do congelado é de R\$ 39 por 500. O quilo do pão assado custa R\$ 87.

A Formaggio tem 60 funcionários e produz entre 25 e 28 toneladas ao mês numa fábrica em São Paulo. Uma empresa grande chega a esse volume num único dia. Há pão de queijo de quase tudo: multigrãos, gorgonzola, goiabada,

chocolate belga e até em formato de waffle. Cerca de 50% da produção é absorvida pelas lojas da rede, o restante vai para empórios, cafés e supermercados como Fasano, Casa Santa Luzia, St. Marché, Santa Maria, Copenhagen e outros.

O próximo passo da marca é se expandir para novos bairros em São Paulo, na zona Norte e na região do ABCD. Paralelamente o plano de negócios prevê a chegada no interior do Estado em cidades como Ribeirão Preto, Campinas e São José dos Campos. A ideia de exportar carrega glamour, mas tem custos altos se não for bem pensada: "Estamos namorando a possibilidade de ir para Nova York. Não é uma negociação ainda, vimos oportunidades. Mas precisaria ser uma coisa totalmente diferente adaptada ao paladar dos estrangeiros e não voltada para os brasi-

leiros que vivem no exterior. Quem sabe um pão de queijo de cheddar", diz Soares.

As possibilidades no exterior existem, diz Heloisa Bacellar, pioneira do pão de queijo artesanal, com sua marca Lá da Venda, encerrada no ano passado durante a pandemia. Ela teve uma experiência na loja de departamentos Le Bon Marché, em Paris, durante a realização de um festival de produtos brasileiros em 2013. Nesse período, por quatro meses, orientou a equipe da Grande Épicerie que produziu mais de duas toneladas. "Era um sucesso diário. Tive a oportunidade de fazer muitos estrangeiros experimentarem e a reação sempre foi a mesma: Uau!"

Quem entrou recentemente nesse mercado foi o Café Zinn, inaugurado durante a pandemia com uma loja de rua nos Jardins,

mas que no segundo semestre deste ano abriu no Shopping Iguatemi, em São Paulo, e no Shopping Leblon, no Rio. O conceito é da empresária Daniela Coelho, mineira de Patos, da terceira geração de uma família de cafeicultores. O pão de queijo acompanhava, claro, o café e Coelho acabou por desenvolver uma fábrica com métodos de ultracongelamento para manter a qualidade da receita familiar.

"Fizemos um estudo que indicou o crescimento de um mercado saudável, não apenas de produtos com baixo teor calórico, mas sem gordura hidrogenada. O pão de queijo que fazemos não tem qualquer conservante e se tornou o carro-chefe. Agora vendemos também congelado a pedido dos clientes", diz Coelho. O pacote de 400 gramas custa R\$ 18,90.

No mercado artesanal há quem tenha produções mínimas apenas para consumo diário. É o caso da Padaria St. Chico, com unidades em Pinheiros e Higienópolis, na cidade de São Paulo. "Tenho uma demanda grande por congelado, mas não tenho estrutura. Só consigo produzir 1.200 unidades por semana", diz Helena Mil Homens sócia e padreira, que aprendeu a fazer pão de queijo com a avó em Minas. "Meu pão de queijo é soado na mão, só uso ovos caipiras e acho que o forno industrial faz diferença no resultado".

É possível também usar massa de terceiros e fazer uma receita única como a do chef André Miffano do restaurante Donna, em São Paulo. Ele serve como entrada um pão de queijo frito. "Um dia, a fritadeira estava ligada e pensei: O que acontece se eu jogar aqui? E consequi um resultado muito diferente do assado. Apesar de frito ficou leve e crocante. Os clientes se surpreenderam e se tornou um sucesso, o centro das atenções".

Smart Fit compra totalidade da Sporty

Academias

Felipe Laurence
De São Paulo

A Smart Fit informou que vai comprar participação de 50% na Sporty, empresa que opera 28 academias da companhia no Panamá e na Costa Rica, por US\$ 59,3 milhões, após o acionista parceiro exercer opção de venda.

De acordo com a empresa, o pagamento será efetuado em duas parcelas, uma de US\$ 25 milhões a ser paga agora em janeiro e outra a ser quitada em janeiro de 2024. A Smart Fit já detém 50% da Sporty, adquiridos por US\$ 19,8 milhões em 2020.

A Sporty opera 28 academias da rede brasileira no Panamá e na Costa Rica. No terceiro trimestre, a empresa registrou receita líquida de US\$ 22,3 milhões e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 10,9 milhões.

"A Sporty planeja continuar sua expansão orgânica nos atuais países de atuação", afirmou a Smart Fit. A aquisição está alinhada com o objetivo de expandir operações na América Latina.

Recentemente um grande negócio na região foi revisto. No fim de outubro, o grupo brasileiro não renovou o memorando de entendimentos com a Sports World, do México, que havia sido celebrado seis meses antes, com vistas a uma potencial incorporação. Em vez disso, a Smart Fit apenas manteve a participação de 10% que já detinha na mexicana.

O grupo Smart Fit conta com 3,7 milhões de clientes no Brasil e no exterior, segundo o último balanço divulgado pela empresa.

Empresas Agro 4.0

Estratégia Empresas fecham acordo que prevê a oferta em conjunto de produtos e serviços a produtores rurais

Parceria de Nagro e Wiz no seguro rural

Rafael Walendorff
De Brasília

A Wiz Concept, unidade de negócios dedicada à oferta de soluções para o mercado segurador e financeiro do grupo Wiz Co, e a fintech Nagro, de Uberlândia (MG), firmaram uma parceria para a venda de seguros agrícolas e prestamistas, modalidade que garante o pagamento de dívidas em caso de morte ou invalidez. O acordo valerá por 18 meses. Com ele, a Wiz Concept estima que ampliará de 3,5 mil para 6 mil clientes o alcance da oferta desses produtos.

Pelo contrato, a unidade da Wiz Co dará suporte para fazer a cotação e a distribuição dos produtos. Ela também prestará serviços para toda a base de seguro agrícola e prestamista da Nagro via SmartInsure, plataforma que conecta todos os atores envolvidos na venda dos seguros e facilita a gestão das carteiras.

"Nosso objetivo com esse acordo comercial é diversificar os negócios e ampliar a distribuição de produtos, atuando em um Estado com grande relevância no segmento rural", afirmou o diretor Comercial e de Soluções Agro da Wiz Concept, Afonso Oliveira. Atualmente, os prêmios transacionados em seguros em geral da companhia totalizam R\$ 71 milhões.

Mateus Carrijo, diretor de Canais da mineira Nagro, afirma que a parceria permitirá à fintech oferecer soluções tecnológicas inovadoras que agregam valor aos seguros destinados aos produtores rurais. A empresa, uma das principais startups financeiras do Brasil voltadas ao agronegócio, atende mais de 3,5 mil produtores rurais e tem uma carteira de crédito de mais de R\$ 250 milhões.

"Com essa parceria, vamos expandir nossa atuação e alcançar um número maior de produtores rurais", disse Carrijo. "Esse

movimento complementa a nossa carteira de crédito, e o serviço ficará ainda mais ágil e personalizado", completou o executivo.

Os seguros agrícola e prestamista estão em expansão no mercado brasileiro. De acordo com estatísticas da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), o prêmio direto do seguro rural totalizou R\$ 10,6 bilhões no intervalo entre janeiro e setembro do ano passado, um montante 42% superior ao do mesmo período de 2021.

Já os prêmios dos seguros de garantia, segmento do qual o seguro prestamista faz parte, chegaram a R\$ 2,5 bilhões nos nove primeiros meses de 2022. O volume é 22,9% maior que o do mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 2,1 bilhões.

valor.com.br
Mais informações sobre startups dedicadas ao agro disponíveis em valor.com.br/agro



Afonso Oliveira, diretor da Wiz Concept: parceria diversificará negócios e reforçará a distribuição de produtos

valor.com.br

Frigoríficos

Marfrig processa carne orgânica no Brasil

A Marfrig, uma das maiores empresas de proteínas animais do país e do mundo, começou a processar carne orgânica no Brasil. A operação está concentrada, por enquanto, no frigorífico da companhia em Hulha Negra (RS). A matéria-

prima vem do Uruguai, onde a Marfrig é o maior produtor de carne bovina. A planta tem capacidade para produzir 10 mil embalagens por dia, em dois turnos de operação.

valor.com.br/agro

Exportação ucraniana de grãos

Queda de 30% no ano passado

A Ucrânia exportou 22,6 milhões de toneladas de grãos e leguminosas em 2022, de acordo com dados do Ministério de Política Agrária do país obtidos pela APK-Inform. O volume representa uma queda de quase 30% em relação ao total embarcado no ano anterior, que chegou a 32,2 milhões de toneladas, sobretudo de trigo e milho.

valor.com.br/agro

Mercado

Lácteos subiram no atacado no fim de 2022

Na última semana de 2022, a cesta de produtos lácteos comercializada no atacado paulista subiu 0,7% em comparação com a semana anterior, segundo boletim da Milkpoint Mercado. Os preços de leite UHT, muçarela e leites em pó industriais, os três principais

produtos acompanhados pela consultoria, aumentaram 0,9%, 0,8% e 1,6%, respectivamente. O boletim destaca que a demanda por leite condensado cresceu com as festas de fim de ano.

valor.com.br/agro

Agronegócios

Combustíveis Organizações divulgaram notas com críticas à MP 1157; ações de empresas na B3 voltaram a cair

Usinas rompem silêncio e criticam desoneração

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A publicação da MP 1.157, que prorrogou por 60 dias a desoneração de todos os combustíveis sem uma compensação tributária, gerou incômodo entre produtores de etanol. Ontem, organizações que representam o segmento divulgaram notas com ataques à decisão do governo Lula, embora a maioria não tenha criticado o governo Bolsonaro quando a medida foi adotada.

A prorrogação pegou as usinas de surpresa, já que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na semana passada que pedira ao governo anterior que não tomasse decisões com impacto fiscal para a nova

gestão. A mudança de ideia de Lula sobre a tributação dos combustíveis veio no fim da sexta-feira passada.

A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) e o Fórum Nacional Sucroenergético (FNS), que representam a maior parte das usinas sucroenergéticas do país, emitiram nota conjunta em que citaram nominalmente o “governo Lula” como “cúmplice de um atentado econômico, ambiental, social e jurídico” por “manter a isenção de tributos federais sobre a gasolina, inaugurada pelo governo Bolsonaro”.

Já a União Nacional do Etanol de Milho (Unem) divulgou nota afirmando que, com a prorrogação, o governo federal gera “prejuízo para a cadeia produtiva do etanol de

milho”, além de enfraquecer “a política nacional de incentivo aos biocombustíveis, a transição energética e a descarbonização das fontes energética de mobilidade”.

A prorrogação afeta mais diretamente as usinas de etanol de milho — que, diferentemente das de etanol de cana, não estão em entressafra e têm que produzir continuamente.

No ano passado, Bolsonaro tomou várias decisões que impactaram negativamente o etanol hidratado nacional. O hidratado encerrou o ano passado com queda de participação no mercado de ciclo Otto.

A primeira medida, de março, foi a retirada do imposto de importação de etanol até o fim do ano. Outra, de maio, foi a redução das ali-

quotas de ICMS dos Estados sobre combustíveis, o que diminuiu o diferencial que a gasolina e o etanol tinham em várias unidades federativas. Nas duas ocasiões, apenas a Unem divulgou críticas às decisões.

Em junho passado, Bolsonaro isentou todos os combustíveis de PIS/Cofins e Cide de forma linear, às vésperas da eleição, o que eliminou o diferencial tributário que dava vantagem ao etanol hidratado. Na ocasião, nenhuma organização do setor divulgou nota comentando.

Para evitar mais perdas, parlamentares ligados às usinas propuseram uma emenda constitucional para garantir o diferencial tributário por 20 anos, e um crédito presumido de ICMS como

compensação enquanto durasse a desoneração linear de 2022.

Uma liderança do segmento que preferiu não se identificar disse que não houve críticas públicas quando a desoneração foi adotada porque a proposta foi apensada a PEC dos benefícios sociais, que “desviou a discussão”, e também porque o crédito tributário gerou uma compensação equivalente à perda que as usinas tiveram com o preço do etanol, de R\$ 0,45 o litro.

Porém, executivos do ramo dizem que o crédito pouco serviu até agora, já que as usinas passaram a priorizar a produção e a exportação de açúcar, que já têm isenção tributária. Agora, com a publicação da MP por Lula, as lideranças dos usineiros reivindi-

cam o dispositivo constitucional aprovado no ano passado, que obriga a gasolina a ter uma tributação mais elevada que o etanol.

O BTG Pactual divulgou relatório afirmando que planeja revisar sua recomendação para as ações de empresas sucroalcooleiras. Nos últimos meses, o banco manteve recomendação de compra de Raízen, São Martinho e Jalles Machado, apesar das mudanças tributárias. Entre maio, quando Bolsonaro iniciou as reduções tributárias, e o fim de 2022, as ações das três empresas tiveram forte queda na B3. Ontem, a Raízen caiu 5,35%, a São Martinho, 11,39%, e a Jalles, 7,07%.

Mais sobre combustíveis à página B1



Roberto Marcon, da Orígeo, que tem estruturado suas operações no Estado que lidera a produção de grãos no país: “Nosso escritório é na fazenda”, afirma

Em seu primeiro passo de expansão, Orígeo desembarca em Mato Grosso

Estratégia

Patrick Cruz
De São Paulo

A Orígeo, empresa de assessoria agrícola e venda direta de insumos que Bunge e UPL criaram em junho do ano passado, vai anunciar oficialmente hoje o primeiro movimento de ampliação de suas operações. A companhia passará a atuar também em Mato Grosso, Estado que lidera a produção agrícola no país.

Com esse passo, a empresa deverá triplicar sua base de clientes, formada, atualmente, por 400 grandes produtores de grãos de Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Pará. No acordo de criação da Orígeo, Bunge e UPL aglutinaram a clientela que elas já atendiam separadamente nesses cinco Esta-

dos, conhecidos também pela sigla Matopibapa. A empresa adotará essa mesma dinâmica, de união das bases de clientes, na estruturação dos negócios em Mato Grosso.

A lógica de atuação da Orígeo é envolver-se em todas as etapas da produção de seus clientes ao longo da temporada. A empresa participa do planejamento da safra, presta consultoria agrônômica e vende os insumos — sementes, pesticidas, biossoluções e fertilizantes — que os produtores usarão durante o ciclo, com a opção de financiamento dessas compras por meio de operações de barter (troca de produção por insumos). O cardápio inclui ainda coleta de dados via satélite para a apresentação de recomendações e alertas e serviços de comercialização e de logística da colheita.

“A ideia é que, do plantio à co-

mercialização, o produtor consiga resolver tudo em um lugar só”, resume Roberto Marcon, o principal executivo da empresa. Marcon assumiu o cargo oficialmente no último mês de outubro, mas participou da estruturação da Orígeo desde a concepção do projeto.

A empresa atende uma clientela que faz o plantio em 4 milhões de hectares. Com a estreia em Mato Grosso, a área total — incluindo safra de verão e safrinha — passará a ser de 12 milhões de hectares.

A Orígeo tem cerca de 200 colaboradores, dos quais 80 atuam diretamente nas áreas de produção, em contato com os agricultores. “Nosso escritório é na fazenda”, afirma o executivo.

Como o capital humano é um elemento central na atuação da empresa, grande parte dos esforços de estruturação das opera-

ções em Mato Grosso passará pelo recrutamento de pessoas. Só para as atividades no interior, que têm como atribuições as visitas às lavouras e clientes, serão 130 novos postos de trabalho. As contratações — que deverão seguir a proporção de três para um entre os postos das áreas comercial e de assessoria técnica — começaram no fim de 2022 e devem continuar neste início de ano.

Ainda que vá atuar no mercado mato-grossense como uma empresa única a partir de 2023, a Orígeo herda o histórico de relacionamento com a clientela que trabalhava anteriormente com a Bunge, uma das maiores processadoras e exportadoras de grãos do país, e a UPL, multinacional indiana de agroquímicos e fertilizantes. “Já existe uma confiança nos sócios [da Orígeo]”, diz Marcon.

Ministro da Agricultura reforça apoio a ações de combate à fome no país

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

O primeiro discurso de Carlos Fávaro como ministro da Agricultura e Pecuária procurou demonstrar alinhamento com as políticas sociais do presidente Lula (PT). O ministro destacou a necessidade de o Brasil, como grande produtor de alimentos, combater a fome, e ressaltou que o apoio à produção agropecuária sustentável não será retórica.

Fávaro disse que não haverá conflito entre ele e os ministros do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira. “Todos se surpreenderão, porque estamos do mesmo lado. Queremos e vamos ter a produção agrícola mais sustentável do mundo”, afirmou.

Para um auditório lotado de autoridades e representantes do agronegócio na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, Fávaro voltou a exaltar o papel da estatal para o salto produtivo no campo do país nas últimas décadas e prometeu “fortalecer” a atividade dos pesquisadores.

O ministro também citou preocupações com programas de merenda escolar, com o Bolsa Família e até com questões como a vacinação infantil contra a poliomielite e disse que é preciso agir para acabar com a insegurança alimentar no país e com a fila do “osso”. “O Bolsa Família não é uma política que vai matar a fome. Precisamos pensar na renda, na capacitação, para que as pessoas possam ter dignidade de comprar alimento, viver melhor, ter alegria”.

Fávaro contou que chegou a dizer a Lula que queria ser ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar. Apesar de a área ter ficado fora da estrutura da sua Pasta, disse que terá relação próxima com

Paulo Teixeira. “Os pequenos produtores não precisam de esmola, mas de políticas públicas”, afirmou ele.

O ministro convocou o setor produtivo e os parlamentares da bancada ruralista a ajudarem na gestão. “Convoco a Frente Parlamentar da Agropecuária [FPA], o Instituto Pensar Agropecuária [IPA], que tragam lideranças, não para apoiar o governo, mas que estejam alinhados, que queiram construir pontes (...) Uma das minhas maiores missões (...) é pacificar o agronegócio com lideranças que queiram o bem do produtor”.

Carlos Fávaro ressaltou, ainda, que o maior gargalo do setor é sua imagem no exterior, que precisa ser reconstruída. “O Brasil se tornou pária mundial com o desrespeito ao meio ambiente. Há condição de produzir com sustentabilidade. Vamos reconstruir pontes com o mercado internacional — não só porque queremos, mas porque é necessário”.

“Com o crime ambiental, estamos matando a galinha dos ovos de ouro do país e matando gerações. Não será retórica, vamos abrir portas para a produção sustentável”, disse.

O discurso foi aplaudido pela plateia, formada em sua maioria por autoridades — muitas de Mato Grosso, onde Fávaro foi vice-governador, secretário de Meio Ambiente e senador. Grandes empresários também marcaram presença, como Eraí Maggi Scheffer, do grupo Bom Futuro, e Marcos Molina, da Marfrig.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que falou antes de Fávaro na cerimônia, também ressaltou a necessidade de o Brasil dar atenção ao desenvolvimento econômico integrado ao social. E reforçou que a parte social tem que ser levada em conta na discussão sobre responsabilidade fiscal.

valor.com.br

A integra da matéria sobre a posse de Carlos Fávaro está disponível em www.valor.com.br/agro

Demanda chinesa será o fiel da balança para preço do boi

Pecuária

José Florentino
De São Paulo

Depois de subirem por três anos seguidos, os preços do boi gordo encerraram o ano de 2022 mais baixos do que começaram, segundo a Datagro. A consultoria reforça que o recuo decorre do aumento gradativo da oferta de animais, reflexo da mudança do ciclo pecuário. É praticamente certo que a disponibilidade de gado crescerá em 2023, mas há dúvidas do lado da demanda.

O indicador da Datagro para a

aroba negociada em São Paulo caiu 14,2% no ano e ficou em R\$ 289,90 no dia 30 de dezembro. O valor é baseado em uma média dos últimos três dias úteis até a data de divulgação. Ainda assim, a média de 2022 subiu 1,6% em relação a 2021, para R\$ 311,50 por arroba.

“A oferta aumentou e tende a continuar crescendo”, reforça João Otávio Figueiredo, líder de pesquisa da Datagro Pecuária. A empresa evita fazer projeções de preços porque seu indicador é usado para balizar negociações entre pecuaristas e indústria.

Do lado da demanda, o consu-

mo interno diminuiu em 2022 devido aos problemas econômicos, enquanto as exportações bateram recorde. “Em 2021, o embargo da China impediu que alcançássemos a marca histórica de 2 milhões de toneladas, mas em 2022 nós conseguimos”, diz.

De acordo com a Associação Brasileira dos Frigoríficos (Abrafrigo), o país exportou 2,16 milhões de toneladas de janeiro a novembro. Os números consolidados de dezembro ainda não foram divulgados, mas a prévia da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) indicou embarques

de 116,6 mil toneladas de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada no mês passado.

Figueiredo é mais um a sinalizar que o principal ponto de atenção deste ano é a demanda chinesa, que dependerá das ações contra a covid-19. “Mas, apesar de a pandemia dificultar o funcionamento do food service na China, fala-se em um crescimento de 50% nos pedidos em aplicativos de comida nas grandes cidades nos últimos anos”.

O analista da Datagro projeta que, mesmo que a China importe 10% menos carne bovina neste ano, conforme prevê o Departamento

de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), os embarques brasileiros tendem a não diminuir tanto porque o país tem boi mais barato que a maioria dos concorrentes. “Com o déficit dos Estados Unidos, onde o ciclo pecuário se inverteu para um momento de menor oferta, o Brasil é o fornecedor mais barato”.

Mesmo assim, o país precisa avançar nas negociações para acessar novos mercados, como Coreia do Sul e Indonésia, o que reduziria a dependência da China. “Não é um movimento que acontece do dia para noite, mas é necessário diversificar”, defende.

valor.com.br

Insumos

Novas regras para uso e produção de sementes

O governo publicou no Diário Oficial portaria com novas regras para produção e uso de sementes no Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, a ideia é adequar as normas à realidade do setor. As mudanças atingem dois grupos: agentes envolvidos com produção, certificação, beneficiamento, armazenamento, análise e reembalagem; e agricultores que utilizam sementes como insumo.

valor.com.br/agro

Leandro Miranda concentrará área de alta renda do Bradesco em nova reorganização C3



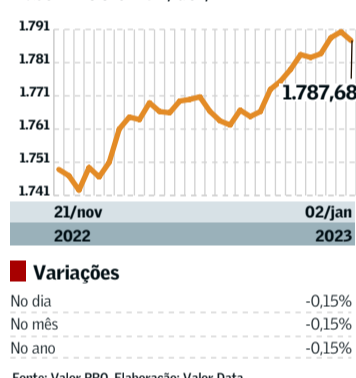
Destaques

Cientes para a Cielo

A Cielo informou que fechou contrato com Bradesco e Banco do Brasil (BB), controladores da companhia, que prevê que as instituições prestarão serviços de captação de clientes para a credenciadora. Também auxiliarão na comunicação com estabelecimentos comerciais já credenciados, visando sua manutenção no sistema. BB e Bradesco ficam responsáveis por tarefas como apresentar à Cielo representantes legais e responsáveis pela tomada de decisões nos estabelecimentos, desde que haja autorização; eventualmente participar de reuniões com os lojistas; descrever o perfil e principais negócios dos estabelecimentos; e encaminhar à credenciadora as principais necessidades e expectativas indicadas por esses lojistas. Em contrapartida, os bancos serão remunerados pelo volume de transações de pagamento realizadas nos estabelecimentos com domicílio bancário nas instituições e credenciados ao sistema, independentemente do canal e data do credenciamento, correspondente a 10 pontos base sobre o volume elegível. (Mariana Ribeiro)

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/dez/99



Mudanças na PagSeguro

A PagSeguro anunciou ontem que Ricardo Dutra deixará o conselho de administração da companhia e assumirá o papel de executivo principal (Principal Executive Officer), atualmente ocupado por Luis Frias. Frias seguirá como presidente do conselho. O substituto de Dutra no conselho será informado no futuro. Em outubro, a PagSeguro já havia anunciado que Alexandre Magnani se tornaria o único CEO, enquanto Dutra deixaria de ser coCEO para assumir como CEO do Grupo UOL. Segundo a empresa, a mudança reflete o compromisso da PagSeguro em continuar seguindo tendência de evolução na governança corporativa, incluindo a nova prática de garantir que nenhum membro da diretoria ocupe simultaneamente cargo no conselho. A companhia anunciou ainda que Maria Carolina Ferreira Lacerda será membro independente do conselho da PagSeguro e se juntará ao comitê de auditoria da companhia. Ela substituirá Noemia Gushikem. Segundo a empresa, Lacerda tem 25 anos de experiência no setor financeiro e ocupou diversos cargos na alta administração. (MR)

C&A em crédito

A varejista C&A obteve autorização do Banco Central para criar uma sociedade de crédito direto (SCD), batizada de C&A Pay. O capital inicial é de R\$ 7,682 milhões. Em novembro de 2021 a C&A havia anunciado um acordo para desfazer a parceria com o Bradesco para a oferta de produtos financeiros aos seus clientes. Para isso, pagará agora em janeiro R\$ 415 milhões ao banco, corrigidos a 112,3% do CDI com data-base de janeiro de 2022. (Álvaro Campos)

Aumentos de capital

O Banco Central autorizou um aumento de capital na Nu Invest, corretora do Nubank, de R\$ 527,8 milhões para R\$ 3,128 bilhões; no banco Digimais, de R\$ 240 milhões para R\$ 440 milhões; na RecargaPay, de R\$ 249,5 milhões para R\$ 259,7 milhões; e no Banco Master, de R\$ 518,6 milhões para R\$ 760,9 milhões. (AC)

Mercados Petrobras tem recuo de mais de 6%; discurso do governo desagrada

Bolsa e ações de estatais começam o ano em queda

Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Augusto Decker e Matheus Prado
De São Paulo

O primeiro pregão de 2023 foi fortemente negativo para os ativos locais. Os investidores ficaram incomodados com a prorrogação da desoneração de tributos federais sobre combustíveis, anunciada no domingo pelo novo governo. Além dos impactos fiscais da medida, eles interpretaram o episódio como a primeira derrota do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para a ala política do PT. Ele havia declarado preferência pela recomposição dos impostos. Houve, adicionalmente, pressão sobre as ações das estatais federais, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizar em seus discursos que o governo pode exercer maior influência nos negócios das empresas.

Em dia de liquidez baixa devido ao feriado de Ano Novo em países como os Estados Unidos, o Ibovespa registrou perdas de 3,06%, aos 106.376 pontos, enquanto as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras recuaram 6,67% e 6,45%, respectivamente, e Banco do Brasil ON teve queda de 4,23%. O dólar fechou em alta de 1,52%, cotado a R\$ 5,3581. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 subiu de 13,41% do ajuste anterior para 13,525%; e a do DI para janeiro de 2027 passou de 12,61% para 12,92%.

Nas últimas semanas, os ativos brasileiros demonstravam certa trajetória de melhora, em recuperação técnica e após falas de Haddad, contrárias à extensão da isenção fiscal sobre os combustíveis, o que poderia gerar melhora na arrecadação de curto prazo. A confirmação da notícia de que o benefício será ampliado por 60 dias, portanto, provocou desconforto em boa parte do mercado. O custo anual da desoneração aos cofres públicos é de aproximadamente R\$ 53 bilhões.

“A primeira medida que o Haddad queria implementar acabou sendo barrada. Lideranças do PT reclamaram e acabaram voltando atrás. A partir de agora, tudo que o Haddad quiser implementar a gente vai ter que esperar uns dias para ver se outros setores do PT vão aprovar”, avalia o sócio e gestor da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella. “Antes existia o benefício da dívida. Agora, vão ter que implementar as medidas, na prática, para os preços mudarem”, conclui.

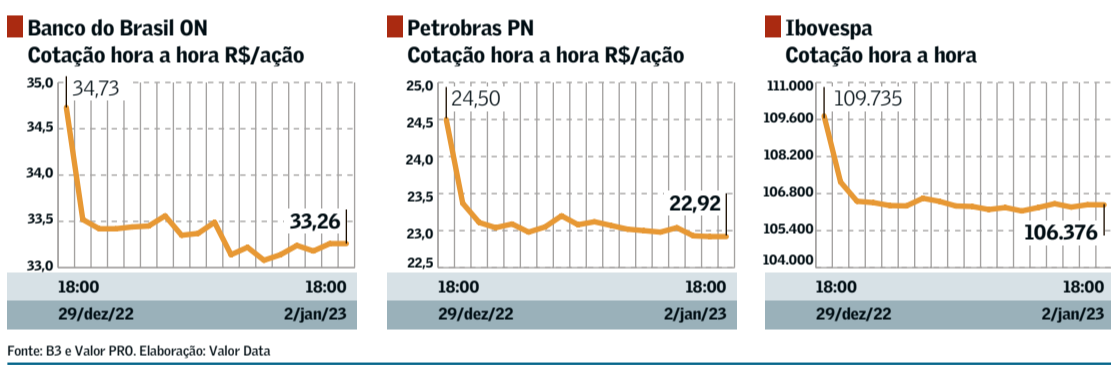
Para o gestor macro da AZ Quest, André Kitahara, o ministro



Mariana Dreux, da Truxt: ambiente com perspectivas fiscais cada vez piores pode obrigar BC a agir no curto prazo

Pregão tenso

Ativos começam o ano em terreno negativo



da Fazenda pode ter dado um sinal de fraqueza em sua primeira disputa, sendo derrotado pelo lado da não responsabilidade fiscal.

Já a gestora dos fundos macro da Truxt Investimentos, Mariana Dreux, diz que, apesar das sinalizações um pouco mais alinhadas às preferências do mercado por parte de Haddad, não há nenhum detalhe ou plano de execução das medidas. “Essas pequenas medidas que a gente vê aprovadas, dia após dia, com apoio do Congresso, são na direção de tornar o trabalho de ajuste fiscal maior ainda. É um discurso que não está amparado pelas ações e deixa o mercado mais desconfiado.”

Nessa linha, Tomás Awad, sócio-fundador da 3R Investimentos, aponta que a tentativa de discurso mais fiscalista apresentada nos últimos dias tem pouco a ver com as medidas aprovadas pelo governo até agora, como PEC da Transição e a desoneração, que apontam para mais gastos. O gestor discorda, inclusive, da percepção de “derrota” de Had-

dad na segunda questão, enxergando uma tendência estrutural do Executivo para medidas com o perfil. “Não dá para dizer que o Haddad é a referência pró-mercado dentro do governo.”

Também em direção oposta ao esperado pelo mercado, Lula disse em discurso durante a posse que as estatais teriam um papel importante no novo ciclo do país, o que causou temores de maior interferência nessas empresas e voltou a derrubá-las na bolsa. No caso da Petrobras, investidores se preocuparam ainda com prováveis mudanças na política de preços da petroleira e nos planos de dividendos e investimentos, temas já abordados pelo novo presidente da empresa, o senador Jean Paul Prates (PT-RN).

“Pensando nas estatais, acredito que a questão nem é encontrar ou não valor nos papéis, que já caíram muito. Mas não faz sentido ser acionista minoritário de empresas como essas pelos próximos quatro anos e precisar ficar monitorando cada movimento

do controlador, ainda mais com um patamar de juros elevado como o que temos”, afirma Awad.

Outro fator de preocupação para os participantes do mercado foi a nova elevação nas projeções de inflação no Relatório Focus do Banco Central. O documento apontou que a mediana da projeção para 2023 passou de 5,23% para 5,31%; para 2024, subiu de 3,60% para 3,65%; e, para 2025, saltou de 3,20% para 3,25%.

“As expectativas de inflação vêm piorando de forma consistente e começam a sinalizar uma possível necessidade de o Banco Central, em um horizonte curto, ter que tomar alguma ação. É um ambiente em que as perspectivas fiscais estão cada vez piores”, avalia Dreux. Neste contexto, ela vê uma assimetria na curva de juros. “Ainda acho os juros baixos na curva. O DI de dois anos está sendo negociado abaixo do CDI e acho que isso tem que mudar. Acredito que a probabilidade de o próximo movimento do Banco Central ser de alta é maior do que ser de queda.”

Banqueiros veem positivamente discurso de Haddad, mas esperam ações concretas

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Banqueiros avaliaram o primeiro discurso de Fernando Haddad como ministro da Fazenda como “bom” e “sereno”, mas ainda sem lastro em ações efetivas, segundo fontes relataram ao Valor.

Dentre os principais pontos citados como positivos da fala de Haddad estão a sua promessa de compromisso com uma nova âncora fiscal, de transparência em decisões tomadas pelo ministério e de que não haverá “malabarismo financeiro”. O olhar no geral, contudo, ainda é de cautela e avaliação é de que a credibilidade de poder ser conquistada apenas após os primeiros meses de mandato e depois de tomadas as primeiras medidas que sinalizem os rumos da economia.

Ao contrário da posse de Paulo Guedes, há exatos quatro anos, a de Fernando Haddad foi esvaziada de banqueiros. O único nome de peso presente em Brasília foi o do presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, que também esteve na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no domingo, disseram fontes presentes em ambos os eventos.

Ainda segundo fontes, isso é explicado pela ausência de um convite formal por parte do ministério. Além disso, muitos executivos estão em férias nesta primeira semana de ano e alguns não acompanharam o discurso.

Um banqueiro consultado disse que um ponto que merece atenção é qual será a trajetória do déficit público e quais as medidas fiscais para o equilíbrio das con-

tas do governo. “O mercado já trabalha com R\$ 150 bilhões de déficit e não R\$ 220 bilhões (previsão que consta na Lei Orçamentária Anual, aprovada em dezembro pelo Congresso Nacional). Para discurso ter credibilidade, ele (Haddad) terá que mostrar como ficará menor do que os R\$ 150 bilhões e qual será a trajetória dos próximos anos”, disse a fonte.

Nogeral, na opinião dos banqueiros consultados, a fala de Haddad foi serena e mostrou conhecimento dos desafios em relação à economia.

“A busca por uma nova âncora fiscal me parece bastante adequada para compatibilizar a responsabilidade social”, afirmou um dos executivos. Para esse interlocutor, de todo o discurso, outro ponto que chamou atenção foi a indicação de que as decisões em torno do Minis-

tério da Fazenda serão feitas de forma descentralizada. Esses dois pontos, disse, trazem uma “garantia de previsibilidade”.

Questionado sobre a medida provisória (MP), que postergou a isenção de impostos sobre combustíveis, o banqueiro considerou a medida acertada. “Entendo que a prorrogação é para dar tempo para que as decisões definitivas possam ser tomadas com responsabilidade e sustentáveis a longo prazo”, explicou.

Já um banqueiro de investimento disse que, após um rali na última semana do ano, o mercado “voltou à realidade”. A previsão dessa fonte é que o ano será de muita volatilidade. “As preocupações seguem as mesmas, com questão fiscal e expectativa de maior mão do governo nas estatais. Há muitas incertezas.”

Desancoragem de expectativas para inflação se agrava

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O processo de desancoragem das expectativas de inflação dos analistas do mercado financeiro se agravou na última semana, ampliando a pressão sobre o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para manter os juros básicos em patamar elevado por um período mais longo de tempo do que o inicialmente planejado.

A variação do IPCA projetada pelo mercado para 2025 subiu mais uma vez, de 3,2% para 3,25% ao ano, distanciando-se da meta definida para o período, de 3%. A expectativa mediana do mercado para 2026 subiu de 3% para 3,15%.

Nesses casos, estamos falando de expectativas para um horizonte longe o suficiente para estar fora de fatores cíclicos que afetam a inflação e também de eventuais choques de oferta que puxam os preços para cima.

Dessa forma, a piora na expectativa reflete uma opinião do mercado sobre a capacidade do Banco Central de manter a inflação nas metas, dentro de um quadro de fragilidade fiscal. Quando prevê uma alta de inflação num prazo tão distante, o mercado, possivelmente, está colocando em xeque a credibilidade da política monetária.

Também pode ser uma antecipação da expectativa do mercado sobre uma eventual alta das metas de inflação. A equipe econômica do presidente Lula, tanto na campanha, na transição e na formação do governo, nunca foi direta em dizer que pretende manter a meta de 3% como um objetivo de longo prazo para a inflação.

Um fato que chama a atenção é que, ao mesmo tempo, o mercado está subindo as suas expectativas para a taxa Selic. Nessa semana, o mercado subiu, de 12% para 12,25% anuais a taxa de juros esperada para o fim do ano que vem. A taxa Selic atualmente está em 13,75% ao ano.

O recado das projeções é que, mesmo que o Banco Central atrase o ciclo de baixa de juros, não será capaz de cumprir o centro da meta de inflação. As expectativas para 2024, que passa a ter peso majoritário nas decisões do Copom, subiram de 3,6% para 3,65%, ante uma meta de 3%.

Toda essa piora nas expectativas de inflação está relacionada às incertezas fiscais desde o segundo turno das eleições. Ontem, o Banco Central divulgou o mapeamento da distribuição das expectativas, que ilustra bem como o mercado vem se tornando mais pessimista.

No último dia útil de outubro, 62% dos analistas achavam que a inflação iria ficar ao redor da meta em 2025. Esse percentual, agora, é de apenas 45%. Cerca de um quarto dos analistas prevêem que o Banco Central vai manter os juros na faixa de 13% a 13,75% ao ano no fim de 2023, ou seja, fazer um corte pequeno de juros ou não cortar nada.

Antes do segundo turno das eleições, o Copom vinha indicando ser possível começar a baixar os juros básicos a partir de junho deste ano. Atualmente, a previsão é que o ciclo de afrouxamento monetário seja possível só a partir de setembro.

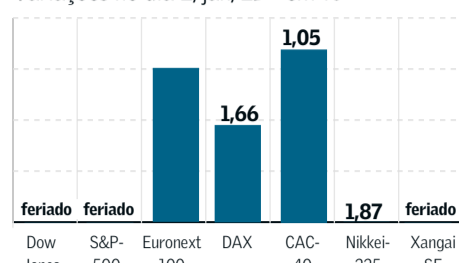
Mas os dados mostram que, apesar de toda a piora no quadro inflacionário, o mercado financeiro ainda não acredita que será preciso subir ainda mais a taxa básica de juros. Essa é uma ameaça que tem sido levantada pelo Copom, no caso de o seu cenário de convergência da inflação para a meta não se confirmar.

Ibovespa

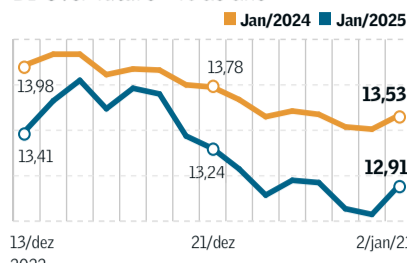
Em pontos

**Bolsas internacionais**

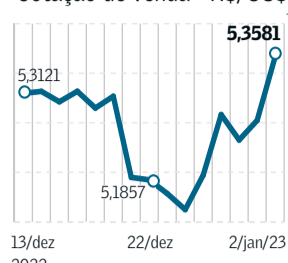
Variações no dia 2/1/23 - em %

**Juros**

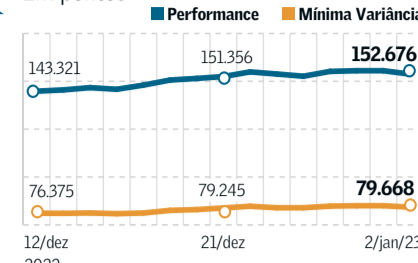
DI-Over futuro - % ao ano

**Dólar comercial**

Cotação de venda - R\$/US\$

**Índices de ações Valor-Coppead**

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Ativos Continuidade do ciclo de alta de juros deve manter as coisas difíceis para os mercados americanos

Investidor se prepara para mais turbulências

Gurjan Banerji

Dow Jones Newswires

As bolsas de valores viraram de ponta-cabeça no ano passado, quando o Federal Reserve abandonou suas políticas expansionistas. Muitos investidores dizem que as ramificações apenas começam a se espalhar pelos mercados.

O banco central americano elevou as taxas de juros para os maiores níveis desde 2007, o que estimulou oscilações gigantescas em todos os mercados globais e um acirrado movimento de venda em massa de ativos, a partir de ações e bônus até as criptomoedas. O tumulto que fez mais de US\$ 12 trilhões do mercado de capitais dos EUA virarem pó — a maior baixa do gênero desde pelo menos 2011 — deverá prosseguir, segundo previsões, com a manutenção das altas das taxas de juros.

Analistas de alguns dos maiores bancos americanos preveem que as bolsas voltarão a pôr à prova suas baixas recordes de 2022 no primeiro semestre deste novo ano, antes de começar a se recuperar. Os do Goldman Sachs preveem que o índice S&P 500 encerrará 2023 em 4 mil pontos, o que representa uma valorização de 4% em relação ao resultado final de 2022.

A volatilidade tem sido especialmente punitiva para os gigantes do mercado. Cinco grandes ações do setor de tecnologia responderam por cerca de 25% do total das quedas da bolsa americana no ano passado, uma venda em massa contundente que lembra o estouro das pontocom de duas décadas atrás.

O S&P 500 concluiu o ano com queda de 19%, após a evaporação das condições que tinham aberto caminho para anos de uma alta quase ininterrupta das bolsas e para um aumento de algumas das apostas mais especulativas.

As criptomoedas despencaram, IPOs (ofertas públicas iniciais, em inglês) vistos praticamente deixaram de ocorrer e as empresas de “cheque em branco” implodiram no encerramento do ano, em uma reversão assombrosa da loucura que varreu os mercados financeiros nos dois anos anteriores.

“Estamos em um mundo em que as taxas de juros voltaram a existir”, afirmou Ben Inker, codiretor de alocação de ativos da gestora de empréstimos de curtíssimo prazo GMO, que admi-



Para Eddie Perking, diretor-chefe de investimentos da Eaton Vance, as ações vencedoras do ciclo anterior não devem ser “as ganhadoras de amanhã”

nistra US\$ 55 bilhões em ativos.

Uma das maiores reviravoltas ocorreram debaixo da superfície do mercado. Os investidores abandonaram as ofuscantes ações de tecnologia e de alto potencial de crescimento que tinham impellido esses ganhos da bolsa nos últimos dez anos.

E as ações subcotadas — tradicionalmente definidas como as que são negociadas a um múltiplo baixo de seu valor contábil, ou patrimônio líquido — tiveram um renascimento após anos de retornos medíocres. O índice Russell 3000 Value superou em desempenho o índice Russell 3000 Growth em quase 20 pontos percentuais, maior margem já registrada na série do Dow Jones Market Data desde 2001.

Agora, Inker e outros investidores — em busca de oportunidades após um ano péssimo tanto para as ações quanto para o segmento de bônus — dizem que este é apenas o começo de um grande movimento de rotação dos mercados de capitais.

Os gestores de ativos de curtíssimo prazo dizem estar se preparando para um ambiente muito

pouco parecido com aquele com o qual muitos se acostumaram após a última crise financeira. A era de rendimentos ultrabaixos dos bônus, da inflação leve e da política monetária acomodatória do Fed acabou, dizem eles, o que tende a recalibrar os ganhadores e perdedores do mercado pelo próximo período de vários anos.

“Uma série de investidores tentava justificar os níveis de avaliação meteóricos”, disse John Linehan, gestor de carteira da t. Rowe Price. Agora “a liderança será mais diversificada daqui para a frente”.

O Fed deverá manter a alta das taxas de juros, e deu indícios de que pretende mantê-los elevados até o fim de 2023. Muitos economistas preveem uma recessão pela frente, enquanto Wall Street continua fixada na interrogação sobre se a inflação vai ceder ou não após subestimar reiteradamente seu poder de permanência.

Linehan disse prever que o ciclo das ações subcotadas deverá continuar e vê oportunidades em ações de empresas financeiras, graças à alta das taxas de juros. Outros dizem que o ciclo ex-

celente das ações de energia ainda não acabou. As ações do setor de energia do S&P 500 subiram 59% no ano passado, em seu melhor período da história.

Alguns investidores se posicionam para a continuidade da alta dos rendimentos dos bônus, que potencialmente desfechará um golpe ainda maior sobre as ações de tecnologia. Esses papéis são especialmente vulneráveis à alta das taxas de juros porque em muitos casos espera-se que obtenham lucros fora do comum por anos, uma vulnerabilidade em um mundo que agora valoriza retornos seguros.

Os investidores passaram a buscar pechinchas no mercado e se concentraram em fundos conservadores

O rendimento sobre o bônus do Tesouro americano de dez anos encerrou 2022 em 3,826%, o maior aumento em um só ano dos retornos desde pelo menos 1977, enquanto os preços dos

bônus despencaram. Desde bônus corporativos de risco até papéis municipais mais seguros, os rendimentos subiram para alguns de seus níveis mais elevados dos últimos dez anos, proporcionando aos investidores mais opções para colocar seu dinheiro.

“Acho que esta próxima década não será encabeçada pela tecnologia”, disse Mark Luschini, estrategista-chefe de investimentos da Janney Montgomery Scott. “Esta noção massificada, de que basta você comprar um amplo índice de tecnologia ou o Nasdaq-100 mudou”, afirmou.

O índice Nasdaq-100, concentrado em tecnologia, teve perdas de 33% em 2022, e ficou abaixo em desempenho ao índice S&P 500 mais amplo pela maior margem desde 2002.

Os investidores sacaram cerca de US\$ 18 bilhões dos fundos mútuos e negociados em bolsa atrelados às ações de tecnologia até o fim de novembro, o que situa os resgates em condições de serem os maiores anuais já registrados nos dados na série da Morningstar Direct que remonta a 1993. Fundos lastreados em ações com

alto potencial de crescimento registraram US\$ 94 bilhões em retiradas, o maior valor desde 2016.

Por outro lado, os investidores passaram a buscar pechinchas no mercado de capitais, e se concentraram em fundos de perfil conservador. Esses fundos registraram mais de US\$ 30 bilhões em ingressos, atraindo dinheiro pelo segundo ano seguido.

“Lucratividade e fluxo de caixa livre serão muito importantes” neste ano, disse Tiffany Wade, gerente-sênior de carteira da Columbia Threadneedle Investments. Wade disse prever que o Fed será mais agressivo do que o previsto atualmente por muitos investidores, o que levará a mais um ano instável. Se o Fed fizer uma pausa em seu movimento de promover altas das taxas de juros durante este ano, o gestor diz achar que as ações de alto potencial de crescimento poderão assistir a uma retomada.

Outros investidores estão atentos às lições deixadas pelos anos que se seguiram ao estouro da bolha de tecnologia, em que as ações subcotadas tiveram desempenho maior que suas congêneres de alto potencial de crescimento.

Mesmo após as contundentes quedas do ano passado, o setor de tecnologia está sendo negociado a um grande ágio em relação ao S&P 500. As ações dos setores de energia, financeiro, insumos e telecomunicações ainda parecem baratas se comparadas com um referencial mais amplo, segundo dados do Bespoke Investment Group que remontam a 2010.

Some-se a isso o fato de que as grandes empresas de tecnologia se defrontam com uma competição mais acirrada e uma regulamentação potencialmente mais rígida, um quadro que poderá decepcionar os investidores que acalentaram expectativas grandiosas para esse grupo.

Seu ciclo de impressionante crescimento das vendas vai negar fogo também, disseram analistas do Goldman Sachs, em nota recente. Estima-se que o crescimento das vendas agregadas das ações de tecnologia de megavalor de mercado tenha aumentado 8% em 2022, menos que a expansão de 13% registrada pelo índice como um todo. “Simplesmente acho que as vencedoras do regime anterior não serão as ganhadoras de amanhã”, disse Eddie Perking, diretor-chefe de investimentos da Eaton Vance Equity.

“Elas ainda estão caras demais.”

Bolsas da Europa fecham em alta 1º pregão do ano

Igor Sodré

De São Paulo

Os principais índices acionários do continente europeu encerraram o primeiro pregão do ano em alta, tentando se recuperar das perdas da semana passada enquanto os investidores se preparam para os dados que serão divulgados nos próximos dias.

O índice Stoxx Europe 600 fechou em alta de 0,96%, aos 428,96 pontos, enquanto a bolsa de Frankfurt avançou 1,05%, a 14.069,26 pontos, e Paris ganhou 1,87%, aos 6.594,57 pontos.

A bolsa de Londres permaneceu fechada em razão do feriado de Ano Novo. Mas mesmo com os mercados operando em ritmo reduzido por conta do feriado, fo-

ram publicados dados econômicos no continente europeu, como o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial da zona do euro, que subiu para 47,8 em dezembro, ante 47,1 em novembro, segundo informou o S&P Global. Já o indicador francês subiu para 49,2 em dezembro, ante 48,3 no mês anterior, e o PMI industrial alemão subiu para 47,1 em dezembro, ante 46,2 no mês de novembro.

Os PMIs sugerem que a desaceleração na atividade industrial da zona do euro suavizou, apontando uma pequena contração econômica à frente, disse Katharina Koenz, economista sênior da Oxford Economics, em nota. Os detalhes da pesquisa mostram que a demanda por bens perma-

neciu fraca no final de 2022, mas também sinalizam a diminuição das pressões de preços e a redução das interrupções na cadeia de suprimentos, diz ela.

Nesse cenário, as preocupações com os riscos de recessão e a alta inflação permanecem. A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, indicou, em entrevista no fim da semana passada, que os custos dos empréstimos aumentaram novamente, dizendo que isso é necessário para conter a alta crescente dos preços ao consumidor.

Com isso em vista, os investidores acompanharão de perto os números da inflação da Alemanha, que saem hoje, e a ata do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), na quarta-feira. (Com Dow Jones)

B3 aceitará gravame para cota de fundo registrada

Mariana Ribeiro

De São Paulo

A B3 passou a aceitar, a partir de ontem, a constituição de ônus e gravames para cotas de fundos de investimentos registradas. Segundo a empresa, o serviço facilita a concessão de crédito pelas instituições financeiras tendo como garantia essas cotas.

O novo gravame passa a ser aceito em consonância com a publicação da resolução 174 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em dezembro, que abordou a atuação das entidades registradas na constituição de ônus e gravames sobre valores mobiliários registrados.

“Há anos a B3 já vinha discutindo a atualização da regulamenta-

ção de gravames junto à CVM. Os fundos constituem uma grande porcentagem dos investimentos dos clientes, principalmente de pessoas físicas, e a nova resolução possibilitará ampliar as modalidades de crédito com garantia sobre as operações, trazendo mais transparência e segurança para o mercado”, diz Fabio Zenaro, diretor de Produtos Balcão e Novos Negócios da B3, em nota.

Segundo a empresa, com o gravame, as instituições conseguem evitar a duplicidade de garantia, assegurar a titularidade e garantir a custódia do ativo até o contrato ser cumprido ou executado. A medida, acrescenta, garante ainda mais segurança ao mercado, redução de custos com a formalização dos contratos, maior agilidade

nos processos operacionais de registro de contrato de garantia e otimização do requerimento de capital das instituições financeiras beneficiárias destas cotas.

A B3 já disponibiliza serviço de registro de contratos de garantias para constituição de ônus e gravames para valores mobiliários depositados e ativos financeiros depositados e registrados, bem como posição em operação com derivativo.

Atualmente, conta com mais de 700 mil contratos de registro de gravames vigentes, com valor financeiro garantido de aproximadamente R\$ 300 bilhões. Os CDBs são os produtos mais usados em garantias, com volume de R\$ 106 bilhões. Em seguida aparecem as debêntures, com R\$ 59 bilhões.

Estratégia Reformulação de áreas é praxe no banco todo começo de ano

Bradesco reorganiza 'wealth' e destaca experiência do cliente

Talita Moreira
De São Paulo

O Bradesco promoveu uma reformulação de sua operação de alta renda. O movimento levou à criação de uma espécie de vertical de "wealth management", reunindo o atendimento e os produtos voltados a esse público-alvo. Ao mesmo tempo, a experiência do cliente ganhou uma vice-presidência própria na Cidade de Deus.

As duas iniciativas sinalizam uma resposta ao aumento da competição e à digitalização vistos nos últimos anos. De um lado, a alta renda tem sido o segmento dos grandes bancos mais assediado pela concorrência. De outro, a experiência do consumidor tornou-se mais relevante em meio ao padrão de atendimento mais simples que as fintechs oferecem. As ações do Bradesco acumularam queda de 25,09% em 12 meses até ontem.

As mudanças fazem parte da reorganização que o Bradesco costuma promover a cada início de ano em sua diretoria, quando aproveita para dar mais ênfase a algumas áreas e reestrutura outras. Na rodada atual, toda a operação de wealth e alta renda passa a ser concentrada em torno do diretor-executivo Leandro Miranda. Sob o guarda-chuva dele, ficarão os negócios de private banking, o segmento Prime e o chamado "top tier", que reúne clientes logo abaixo do private e acima do Prime. A estrutura também abrigará a plataforma de investimentos Ágora, o Bradesco Bank (antigo BAC Flórida, banco nos Estados Unidos) e a distribuição de investimentos.



Miranda, diretor-executivo, concentrará áreas relacionadas à alta renda

Miranda, até agora, comandava as áreas de relações com investidores, médias empresas, private equity, Ágora e Bradesco Bank. Portanto, o executivo já era responsável por parte da estrutura voltada à clientela endinheirada, mas daqui para a frente consolidará a operação. O executivo responderá às vice-presidências de atacado e de varejo, dependendo do segmento e dos produtos em questão.

Havia, no Bradesco, um diagnóstico de que os clientes de alta renda demandavam uma estrutura mais focada, segundo apurou o Valor. Esse público é importante por ser um grande gerador de negócios para o banco de atacado, como ofertas de ações e fusões e aquisições. No ano passado, o Bra-

desco assumiu a carteira de gestão de fortunas do BNP Paribas no Brasil e havia feito o mesmo com a operação local do J.P. Morgan.

Ao mesmo tempo, a alta renda é a clientela dos grandes bancos que mais vem sendo assediada nos últimos anos com a proliferação de gestoras e o crescimento de outras instituições financeiras. Ao reunir toda a operação sob um mesmo executivo, a tendência é que haja mais uniformidade no atendimento.

No processo de reorganização deste ano, também foi criada uma vice-presidência para abrigar o que se chama de Bradesco Experience (experiência do consumidor) e inteligência digital. A área ficará com José Ramos Rocha Neto,

até então diretor-executivo. Cartões e empresas investidas (como a Cielo) ficarão sob o executivo.

Ao mesmo tempo, Marcelo Noronha e Eurico Fabri trocaram posições. O primeiro, que era vice-presidente de atacado, assumiu a vertical de varejo, incluindo marketing, vendas digitais e CRM. O segundo, que era responsável pelo varejo, cuidará do atacado. Nas demais vice-presidências, Cassiano Scarpelli também será o diretor financeiro (CFO). André Cano ficará com relações institucionais, e Moacir Nachbar, com áreas como jurídico, crédito e compliance. A rotação de cargos é praxe no alto escalão do Bradesco, de forma que os executivos ganhem experiência em diversas áreas.

Na diretoria-executiva, Guilherme Leal, que era responsável pelo private e pelo alta renda, deixará essas áreas e terá sob sua alçada a Bradesco Asset (Bram) e novos negócios. A gestora estava na área de Roberto Paris, que passará a cuidar da tesouraria e de pesquisas e estudos econômicos, respondendo diretamente ao presidente do banco, Octavio de Lazari Jr.

No fim da semana passada, a instituição financeira anunciou que Carlos Fretti, diretor de relações com o mercado, será também diretor de relações com investidores, acumulando as funções.

O banco de investimentos do Bradesco BBI continua com Bruno Boetger, mas o executivo ganhará novas áreas: o segmento de empresas médias; agências e subsidiárias no exterior; e câmbio.

Procurado, o Bradesco confirmou as mudanças.

Crédito deve ter alta de 8,2% em 2023, diz pesquisa da Febraban

Álvaro Campos
De São Paulo

Em 2023, o crédito deverá seguir acima do crescimento observado no período pré-pandemia (6,5% em 2019), com expansão de 8,2%, revela a Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas. As projeções feitas pelos bancos apontam um leve recuo ante a pesquisa anterior, de novembro, que previa alta de 8,4%. Isso deve-se à menor expectativa de crescimento econômico e taxas de juros altas.

Em 2022, o crédito deve ter registrado aumento de 14,8%. A pesquisa anterior apontava expansão menor, de 14,1%. Essa melhora decorre principalmente das surpresas positivas com os números mais recentes da economia, especialmente nas linhas de crédito com recursos direcionados, como os programas públicos.

Para 2023, houve redução na expectativa de crescimento da carteira com recursos livres (de 10,0% para 8,6%), enquanto para a carteira com recursos direcionados subiu (de 6,1% para 7,7%).

Para 2022, a elevação da projeção da carteira total deve-se à expansão dos recursos direcionados, cuja expectativa subiu de 10,2% para 13,3%. A projeção para a carteira de pessoa física direcionada passou de 13,1% para 16,7%, diante do forte desempenho do crédito rural. Já a expectativa de alta da carteira PJ subiu de 5,3% para 7,3%, com a nova rodada dos programas públicos de crédito (Pronampe e Peac-FGI).

A projeção para a carteira com recursos livres caiu, passando de uma alta de 17,3% para 16,3%. A piora foi puxada por PJ

(de 14,3% para 12,9%), enquanto a projeção para a expansão da carteira PF subiu de 18,2% para 19,0%. Isso reflete o forte desempenho das linhas atreladas ao consumo, como o cartão de crédito e crédito pessoal, explica Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Febraban.

A pesquisa também mostra piora das expectativas para a inadimplência da carteira livre. Para 2022, a projeção subiu de 4,3% para 4,4%, enquanto para 2023 avançou de 4,4% para 4,7%. Em outubro, a inadimplência estava em 4,2%.

A preocupação dos analistas com os rumos da política fiscal se espelhou no adiamento do período esperado para uma queda da taxa básica de juros e na revisão da tendência de crescimento da economia. A pesquisa captou que a grande maioria (75%) dos participantes espera que o início da flexibilização ocorra apenas a partir do terceiro trimestre de 2023. Na pesquisa anterior, a maioria dos analistas (60%) apontava que isso ocorreria no segundo trimestre. Além disso, 20% dos participantes indicam que a Selic deve começar a cair no quarto trimestre, algo não apontado na pesquisa anterior.

A pesquisa é um alerta sobre a necessidade de rigor na política fiscal e no controle dos gastos públicos, avalia Isaac Sidney, presidente da Febraban. "Com o cenário externo ruim com inflação elevada, juros altos e atividade em desaceleração e o quadro doméstico igualmente desafiador, temos de buscar uma âncora fiscal forte e crível e firme controle da inflação."

Valor PRO

sua fonte de informação para a tomada de decisões

O Valor PRO é a solução ideal para quem precisa se antecipar em relação ao mercado para tomar decisões ágeis e obter resultados.

Com notícias, dados e análises em tempo real, a ferramenta oferece informações sobre o mercado financeiro, movimentações políticas, informações sobre empresas e muito mais.

Solicite uma demonstração!

acesse agora:

> valorpro.com.br



Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 02/01/23					
Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IFM-M	1**	13.433,8942630	0,05	0,05	0,05
IFM-F	1**	16.170,3575620	0,45	0,45	0,45
IFM-B	Total	15.356,4873470	-0,29	-0,29	-0,29
IMA-B	5****	7.982,5104520	-0,29	-0,29	-0,29
IMA-B	5****	9.630,3671810	-1,02	-1,02	-1,02
IMA-B	Total	8.470,0189200	-0,67	-0,67	-0,67
IMA-S	Total	5.645,1950980	0,05	0,05	0,05
IMA-Genl	Total	6.907,1039380	-0,26	-0,26	-0,26

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período						
Linhas - pessoa jurídica	19/12	16/12	Há 1 semana	No fim do novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré-ata 365 dias - a.a.	33,12	32,79	32,36	33,07	29,89	27,08
Capital de giro pré-ata 365 dias - a.a.	26,50	25,60	25,18	24,86	26,32	23,80
Conta garantida pré - a.a.	45,64	40,68	49,39	48,72	45,28	36,14
Desconto de duplicata pré - a.a.	26,98	27,20	26,59	27,90	27,35	20,35
Vendedor pré - a.a.	19,02	19,20	19,63	19,44	19,03	17,02
Capital de giro flui. até 365 dias - a.a.	20,92	21,28	23,05	23,10	20,37	17,85
Capital de giro flui. sup. 365 dias - a.a.	20,78	20,78	19,40	20,66	20,58	17,20
Conta garantida pós - a.a.	27,87	29,31	28,54	28,47	27,63	24,59
ACD pós - a.a.	7,55	7,60	8,16	7,73	7,62	4,45
Factoring - a.m.	3,70	3,70	3,69	3,71	3,67	3,73

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano						
	02/01/23	30/12/22	Há 1 semana	No fim de dezembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Líber - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	4,3916	4,3869	4,3916	4,1849	0,1013	
3 meses	4,7673	4,7264	4,7326	4,7326	0,2091	
6 meses	5,1389	5,1531	5,1389	5,1491	0,3388	
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	5,4821	5,4439	5,4821	5,4294	0,5881	
Euro Líber - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-0,6194	
3 meses	-	-	-	-	-0,5806	
6 meses	-	-	-	-	-0,5560	
1 ano	-	-	-	-	-0,4857	
Euribor **						
1 mês	1,884	1,910	1,884	1,514	-0,583	
3 meses	2,132	2,141	2,132	1,975	-0,572	
6 meses	2,693	2,701	2,693	2,406	-0,546	
1 ano	3,291	3,238	3,291	2,811	-0,501	

Taxas referencias no mercado norte-americano					
	7/50	7/50	7/50	7/00	3/25
Prime Rate	7,50	7,50	7,50	7,00	4,00
Federal Funds	4,50	4,50	4,50	4,00	2,25
Taxa de Desconto	4,50	4,50	4,50	4,00	0,25
Tbill (1 mês)	4,00	3,69	4,00	3,75	0,01
Tbill (3 meses)	4,42	4,33	4,42	4,30	0,05
Tbill (6 meses)	4,67	4,66	4,67	4,66	0,19
T Note (2 anos)	4,42	4,27	4,42	4,28	0,73
T Note (5 anos)	4,01	3,80	4,01	3,65	1,27
T Note (10 anos)	3,88	3,68	3,88	3,49	1,51
T Bond (30 anos)	3,97	3,74	3,97	3,55	1,92

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da América Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %											
Renda Fixa	jan/23*	dez/22	Mês			Acumulado	12 meses**				
Selic	0,05	1,12	1,02	1,02	1,07	1,17	0,05	12,39			
CDI	0,05	1,12	1,02	1,02	1,07	1,17	0,05	12,39			
CDI (1)	0,08	1,17	1,07	1,07	1,12	1,22	0,08	10,89			
Poupança (2)	-	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	-	7,90			
Poupança (3)	-	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	-	7,90			
IFM-M	0,1	1,48	0,86	0,83	1,40	2,05	-0,29	8,82			
IMA-B	-0,67	-0,19	-0,79	1,23	1,48	1,10	-0,67	6,37			
IMA-S	0,05	1,11	1,01	1,08	1,11	1,19	0,05	12,74			

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBRE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rentabilidade no dia 27/06/22. ** Há 12 meses. (1) rendimento bruto em 1 dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,46% para o mês de dezembro

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 28/12/22									
Patrimônio líquido em 12 meses	Rentabilidade nominal - em %	Estimativa da captação líquida - R\$ milhões em 12 meses							
RS milhões (1)	no dia no mês 2022	no dia	no mês	no ano					
2.846.200,05	-	-18.437,59	-101.961,45	-27.608,71					
142.751,29	0,36	0,68	8,84	8,90					
514.545,29	0,05	0,95	11,39	11,50					
697.052,72	0,06	1,03	12,55	12,84					
92.629,31	0,06	0,05	0,65	0,68					
154.191,20	0,11	0,25	10,01	10,08					
203.330,84	0,12	0,85	11,01	11,10					
623.197,91	0,08	0,89	12,02	11,15					
178.706,46	0,20	0,72	10,71	10,71					
478.875,74	-	-	-	-					
9.686,78	1,59	1,99	3,96	3,94					
36.869,71	1,76	2,35	3,03	2,14					
201.387,21	1,67	3,12	6,86	6,73					
47.861,11	-0,66	-6,52	-6,79	-7,87					
1.627.907,14	-	-	-	-					
194.429,95	0,07	0,76	16,83	17,09					
568.976,60	0,18	0,32	9,25	9,60					
63.278,14	0,07	0,93	11,84	11,96					
713.861,99	0,18	0,15	3,20	3,21					
8.018,04	-0,50	1,00	-4,23	-5,12					
1.176.664,01	-	-	-	-					
38.232,77	-	-	-	-					
1.623.845,74	-	-	-	-					
6.170.535,15	-	-	-	-					
1.298.221,99	-	-	-	-					
8.545,68	-	-	-	-					
7.438.102,82	-	-	-	-					

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo especial os Fundos em Cotas, evitando duplo contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FIL, FIP e FIMEE. (4) PL dos tipos Inobiliários e Off-Shore referentes ao mês de novembro de 2022. * Rentabilidade sem período completo Obs.: Fundos de Investimentos regidos pelo ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/14, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a redefinição em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL no data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período											
Taxas referenciais	02/01/23	30/12/22	1 semana	No fim de dezembro	Há 1 mês	Há 12 meses					
DI Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,75	13,75	13,75	13,75	13,75	9,25					
Selic - meta ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15					
Selic - taxa over ao ano	15,236	15,236	15,236	15,236	15,236	10,425					
Selic - taxa efetiva ao mês	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76					
Selic - taxa efetiva ao mês	11,233	11,233	11,233	11,233	11,233	0,7691					
CDI - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15					
CDI - taxa over ao mês	15,236	15,236	15,236	15,236	15,236	10,425					
CDI - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76					
CDI - taxa efetiva ao mês	11,233	11,233	11,233	11,233	11,233	0,7691					
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	9,77	9,11					
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,7799					
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	12,40	7,82					
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,6298					

Taxa de Juros de referência - B3						
TJ - 3 meses (em % ao ano)	13,69	-	13,68	13,69	13,72	10,21
TJ - 6 meses (em % ao ano)	13,74	-	13,79	13,74	13,85	11,21
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,66	-	13,67	13,65	13,67	9,15
DI Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,67	-	13,67	13,67	13,68	9,75
DI Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,69	-	13,69	13,69	13,72	10,25
DI Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,72	-	13,73	13,72	13,75	10,62
DI Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,74	-	13,78	13,74	13,85	11,20
DI Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,53	-	13,59	13,43	13,86	11,79

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 02/01/23						
DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano	Mínimo	Máximo
Vencimento em fev/23	98.888,56	13,658	110.946	13,654	13,660	13,654
Vencimento em mar/23	97.986,33	13,673	13.957	13,666	13,684	13,670
Vencimento em abr/23	96.843,91	13,687	166.518	13,689	13,698	13,684
Vencimento em mai/23	95.951,92	13,719	9.749	13,715	13,740	13,715
Vencimento em jun/23	94.870,45	13,750	4.401	13,735	13,770	13,750
Vencimento em jul/23	93.863,46	13,735	199.544	13,720	13,800	13,740
Vencimento em ago/23	92.852,75	13,755	21.190	13,725	13,765	13,765
Vencimento em set/23	91.782,56	13,726	483	13,685	13,770	13,735
Vencimento em out/23	90.869,88	13,695	47.436	13,670	13,770	13,690
Vencimento em nov/23	89.927,07	13,657	770	13,650	13,700	13,680
Vencimento em dez/23	89.053,65	13,607	920	13,615	13,640	13,615

Dólar comercial						
Ajuste do dia em %	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R\$/US\$ 1.000,00	Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/23	5,390,28	1,25	186.200	5,321,00	5,400,00	5,400,00
Vencimento em mar/23	5,416,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/23	5,451,62	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/23	5,476,12	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/23	5,511,11	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro						
Ajuste do dia em %	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R\$/€ 1.000,00	Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/23	5,756,63	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/23	5,795,76	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/23	5,846,07	-	0	0,00	0,00	0,00

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 02/01/23											
Indicador	Compra	Venda	No dia	No mês	No ano	12 meses					
B3 (R\$ Bil.)	5.343,0	5.343,0	2,41	2,41	2,41	4,25					
Dólar Comercial (mercado) - (R\$/US\$)	5.307,5	5.351,1	1,52	1,52	1,52	3,89					
Dólar Turismo (R\$/US\$)	5.370,0	5.553,0	1,38	1,38	1,38	3,96					

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.918
Código CVM nº 02234-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 30 de dezembro de 2022, às 10h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, nº 147, sala 402, Bairro Savassi, CEP 30112-000. **2. CONVOCAÇÃO:** O edital de primeira convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), nas edições dos dias 01, 02 e 03 de dezembro de 2022: (i) do jornal "Hoje em Dia", nas páginas 2, 2 e 2 das respectivas edições; e (ii) do jornal "Valor Econômico (São Paulo)", nas páginas E4, E2 e E3 das respectivas edições, com divulgação simultânea dos documentos na página desses mesmos jornais na internet, nos termos do art. 289, I, da Lei das S.A. **3. PRESEÇA:** Presentes acionistas titulares de 78.513.653 (setenta e oito milhões, quinhentos e treze mil, seiscentos e cinquenta e três) ações ordinárias, representando aproximadamente 71,26% (setenta e um inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do capital social com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Rafael Sachete da Silva, Diretor Vice-Presidente Corporativo, Financeiro e de Relação com Investidores, representante da administração; (ii) o Sr. Martin da Silva Gesto, representante do conselho fiscal da Companhia; e (iii) o Sr. Miguel Côrtes Carneiro Monteiro, representante da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. **4. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Os documentos pertinentes aos assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta de administração para a assembleia geral, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **5. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Alessandro Giuseppe Carlucci e secretariados pela Sr. Victoria de Oliveira Vieira Machado. **6. ORDEN DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Sunset Agenciamento e Intermediação S.A. ("Sunset") pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. para elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Sunset ("Laudo de Avaliação"); (iii) o Laudo de Avaliação; e (iv) a incorporação da Sunset pela Companhia, com eficácia em 02 de janeiro de 2023 ("Incorporação Sunset"). **7. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **7.1.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, o Protocolo de Justificação, que consistência os termos, cláusulas e condições da Incorporação Sunset e cujo instrumento particular ficará arquivado na sede da Companhia. **7.2.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a ratificação da nomeação e contratação, pela Companhia, da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.681.365/0001-30 e com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 005112/O-9 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do Laudo de Avaliação. **7.3.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora na data-base de 31 de agosto de 2022 ("Data-Base"), para fins da Incorporação Sunset, que ficará arquivado na sede da Companhia. **7.4.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do Anexo I, a Incorporação Sunset, nos termos do Protocolo e Justificação. **7.4.1.** Consignar que a Incorporação Sunset se tornará eficaz e produzirá efeitos em 02 de janeiro de 2023. **7.4.2.** Consignar que a Incorporação Sunset é realizada sem aumento de capital social da Companhia e sem emissão de novas ações. **7.4.3.** Consignar que a Incorporação Sunset é realizada sem relação de substituição das ações da Sunset por ações da Companhia, tendo em vista que (i) a Companhia é titular da totalidade das ações de emissão da Sunset, inexistindo outros acionistas que deverão migrar para a Companhia; e (ii) a Incorporação Sunset não acarretará aumento de capital social da Companhia; e (iii) a Incorporação Sunset não implicará emissão de novas ações pela Companhia. **7.4.4.** Consignar que não é aplicável à Incorporação Sunset as avaliações dos patrimônios líquidos da Companhia e da Sunset para fins da comparação da relação de substituição prevista no art. 264 da Lei das S.A., tendo em vista que (i) a Companhia é titular da totalidade das ações de emissão da Sunset, inexistindo acionistas não controladores que devem migrar para a Companhia; e (ii) a Incorporação Sunset é realizada sem relação de substituição. **7.4.5.** Consignar que, nos termos dos artigos 136 e 137 da Lei das S.A., os atuais acionistas da Companhia não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Incorporação Sunset. **7.4.6.** Consignar que, por força da Incorporação Sunset, a Sunset será extinta e suas ações canceladas, sendo sucedida pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, facultades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de sua titularidade, patrimoniais ou não patrimoniais. **7.4.7.** Consignar que as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da Sunset que ocorrerem entre a Data-Base e a data da Incorporação Sunset serão absorvidas pela Companhia. **7.4.8.** Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação Sunset passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, facultades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da Sunset. **8. DOCUMENTOS:** Não foram submetidos à assembleia qualquer documento, proposta, declarações, manifestações de voto, protesto ou dissidência. **9. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada às 10h17 e suspendeu os trabalhos até 10h22 para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, tendo sido autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes. O registro da presença dos acionistas na presente ata e Livro de Presença de Acionistas foi realizado mediante assinatura do presidente ou secretário da mesa, na forma da regulamentação aplicável. Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2022. **Confere com o original lavrado em livro próprio. Mesa: Alessandro Giuseppe Carlucci - Presidente; Victoria de Oliveira Vieira Machado - Secretária.**

Assine: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888

ânima

EDUCAÇÃO

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 09.288.252/0001-32 - NIRE 35.3.00.350.430

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Ânima Holding S.A., Realizada em Primeira Convocação em 21 de Dezembro de 2022.

1. Data, Hora e Local: Realizada em 21 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, em meio exclusivamente digital, por meio da plataforma "Teams", conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81"), coordenada pela Ânima Holding S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, 1250, 9º andar, Sumaré, CEP 05.435-001. **2. Convocação:** Convocados os debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Emissora ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão", respectivamente), por meio de Edital de Convocação, em 1ª (primeira) convocação, publicado nos dias 30/11, 01/12 e 02/12 de 2022, no jornal "Valor Econômico", com divulgação simultânea da íntegra na página do mesmo jornal na internet, nos termos do disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Ânima Holding S.A.", celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fidejussório"), Brasil Educação S.A. ("Brasil Educação"), CESUC Educação Ltda. ("CESUC Educação"), FACEB Educação Ltda. ("FACEB Educação"), HSM do Brasil S.A. ("HSM do Brasil"), Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte"), IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC"), Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Instituto Politécnico"), PGP Educação S.A. ("PGP Educação"), Sociedade Catalana de Educação Ltda. ("Sociedade Catalana de Educação"), Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("SOCIESC"), SOBEPE - Sociedade Brasileira de Educação, Cultura, Pesquisa e Extensão S.A. ("SOBEPE") e VC Network Educação S.A. ("VC Network"), em 14 de abril de 2021 ("Escritura de Emissão Original"), conforme aditado pelo: (a) "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Ânima Holding S.A.", celebrado em 4 de junho de 2021, entre a Companhia, o Agente Fidejussório, a Brasil Educação, a CESUC Educação, a FACEB Educação, a HSM do Brasil, a Unimonte, a IEDUC, o Instituto Politécnico, a PGP Educação, a Sociedade Catalana de Educação, a SOCIESC, a SOBEPE, a VC Network, a Rede Educacional do Brasil Ltda. ("Laureate"), a APEC - Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("APEC"), FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul Ltda. ("FADERGS"), FACS Serviços Educacionais Ltda. ("FACS"), Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. ("IBMR"), ISCP - Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP") e Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. ("Uniritter") e, em conjunto com a Brasil Educação, CESUC Educação, FACEB Educação, HSM do Brasil, Unimonte, IEDUC, Instituto Politécnico, PGP Educação, Sociedade Catalana de Educação, SOCIESC, SOBEPE, VC Network, Laureate, APEC, FADERGS, FACS, IBMR e UAM, "Fiadoras" ("Primeiro Aditamento"); e (b) "2ª (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Ânima Holding S.A." celebrado em 19 de abril de 2022 em Emissora, o Agente Fidejussório e as Fiadoras ("Segundo Aditamento") e, em conjunto com o Escritura de Emissão Original e o Primeiro Aditamento, "Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente). **3. Presença:** Reuniram-se, em 1ª (primeira) convocação: (i) os Debenturistas representando 92,94% (noventa e dois inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação de emissão da Emissora, conforme constante no Anexo I desta ata; (ii) os representantes da Emissora e do escritório Machado, Meyer, Sendzak e Opice Advogados, na qualidade de assessor legal; (iii) representantes do Agente Fidejussório, conforme assinaturas apostas abaixo; e (iv) representantes de determinados debenturistas. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcus Vinicius Cuiabano Peixoto, e secretariados pelo Sr. Gustavo Secaf Rebello. **5. Ordem do Dia:** Deliberar, discutir e votar sobre: (i) liberação integral dos recebíveis detidos pela APEC e pela ISCP cedidos fiduciariamente no âmbito da Emissão, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 4 de junho de 2022 entre a APEC, FADERGS, FACS, IBMR, UNIRITTER e ISCP, conforme aditado em 19 de abril de 2022 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), com a consequente exclusão das referidas sociedades da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) a autorização ao Agente Fidejussório para praticar todos os atos e adotar todas as medidas eventualmente necessárias para a devida consecução e formalização da liberação acima, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à celebração de todos e quaisquer aditamentos à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária, aos Contratos de Depósito e/ou a quaisquer outros documentos e formalidades necessários, perante quaisquer terceiros. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, restou decidido por Debenturistas representando: (i) 90,01% (noventa inteiros e um décimo por cento) das Debêntures em Circulação, com manifestação de voto contrário de 2,93% (dois inteiros e noventa e três centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, e sem quaisquer ressalvas e abstenções, aprovaram a liberação integral dos recebíveis detidos pela APEC e pela ISCP (ou "UAM") cedidos fiduciariamente no âmbito da Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, com a consequente exclusão das referidas sociedades da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária; Em decorrência da aprovação acima, a Companhia, por mera liberalidade, realizará o pagamento, exclusivamente aos Debenturistas da Segunda Série, de prêmio flat equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado na data desta assembleia, a ser pago em moeda corrente nacional, em uma única parcela, em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar da presente data ("Prêmio"). Para tanto, consignar-se em ata que houve o consentimento expresso da totalidade dos Debenturistas da Primeira Série em relação ao não recebimento de qualquer prêmio em decorrência da aprovação acima. Neste sentido, fica certo que o pagamento do Prêmio pela Companhia aos Debenturistas da Segunda Série será realizado em moeda corrente nacional, por meio do ambiente da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), a qual deverá ser comunicada com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência da data de pagamento do Prêmio. Além disso, o valor final do Prêmio a ser pago aos Debenturistas da Segunda Série deverá ser confirmado pela Companhia e informado ao Agente Fidejussório com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência da data de pagamento do Prêmio, por meio do e-mail precificacao@pentagonotrustee.com.br. Em razão da deliberação "i" acima, a Emissora consigna que se compromete a aditar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária) contados da presente data, isto é, até 3 de janeiro de 2023, a Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão, bem como registrá-los nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, conforme prazos previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária. Adicionalmente, a Emissora declara, no âmbito da presente assembleia, que, com a liberação da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) prestada pela APEC e pela ISCP, os Recebíveis da FADERGS, FACS, IBMR, UNIRITTER, que permanecerão cedidos fiduciariamente no âmbito da Emissão, são suficientes para garantir 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures de ambas as séries. (ii) 90,01% (noventa inteiros e um décimo por cento) das Debêntures em Circulação, com manifestação de voto contrário de 2,93% (dois inteiros e noventa e três centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, e sem quaisquer ressalvas e abstenções, autorizaram o Agente Fidejussório a praticar todos os atos e adotar todas as medidas eventualmente necessárias para a devida consecução e formalização da liberação acima, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à celebração de todos e quaisquer aditamentos à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária, aos Contratos de Depósito e/ou a quaisquer outros documentos e formalidades necessários, perante quaisquer terceiros. As aprovações objeto da presente Assembleia Geral de Debenturistas devem ser interpretadas restritivamente como mera liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não devem ser consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos a ela relacionados, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia. A Emissora atesta que a presente Assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos, conforme determina a Resolução CVM 81, e com a observância das instruções de voto recebidas anteriormente à presente data. Todos os termos não definidos na ata desta Assembleia Geral de Debenturistas devem ser interpretados conforme suas definições atribuídas na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária. **7. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e com nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que foi lida e achada conforme por todos os presentes. Mesa: Sr. Marcus Vinicius Cuiabano Peixoto (Presidente da Mesa) e Gustavo Secaf Rebello (Secretário da Mesa). São Paulo, 21 de dezembro de 2022. Marcus Vinicius Cuiabano Peixoto - Presidente da Mesa; Gustavo Secaf Rebello - Secretário da Mesa. Ânima Holding S.A. Andre Tavares Andrade - Diretor Financeiro; Marcus Vinicius Cuiabano Peixoto - Diretora de Relações com Investidores. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Caio Junqueira Fabrino - Procurador. JUCESP nº 1.005.780/22-5 em 30 de Dezembro de 2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SIGA O VALOR NAS REDES SOCIAIS.





Valor
 ECONÔMICO

YOUTUBE: /VALORECONOMICO
 FACEBOOK: /VALORECONOMICO
 TWITTER: @VALOR_ECONOMICO

INFORMAÇÃO TEM EM TODO LUGAR.



INFORMAÇÃO DE VALOR,
SÓ A GENTE TEM.

O Valor Econômico tem a melhor equipe de jornalistas que apura e analisa as notícias que importam para o seu negócio.

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios.

Ligue e assine agora:
0800-701-8888
assinevalor.com.br

Carteira Valor Papéis de bancos e do setor de commodities são destaque

Indicações destacam ações mais defensivas

Nathália Larghi
De São Paulo

A primeira Carteira Valor de 2023 chegou assumindo um caráter um pouco mais defensivo. A lista trouxe principalmente ações ligadas a commodities e do setor financeiro. O diferencial ficou por conta de ações ligadas ao consumo, que voltaram a figurar na seleção após perderem espaço em dezembro. Ainda assim, a participação desse segmento ficou um pouco mais tímida.

Com a chegada de um novo governo, surgem incertezas não só a respeito do que deve acontecer com a economia nos próximos meses, como também sobre como o mercado vai reagir a possíveis mudanças, avaliam analistas. Assim, assumiram posições mais conservadoras, com empresas que tendem a mostrar resiliência em momentos conturbados.

O setor de commodities se destaca com três representantes, com Vale reaparecendo na liderança com sete indicações. Desta vez, no entanto, o primeiro lugar entre as mais apontadas é dividido com a PetroRio. Além delas, a produtora de grãos SLC Agrícola surge como uma novidade do segmento na Carteira Valor, indicada por quatro corretoras.

Apesar de depender um pouco mais do cenário político do que o setor de commodities, o segmento financeiro também pode ser visto como uma proteção para as carteiras, devido à resistência dos bancos tradicionais em momentos mais turbulentos. Com isso, o setor emplacou Itaú Unibanco e Bradesco na primeira lista de indicações do ano. Como novidade, a seleção trouxe ainda a Itaúsa.

O consumo voltou a ter mais participação na Carteira Valor, com a manutenção do atacarejo Assaí, que se beneficia do período de férias, e com a chegada da administradora de shoppings centers Multiplan, que volta à lista após deixá-la em dezembro.

Por fim, completam a seleção de janeiro as ações da farmacêu-

tica Hypera e da fabricante de motores e equipamentos WEG, que foram mantidas na lista.

A Carteira Valor é formada pelas dez ações mais recomendadas pelas corretoras participantes, selecionadas a partir da indicação mensal de cinco papéis por instituição. Em caso de empate, prevalecem as ações com maior volume financeiro médio em bolsa, no período de 90 últimos dias úteis encerrado no fim de cada mês. O rendimento é calculado mensalmente com base na variação média simples das ações. As indicações não consideram diferentes pesos para cada papel.

O ano de 2023 trouxe uma novidade: a entrada do Pagbank. Por outro lado, a Toro Investimentos deixou de participar da seleção. Atualmente, compõem a Carteira Valor: Ativa, Ágora, BB Investimentos, Banco Inter, CM Capital, Genial, Guide, Mirae, Modalmais, MyCap, Nova Futura, Órama, Pagbank, Planner, Safra, Santander, Terra, Warren e XP Investimentos.

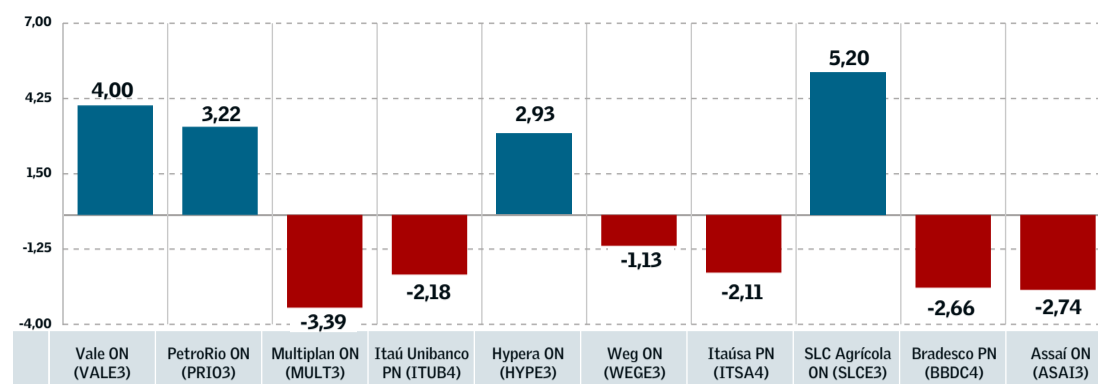
Recentemente, a Carteira Valor passou a apresentar novas funcionalidades. Agora, os leitores podem comparar o desempenho das corretoras participantes em diferentes períodos, ver os gráficos de desempenho da Carteira e do Ibovespa em tempo real, filtrar e classificar as instituições financeiras por desempenho, dentre outras novidades.

Em dezembro, a Carteira Valor perdeu 0,49%, enquanto o Ibovespa teve uma queda ainda mais expressiva, de 2,45%. No ano de 2022, a Carteira Valor se valorizou 6,11% e o principal indicador de referência da bolsa brasileira subiu 4,69%.

No caso das ações da Vale, o time de analistas do Pagbank avalia que o anúncio feito pelo governo chinês de que haverá mais incentivos para a construção civil por lá deve ajudar a aumentar a demanda e, consequentemente, o preço do minério de ferro, o que beneficia o papel. "Seguimos construtivos com a tese de commodities e a Vale é uma ótima força de exposição ao setor", afirmam em nota.

Carteira Valor

Rentabilidade em dezembro de 2022 para as ações indicadas em janeiro de 2023 - em %



Ação	Indicações
Vale ON (VALE3)	7
PetroRio ON (PRI03)	7
Multiplan ON (MULT3)	6
Itaú Unibanco PN (ITUB4)	5
Hypera ON (HYPE3)	5
Weg ON (WEGE3)	4
Itaúsa PN (ITSA4)	4
SLC Agrícola ON (SLCE3)	4
Bradesco PN (BBDC4)	3
Assaí ON (ASA13)	3

Desempenho em dezembro de 2022, em %

Ação	Variação %	Volume*
Vale ON (VALE3)	4,00	2.678,3
Badesco PN (BBDC4)	-2,66	838,8
Itaú Unibanco PN (ITUB4)	-2,18	1.169,6
Hypera ON (HYPE3)	2,93	160,4
Totvs ON (TOTS3)	-10,50	140,0
B3 ON (B3SA3)	3,97	689,3
PetroRio ON (PRI03)	3,22	430,3
Weg ON (WEGE3)	-1,13	290,1
Assaí ON (ASA13)	-2,74	264,1
Cemig PN (CMIG4)	0,23	136,9

Carteira Valor, rentabilidade

📉 -0,49	Média no mês
📈 6,11	Acumulada no ano**
📈 6,11	Acumulada em 12 meses**

Ibovespa, rentabilidade

📉 -2,45	No mês
📈 4,69	No ano**
📈 4,69	Em 12 meses**

Fontes: Bancos, Corretoras e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Volume médio em R\$ milhões no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 29/12/22. ** Até dezembro 2022. Rentabilidade das carteiras superior mês a mês. Proventos anuais são acrescentados à rentabilidade histórica das carteiras que possuem o ativo no exercício a que se refere o benefício. A Carteira Valor é formada pela média simples da oscilação dos 10 papéis mais indicados pelas instituições financeiras, entre as cinco ações apontadas por cada instituição. Em caso de empate, prevalecem as ações com volume médio maior, no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 29/12/22. A Carteira Valor não é e não pode ser interpretada como indicação ou recomendação de investimento do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nessas informações. Quaisquer referências a rentabilidades passadas não significam de qualquer forma a garantia ou previsibilidade de rentabilidades futuras. As indicações de cada corretora não consideram diferentes pesos para cada papel. Para maiores informações, consulte as corretoras.

Para PetroRio, o outro destaque da Carteira Valor de janeiro, o Pagbank, apesar de os riscos para os ativos de petróleo terem aumentado, diz que a ação está em um bom momento de entrada — ou seja, com potencial de alta. Segundo os analistas, a empresa tem baixo custo de extração, o que ajuda a passar por momentos de grande volatilidade no preço da commodity.

"A PetroRio segue entregando crescimentos acima da média do setor, trimestre contra trimestre, além de outras melhoras operacionais", afirma a casa. Além disso, os analistas destacam que as sinergias geradas pela interligação dos campos ainda não foram totalmente capturadas, o que pode trazer melhora nos resultados que virão pela frente. "O fato de a companhia não ter controle estatal também é um dos fatores que faz dela nossa principal escolha para o setor", completam.

Dentre as novidades da seleção, os analistas do BB Investimentos dizem que uma das vantagens da SLC é o fato de ela ser "diversificada geograficamente,

em diversos Estados brasileiros", o que mitiga riscos climáticos adversos, e tem ajudado a companhia a "entregar produtividade acima da média do mercado, principalmente na soja".

"Além disso, a expectativa de preços elevados de commodities em 2023 e suas bem-sucedidas estratégias de hedge cambial e de commodities, e de antecipação de vendas e de compras de insumos, devem continuar se traduzindo em boa rentabilidade para a companhia", afirmam.

Segundo os analistas da Ágora, a recomendação de compra para as ações da Itaúsa é justificada "por um atraente desconto, que é superior à média histórica". Isso significa, portanto, que as ações estão abaixo do que realmente valem e, por isso, têm potencial de alta.

O time de analistas ainda afirma que a companhia deve seguir três estratégias daqui em diante: vender participação na XP para suportar a amortização da dívida; aumentar a posição de caixa para potenciais aquisições; e eventuais oportunidades de eficiência fiscal.

No caso da Multiplan, os analistas do Pagbank destacam que a empresa é "uma das maiores operadoras de shopping center com foco na média e alta renda" e vem apresentando números sólidos em seus balanços. Segundo os analistas, a companhia teve um aumento forte no lucro do terceiro trimestre, superando os resultados pré-pandemia, o que "demonstra a resiliência do seu portfólio".

Já o Itaú Unibanco apresenta "um excelente histórico de lucratividade", segundo o Pagbank. Além disso, os analistas destacam que o Itaú deve seguir como uma das instituições financeiras com maior retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), além de ter o menor impacto na inadimplência. "Isso deve se converter em melhores resultados, sendo um dos ativos mais defensivos de nosso portfólio."

Valorinveste.com
Confira as recomendações de cada corretora para a Carteira Valor
valor.globo.com/valor-data/carteira-valor/

Banestes faz acordo de seguros com Zurich

Álvaro Campos
De São Paulo

O Banestes informou que firmou parceria comercial com a Zurich Minas Brasil Seguros, como resultado do processo competitivo iniciado em janeiro do ano passado para a seleção de parceiras para potencializar a atuação em negócios de seguridade. O acordo tem prazo inicial de cinco anos.

Por não haver exclusividade, a Zurich não pagou uma outorga para poder atuar no balcão do banco. O acordo entre as partes é de "profit sharing", com a Zurich subscvendo o risco e o Banestes ficando mais focado na corretagem. Segundo o banco, a parceria com a seguradora vai aprimorar a experiência dos clientes por meio da oferta de um portfólio mais completo e soluções mais modernas. Com a ampliação da lista de produtos, a expectativa é aumentar a lucratividade do banco.

"Há uma diversidade de serviços a serem explorados na seguridade e firmar essa parceria acelera nosso crescimento. O aumento nos resultados virá como consequência", diz o presidente do Banestes, José Amarildo Casagrande. Ele aponta que a área de seguros responde por quase 10% do faturamento do grupo e a ideia com a parceria é elevar esse percentual para a média do sistema financeiro, entre 20% e 25%. O diretor de finanças, Sílvio Grillo, afirma que o acordo prevê a possibilidade de desenvolvimento conjunto de produtos de seguro.

Segundo o diretor comercial de parcerias da Zurich, Sidemar Spricigo, a ideia é ampliar a oferta dos seguros prestamista, habitacional, perda e roubo de cartão e transferências indevidas para 1,6 milhão de clientes, além de complementar a oferta da Banestes Seguradora em produtos como automóvel, residencial e empresarial. "Acreditamos que a distribuição mais ampla e inclusiva beneficia a população do Espírito Santo."

De acordo com Grillo, futuramente o banco pode realizar uma nova parceria para a área de seguros, aí sim possivelmente com exclusividade e o pagamento "upfront". "Nesse momento entendemos que a área ainda precisava ganhar mais maturidade, até para podermos avaliar melhor nosso balcão." Atualmente, o Banestes tem uma parceria nesses moldes em capitalização e previdência, com a Icatu.

Feliz 2030!

Palavra do gestor

Sonia Consiglio



O ano de 2023 chega avisando que faltam apenas sete anos para atingirmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados em 2015 por todos os países-membros da ONU. Estamos na chamada "Década da Ação", e dela já se passaram três. O que podemos esperar deste novo ano em relação à agenda de desenvolvimento sustentável? Vou arriscar alguns palpites.

Em 11 de janeiro será lançado o Relatório de Riscos Globais 2023 do Fórum Econômico Mundial, documento que

relaciona os principais riscos para os negócios na próxima década e serve de base para os encontros de Davos. Os riscos ambientais e sociais vêm dominando o Top 5 nos últimos três anos, e não deverá ser diferente agora. Neste contexto, uma boa notícia que veio da COP15, em dezembro de 2022, foi a aprovação do Marco Global da Biodiversidade Kunming-Montreal. Entre protestos e aplausos, os países signatários estabeleceram 23 metas e a 3 é a mais citada: preservar 30% de áreas terrestres e 30% de regiões costeiras e marinhas até 2030.

Talvez o marco influencie na posição do risco "Perda da Biodiversidade". Ele pulou de 5º lugar para 3º de 2021 para 2022, ou seja, no ano passado era o terceiro risco mais severo. Mesmo assim, deverá permanecer entre os cinco primeiros, e não por acaso. Segundo o Fórum Econômico Mundial, US\$ 44 trilhões de geração de valor econômico são moderada ou altamente dependentes da natureza. E, segundo a Moody's Investors Service, US\$ 1,9 trilhão é a quantia que está em jogo

quando se mede o impacto da natureza nos negócios.

No final de 2022, a União Europeia, parecendo estar "ticando" sua lista de pendências, aprovou duas medidas muito importantes: o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, que sobretaxará produtos conforme a intensidade de carbono na produção) e a não importação de produtos que venham de terras desmatadas de forma legal ou ilegal. Esses anúncios, também cercados de críticas e elogios, indicam que 2023 trará um incremento em mecanismos de mercado, taxonomias, regulações e autorregulações ESG.

Infelizmente, não há como prever o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia e, portanto, os desafios relacionados à energia seguirão, além dos tristes movimentos de migração involuntária. Esse, aliás, é um risco mapeado pelo Fórum Econômico Mundial que pode ganhar mais destaque no relatório deste ano. A última vez que figurou no Top 5 foi em 2017.

A pandemia parece ter nos dado uma trégua, mas seria no mínimo imprudência arriscar algo nesta seara para 2023. Trago,

então, um dado para ficarmos atentos. Segundo o relatório "10 Novos Insights na Ciência Climática — 2022", produzido por 57 cientistas do mundo todo, a pedido de organizações da sociedade civil, um dos 10 achados é: "Novas Ameaças no horizonte da interação clima-saúde". O documento aponta que os surtos de doenças infecciosas tendem a aumentar devido às mudanças climáticas, especialmente as transmitidas pela água. Outros fatores desencadeantes: mudanças no uso da terra; urbanização, calor extremo, seca, incêndios florestais, inundação.

Um movimento que veio forte em 2022 e deverá se manter de forma localizada em 2023 é o "AntiESG". O questionamento sobre o real valor da agenda socioambiental e de governança para os negócios não prosperou a ponto de ameaçar o seu avanço, o que só reforça a transformação profunda que estamos vivendo de modelo de mundo. Em alguns momentos, poderemos ter que pausar algumas iniciativas e rever planos, mas não vislumbro maiores preocupações. Até porque... temos mais coisas com que nos preocupar, não é mesmo?

O que vem fazendo toda a diferença e continuará em destaque são as lideranças. Os presidentes de empresas e conselheiros já entenderam os riscos e oportunidades valiosas em torno da pauta ESG e seu comprometimento promoverá cada vez mais mudanças estruturais e estruturantes nas empresas.

Seguiremos falando de diversidade nos times executivos e pode ganhar espaço a inclusão de jovens em conselhos de administração. Essa é uma das 4 tendências do estudo "Boards: stepping up as stewards os Sustainability", desenvolvido pela consultoria de liderança Egon Zehnder: "Desafiar mentalidades por meio da diversidade de idade e gênero — trazer a perspectiva das novas gerações para os conselhos, mesmo que sejam necessárias sessões iniciais de mentoria e treinamentos".

Falando de Brasil, começamos em 2023 o período de quatro anos de uma nova condução política. Quando perguntada a respeito, sempre digo: que os líderes atuais do nosso país tenham a sabedoria de preservar os avanços feitos, que corrijam o

que não funcionou e avancem ainda mais. Afinal, quando se trata da agenda ESG, tudo o que fizermos será lento e em menor volume do que o necessário, pois os desafios são imensos.

Para encerrar esse primeiro artigo de um novo ciclo, quero propor uma reflexão: feche os olhos agora e se imagine em 2030. Pense em uma grande realização que gostaria de ter naquele ano e que trabalhará muito por ela. Me arrisco a dizer que acontecerá. Talvez não na completude, mas sem dúvida você atingirá boa parte do que almeja. Se isso pode ser verdade no âmbito individual, o que não é possível alcançar com uma mobilização mundial genuína e compromissada, rumo a um desenvolvimento de fato sustentável? Ou seja... feliz 2030!

Sonia Consiglio é SDG Pioneer pelo Pacto Global da ONU e especialista em sustentabilidade
E-mail soniafavaretto@hotmail.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Legislação

& Tributos SP

Destaques

Justa causa

A 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou o exame do recurso da Adlim Terceirização em Serviços, de São Paulo (SP), contra decisão que afastou a justa causa aplicada a uma coordenadora operacional acusada de concorrência desleal. Segundo a Adlim, ela prestaria serviços semelhantes de manutenção predial, no horário de expediente, por empresa de sua própria titularidade. Contudo, essa conduta não ficou comprovada, nem foi constatada outra suposta falta grave que justificasse a sanção. Na reclamação trabalhista, a coordenadora disse que havia trabalhado para a Adlim por mais de oito anos em atividades externas. Sua função envolvia o atendimento de 123 instalações da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep) no interior do Estado, em cidades como Bauru, Jupiá e Cabreúva. Ao dispensá-la por justa causa, a Adlim sustentou que sempre prestara serviços de manutenção predial para a Cteep, mas a coordenadora fazia manutenção de cercas, pintura e reparos para a mesma tomadora através de uma empresa própria, no horário de seu expediente. Em seu depoimento, a coordenadora confirmou que tinha uma microempresa em seu nome, administrada por seus filhos, que fazia pequenos reparos para a Cteep. Segundo ela, o fato era do reconhecimento da empregadora e os serviços que prestava não concorriam com a atividade desenvolvida pela Adlim (Ag-ARR-10669-98.2017.5.15.0091).

Recuperação judicial

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que uma empresa em recuperação judicial pode participar de procedimento licitatório. Segundo o colegiado, a circunstância de a empresa se encontrar em recuperação judicial, por si só, não caracteriza impedimento para contratação com o Poder Público, ainda que não seja dispensada da apresentação das certidões negativas de débitos fiscais. De acordo com o processo, uma construtora impetrou mandando de segurança contra ato praticado pelo reitor da Universidade Federal do Ceará (UFCA), no Ceará, buscando a nulidade do ato administrativo de não assinatura do contrato decorrente de edital licitatório, proveniente daquela instituição de ensino superior, tendo em vista a ausência de previsão legal impeditiva de que empresas em recuperação judicial participem de processo licitatório. O juízo de primeiro grau concedeu parcialmente a ordem, no sentido de impossibilitar a utilização de tal critério para obstar a assinatura do referido contrato com a impetrante. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) negou provimento ao recurso de apelação da UFCA (REsp 1.826.299).

Armas de brinquedo

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional uma lei estadual de São Paulo que proíbe a fabricação e a comercialização de armas de fogo de brinquedo. Prevaleceu o entendimento de que a norma trata de direito do consumidor e da proteção da criança e do adolescente, temas sobre os quais União e Estados têm competência concorrente. A Lei nº 15.301/2014 foi contestada no STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5126, em que o governo de São Paulo alegava suposta invasão de competência da União, a quem cabe legislar sobre material bélico. Segundo ele, a matéria já foi regulamentada pelo Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que proíbe a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, enquanto a lei estadual veda “todo e qualquer brinquedo de arma de fogo”. A decisão se deu na sessão virtual finalizada no dia 16 de dezembro.

Tributário Número caiu de 88 para 38 e deve gerar judicialização, segundo especialistas

Governo reduz número de atividades com direito a benefício fiscal do Perse

Beatriz Olivon
De Brasília

O governo federal editou portaria que restringe o acesso de empresas ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) — que alcança também a área do turismo — e reduz o benefício previsto de PIS e Cofins. A norma impede a tomada de créditos das contribuições sociais.

A Portaria nº 11.266, publicada ontem, reduz de 88 para 38 as atividades contempladas pelo Perse. Essa medida já era esperada pelo mercado, mas não se sabia quem ficaria de fora.

No mês passado, por meio da edição Medida Provisória (MP) nº 1.147/2022, o governo havia anunciado que seria publicado novo ato do Ministério da Economia para relacionar as atividades com direito ao programa. Com a portaria, não serão beneficiados: bares, lanchonetes, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos, serviços de bufê, produção, clubes, discotecas, atividades de apoio à pesca e fabricação de vinho, entre outros.

O Perse foi instituído pelo governo federal em maio de 2021, com a edição da Lei nº 14.148, e prevê alíquota zero de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins pelo prazo de cinco anos. O objetivo da medida foi compensar os setores de eventos e turismo pelo impacto causado com as decretações de lockdown e isolamento social durante a pandemia da covid-19.

Além do benefício fiscal, o programa prevê o parcelamento de dívidas tributárias e relativas ao FGTS. Podem ser quitadas com desconto de até 70% e em 145 meses.

Desde a edição da lei — com a derubada do veto do então presidente Jair Bolsonaro ao benefício fiscal —



Advogado Luca Salvoni: “Se o governo pretender entender que a norma é de 2022 ou não gera aumento de tributos, poderemos ter judicialização”

há um movimento para reduzir o alcance do programa federal, segundo tributaristas. Em novembro, a Receita Federal publicou a Instrução Normativa nº 2.114 prevendo que a alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins não valeria para empresas no Simples Nacional e só poderia ser usufruída por contribuintes com atividades ligadas diretamente aos setores de eventos e turismo.

Tais medidas não haviam sido tratadas na Portaria nº 7.163/2021, do Ministério da Economia, que definiu os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadrariam no Perse. A regulamentação original incluía atividades que não estavam diretamente relacionadas a eventos e turismo, mas passou a exigir inscrição no Cadastro do Ministério do Turismo (Cadastro), o que tem gerado judicialização.

De acordo com Luca Salvoni, sócio do Cascione advogados, já havia a expectativa de que o governo reduziria o alcance do Perse. “O governo tinha deixado uma porta aberta ao indicar a edição de um novo ato do Ministério da Economia”, diz.

“Foi uma redução bem significativa dos CNAEs”, afirma Jéssica Passarini Messias, do mesmo escritório, acrescentando que a impressão é de que foram retirados os códigos mais “genéricos” ou amplos, deixando apenas aqueles diretamente relacionados com eventos e turismo.

Chamou a atenção dos tributaristas a retirada de bares e lanchonetes — restaurantes foram mantidos. “Qual critério foi utilizado? Esses CNAEs deveriam estar na lista”, diz Sandro Machado dos Reis, sócio do Bichara Advogados.

Para a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a deci-

ção de tirar bares e lanchonetes é “absurda e precisa ser revista”. A portaria traz previsão “incompreensível, que atinge em cheio milhares de empresas, colocando sua sobrevivência em risco”, afirma o presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci. “Nossa expectativa é que essa decisão seja revista pelo novo governo já nestes primeiros dias de janeiro. Vamos trabalhar para isso.”

Essa redução do número de atividades, dizem tributaristas, pode gerar um novo contencioso. Como o texto está com data de 29 de dezembro, o governo pode entender que a norma é de 2022, apesar de ter sido publicada ontem, e não significaria aumento de tributos para as atividades retiradas do Perse, desrespeitando as anterioridades nonagesimal e anual — prazo de 90 dias e um ano para entrar em vigor.

Luca Salvoni entende que, para

PIS e Cofins, a norma só geraria efeitos a partir de abril. Para IRPJ e CSLL, só em 2024. “A portaria entrou em vigor em 1º de janeiro, mas é a partir da publicação no Diário Oficial que a anterioridade é calculada. Não nos parece necessário sequer um contencioso, embora se o governo pretender entender que a norma é de 2022 ou não gera aumento de tributo, poderemos ter judicialização.”

Leonardo Freitas de Moraes e Castro, sócio do VBD Advogados, também entende que os contribuintes que não estão mais enquadrados poderão pleitear esse direito no Judiciário, com base no princípio da confiança. “Haverá mais litígio sobre o tema do Perse em 2023”, afirma ele, acrescentando que a portaria gera insegurança e prejudica as empresas que estavam se planejando com base na redução tributária.

TJSP exige certidão fiscal para recuperação judicial

Bárbara Pombo
De São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) publicou dois novos enunciados com impacto para as empresas que entram com pedido de recuperação judicial. Neles, a Corte firma posição no sentido de que a homologação do plano para o pagamento dos credores depende da comprovação da regularidade fiscal, ou seja, da apresentação das certidões negativas de débitos tributários (CND).

A exigência feita, segundo os desembargadores, vale a partir da Lei nº 14.112, de 2020. Essa norma alterou a Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 11.101, de 2005) e passou a prever a possibilidade de parcelamento ou de transação para as companhias em recuperação.

Ainda segundo os enunciados, o magistrado pode dar um prazo para o cumprimento do requisito. Tem autonomia, ainda, para analisar a questão de ofício, sem necessidade de pedido da Fazenda Pública.

Os textos — Enunciados XIX e XX — foram publicados em meados de dezembro. Segundo advogados, eles não vinculam juízes e desembargadores paulistas, mas oferecem um norte a influenciar os magistrados na tomada de decisões sobre o assunto.

Advogadas especialistas em insolvência apontam que o entendimento do TJSP tende a ser um

obstáculo para empresas em dificuldades financeiras. Isso porque, apontam, nem todos os parcelamentos oferecidos são viáveis para o cenário das companhias. Além disso, sem as certidões fiscais — das esferas federal, estadual e municipal — as recuperandas não conseguem impor o plano de pagamento aos credores.

“A consequência disso é que os credores podem iniciar ou retomar execuções [cobranças] contra a empresa”, explica Camilla Somadossi, especialista na área de recuperação judicial e sócia do escritório Finocchio & Ustra Advogados.

Com atuação para devedores, Hayna Bittencourt, sócia do Buchachar Advogados Associados, lembra que o Fisco ganhou superpoderes com a Lei nº 14.112. A norma, segundo ela, abriu a possibilidade de a Fazenda Pública pedir a conversão da recuperação judicial em falência caso a empresa descumpra o parcelamento tributário.

“As recuperandas precisam dar tratamento ao débito fiscal, mas a ausência de legislação que facilite verdadeiramente a regularização do passivo tributário não pode ser óbice para a homologação do plano”, afirma Hayna.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tem visão diferente. Por meio de nota, aponta ao Valor que os enunciados refletem os diversos acórdãos preferidos pelas câmaras empre-

sarias do TJSP nos últimos dois anos. “É um importante marco para que seja virada a página na discussão sobre a necessidade de CND para concessão da recuperação judicial”, afirma o órgão.

Citando o acerto da Lei nº 14.112, o órgão considera que as possibilidades de regularização fiscal são adequadas às necessidades de companhias em processo de soerguimento. Dos 134 acordos de transação individual firmados, 48 foram com empresas em recuperação judicial, aponta a PGFN, mencionando dado do relatório do Observatório de Transações Tributárias, feito pelo Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper.

O índice de regularidade fiscal das empresas em recuperação vem subindo mês a mês desde a reforma da lei, segundo a PGFN. Era de 8% no fim de 2019 e está em 23% atualmente, de acordo com dados internos da Fazenda.

Se reflete uma interpretação mais literal da lei, o posicionamento do TJSP ainda vai na contramão do entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto, mesmo após a entrada em vigor da Lei nº 14.112.

Para a Fazenda Nacional, “é questão de tempo para que o STJ altere sua posição para se adequar à nova realidade, na linha do que vem decidindo o TJSP”.

No fim de novembro, a 3ª Turma do STJ rejeitou um recurso da Fazenda Nacional e manteve a



Camila Somadossi: obstáculo para empresas em dificuldades financeiras

dispensa de apresentação da CND para a homologação do plano de recuperação de uma rede de móveis e eletrodomésticos (AgInt no Agravo em REsp 2074900).

Na decisão, o relator, ministro Moura Ribeiro, cita a jurisprudência do STJ no sentido de que a falta de CND não impede o deferimento da recuperação judicial. “Ante sua incompatibilidade com o princípio da preservação da empresa”, diz.

Em agosto, o ministro Paulo de Tarso Sanseverino suspendeu

decisão do TJSP que, por ausência de CND, anulou a homologação de um plano de recuperação judicial de uma empresa de alimentos (Pedido de Tutela Provisória nº 4.113).

Na decisão, ele também ressalta posicionamento do STJ no sentido de flexibilizar a exigência da certidão em prol dos princípios da preservação da empresa e da sua função social. Esse entendimento, ele afirma, não foi modificado com a possibilidade de parcelamento do crédito tributário.

